

Relatório de ATIVIDADES

Exercício de 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSELHEIROS

Conselheiro Mauri Torres
Presidente

Conselheiro José Alves Viana
Vice-Presidente

Conselheiro Gilberto Diniz
Corregedor

Conselheiro Durval Ângelo
Ouvidor

Wanderley Geraldo de Ávila
Sebastião Helvecio Ramos de Castro
Cláudio Couto Terrão

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho
Adonias Fernandes Monteiro

Victor de Oliveira Meyer Nascimento

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS **PROCURADORES**

Elke Andrade Soares de Moura
Procuradora-Geral

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Subprocurador-Geral

Maria Cecília Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte

Cristina Andrade Melo

Daniel de Carvalho Guimarães



Diretoria-Geral

Marconi Augusto Fernandes de Castro Braga | Diretor

Diretoria de Comunicação Social

Luiz Cláudio Diniz Mendes | Diretor

Diretoria de Gestão Estratégica e Inovação

Alexandre Pires de Lima | Diretor

Joelma Conceição Zeferino de Oliveira | Assessora

**Elaboração | Escritório de
Planejamento Estratégico**

Flávia Ávila Teixeira | Coordenadora

Carolina Galvão de Paula

Márcia Aparecida Cordeiro

Maria José Diniz Mourão

Sandra Rodrigues de Carvalho Vale

Tereza Cristina de Melo Correa

Vanessa Luciana Leão Ferraz Lima

**Projeto de Diagramação | Coordenadoria de
Publicidade e Marketing**

André Zocrato | Coordenador

Bruna Pellegrino

Eliana Sanches Engler

Livia Maria Barbosa Salgado

Produção Editorial

André Oliveira

Vivian de Paula

Fotos

Arquivo TCEMG / Banco de Imagens: ingimage

Lista de Figuras

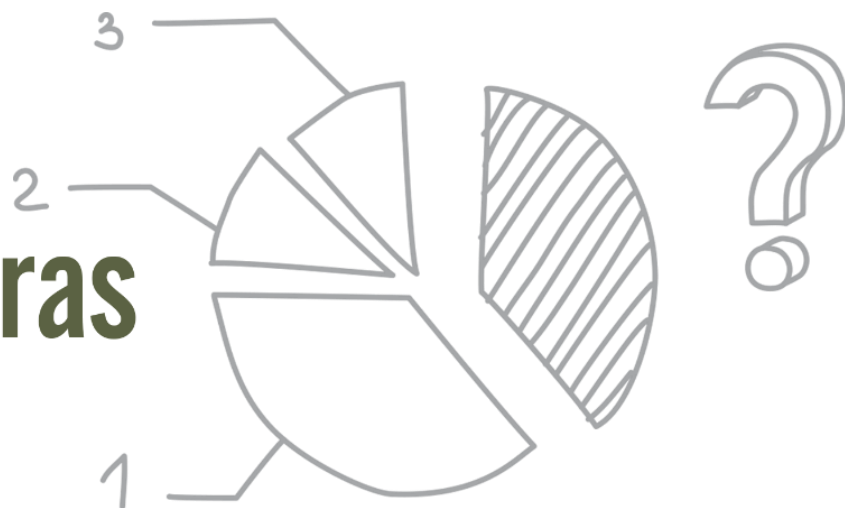


Figura 1 - Organograma resumido do TCEMG	18
Figura 2 - Missão, Visão e Valores do TCEMG.....	22
Figura 3 - Mapa Estratégico do TCEMG - 2015-2020.....	23
Figura 4 - Cadeia de Valor do TCEMG	25
Figura 5 - Unidades subordinadas à Superintendência de Controle Externo.....	27
Figura 6 - Macroprocessos do Elo Finalístico	39
Figura 7 - Processo de desdobramento e implementação das diretrizes estratégicas	107

Lista de Tabelas

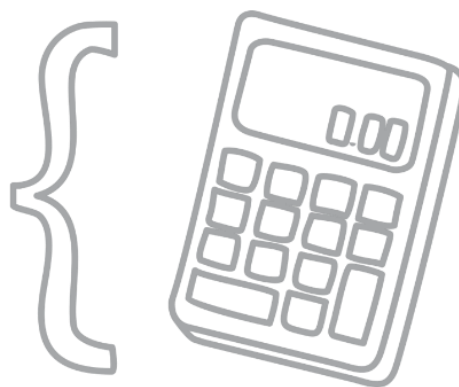


TABELA 1 - Jurisdicionados da esfera estadual	14
TABELA 2 - Jurisdicionados da esfera municipal	14
TABELA 3 - Outros jurisdicionados	14
TABELA 4 - Receita e despesa do Estado e dos Municípios para o exercício de 2019	20
TABELA 5 - TCEMG em números	29
TABELA 6 - Processos autuados e deliberados – No exercício	30
TABELA 7 - Tipos de auditoria	34
TABELA 8 - Multas aplicadas	85
TABELA 9 - Ressarcimentos determinados por irregularidade	86
TABELA 10 - Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público de Contas	87
TABELA 11 - Parcerias firmadas	89
TABELA 12 - Demandas encaminhadas	95
TABELA 13 - Atividades relacionadas ao Portal	97
TABELA 14 - Serviços disponibilizados no site do TCEMG	97
TABELA 15 - Atividades relacionadas à Intranet	100
TABELA 16 - Notícias de maior repercussão	100
TABELA 17 - Atividades relacionadas ao Informativo de Jurisprudência	101
TABELA 18 – Atividades relacionadas à Revista	101
TABELA 19 – Atividades relacionadas à Biblioteca	101
TABELA 20 – Sistemas informatizados mais demandados pela CRJ	102

TABELA 21 – Eventos realizados pela Escola de Contas	104
TABELA 22 - Eventos apoiados pela Escola de Contas.....	105
TABELA 23 – Quadro de pessoal dos serviços auxiliares da Secretaria do TCEMG	108
TABELA 24 – Eventos realizados pela Escola de Contas	110
TABELA 25 – Eventos apoiados pela Escola de Contas	114
TABELA 26 – Execução orçamentária	119
TABELA 27 – Atividades desenvolvidas – Controladoria Interna.....	120
TABELA 28 – Comunicados emitidos – Controladoria Interna	122

Lista de Gráficos

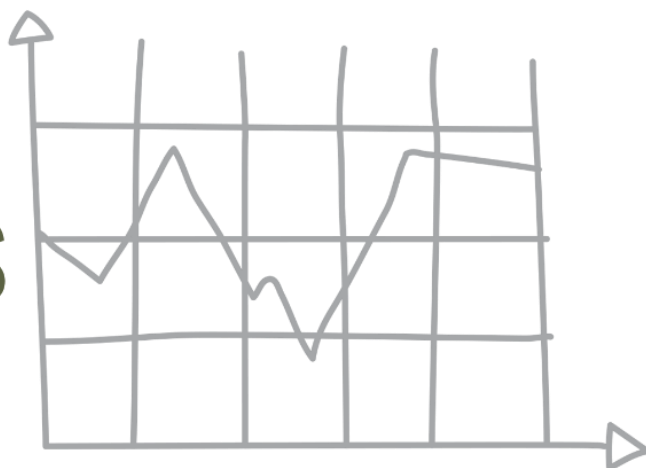


GRÁFICO 1 - Processos autuados e deliberados no exercício.....	31
GRÁFICO 2 - Naturezas dos processos deliberados no exercício.....	31
GRÁFICO 3 - Naturezas dos processos deliberados no exercício.....	32
GRÁFICO 4 - Registro de atos.....	51
GRÁFICO 5 - Deliberação em parecer prévio	81
GRÁFICO 6 - Deliberação em consulta	83
GRÁFICO 7 - Manifestações recebidas.....	92
GRÁFICO 8 - Origem das demandas.....	93
GRÁFICO 9 - Assuntos demandas externas.....	93
GRÁFICO 10 - Assuntos demandas internas	94
GRÁFICO 11 - Situação das demandas	96
GRÁFICO 12 - Tempo total de resposta (em dias úteis)	96
GRÁFICO 13 - Eventos de capacitação destinados aos jurisdicionados.....	103
GRÁFICO 14 - Eventos de capacitação que contaram com a participação de servidores do TCEMG	109

sumário



1	SOBRE O TCEMG	11
1.1	Competências constitucionais	11
1.2	Jurisdição	13
1.3	Composição	15
1.4	Estrutura e organograma.....	16
1.5	Formas de deliberação	19
1.6	Recursos públicos sujeitos à fiscalização.....	20
2	DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO	22
2.1	Identidade organizacional	22
2.2	Mapa Estratégico	22
2.3	Cadeia de Valor.....	23
2.3.1	Conceito.....	23
3	RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	27
3.1	TCEMG em números.....	29
3.2	Processos autuados e deliberados	30
3.3	Instrumentos de fiscalização	33
3.4	Ações de INCREMENTO À ATIVIDADE FINALÍSTICA.....	35
3.5	AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO REALIZADAS NO EXERCÍCIO	39
3.5.2	Promoção da transparência e do controle social	74
3.5.3	Aprimoramento da Gestão Pública	76
3.5.4	Auxílio ao Poder Legislativo Estadual e Municipal	80
3.5.5	Normatização.....	82
3.6	Sanções	84
4	RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO	89
4.1	Parcerias firmadas	89

4.2	Ouvidoria	92
4.3	Divulgação institucional.....	97
4.3.1	Portal do TCEMG na internet.....	97
4.3.2	Serviços disponibilizados	97
4.3.3	Intranet	100
4.3.4	Redes sociais (Twitter e Facebook)	100
4.3.5	Informativo de Jurisprudência.....	101
4.3.6	Biblioteca Aloyzio Alves da Costa	101
4.3.7	Central de Relacionamento com os Jurisdicionados (CRJ)	102
4.4	Apoio educacional	103
5	GESTÃO	107
5.1	Planejamento e gestão	107
5.1.1	Plano de Gestão e Plano Anual.....	108
5.2	Gestão de pessoas	108
5.2.1	Desenvolvimento profissional e capacitação	109
5.3	Gestão orçamentária e financeira	119
5.4	Controle Interno	119
5.4.1	Atividades desenvolvidas.....	120
5.4.2	Comunicados	122

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG –, em atendimento ao mandamento constitucional exarado no art. 76, § 4º, da Constituição Estadual e ao disposto no art. 4º, IX, da Resolução n. 12/2008, apresenta o relatório das atividades desenvolvidas no exercício de 2019, para fins do disposto no art. 120 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.



Como um dos principais instrumentos republicanos destinados à concretização da democracia e dos direitos fundamentais, o Tribunal de Contas exerce o controle da legitimidade, da economicidade e da eficiência do emprego de recursos públicos com o objetivo de propiciar o bem comum em benefício da sociedade. Pretende, assim, alcançar sua visão de futuro: ser reconhecido como Instituição relevante para a garantia do direito à gestão pública efetiva e transparente.

Em 2019, a gestão eleita para o biênio 2019/2020 tomou posse e apontou as diretrizes de trabalho com foco em dois pilares: a efetividade do controle interno do jurisdicionado e a eficácia no acompanhamento das receitas públicas. Otimizar a receita é a alternativa apresentada pelo Tribunal para que os municípios possam efetivar suas políticas públicas e enfrentar a atual crise financeira e orçamentária.

Para isso, o Tribunal, em cumprimento às suas atribuições constitucionais e legais, bem como alinhado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico Institucional 2015-2020, prosseguiu investindo em tecnologia, informação e inteligência para desempenhar bem seu papel e contribuir para o fortalecimento do Estado e dos Municípios mineiros.

Nesse contexto, destaca-se o lançamento do aplicativo *Lupa de Minas*, ferramenta que permite ao cidadão exercer o controle social da aplicação dos recursos públicos. Por meio do aplicativo, todos podem ter acesso aos principais dados sobre saúde, educação, obras públicas e convênios de seu município. Também, o *Lupa de Minas* permite ao Tribunal identificar os eventuais desvios e a má aplicação do dinheiro público por irregularidade ou ineficiência, em tempo real. Isso representa meios de modernização do controle em prol da transparência e do aprimoramento da gestão pública e, em consequência, da adoção de boas políticas públicas.

Na área pedagógica, entre as diversas atividades efetivadas em busca de proporcionar subsídios aos gestores para que eles cumpram as metas previstas em lei, destaca-se a realização do *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios*, edição 2019, abordando o tema ***O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal***.

No decorrer desse ano, o Encontro esteve em Belo Horizonte nos dias 13 e 14 de junho; em Montes Claros, nos dias 8 e 9 de agosto; em Paracatu, nos dias 22 e 23 de agosto; em Alfenas, nos dias 12 e 13 de setembro; em Ipatinga, nos dias 03 e 04 de outubro; em Patrocínio, nos dias 07 e 08 de novembro; e em Juiz de Fora, nos dias 21 e 22 de novembro.

Esses eventos foram realizados em parceria com a Associação Mineira de Municípios – AMM – e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae-MG. Neles, foram ministradas palestras sobre o Controle com desenvolvimento, Eficiência na arrecadação tributária, Aproximação entre os controles, Empreendedorismo e fomento à economia local, Consolidação do *Programa Na Ponta do Lápis*, como também debates sobre Tomadas de Contas especiais e prevenção de ilícitos e, ainda, exposição do *Projeto Receitas Públicas Municipais*.

A novidade dos Encontros Técnicos em 2019 foi a apresentação de boas práticas e casos de sucesso que resultaram em melhorias na gestão dos recursos públicos municipais, especialmente na área tributária. Além disso, os participantes puderam realizar atendimentos nos estandes do TCEMG relacionados a Ouvidoria, Cadastro de Agentes Públicos de Minas Gerais (CAPMG) e App *Na Ponta do Lápis*. A meta do Tribunal é a capacitação continuada dos agentes públicos com vistas ao aprimoramento da administração municipal e à melhoria da arrecadação.

Ainda, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos municípios, o TCEMG realizou o Seminário de Controle Interno, com o tema *A atuação do Controle Interno contribuindo para uma gestão pública eficiente*, como forma de sensibilizar os gestores políticos acerca da importância do tema.

O Seminário faz parte do Projeto *Sob Controle*, que tem como objetivos fomentar ações que promovam maior interação entre o controle externo e o controle interno; e colaborar para o aprimoramento das atividades realizadas pelas controladorias internas, para a melhoria da qualidade da gestão pública e para o atendimento aos anseios da sociedade por uma gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Nesse evento, o Tribunal ministrou algumas palestras para orientar os jurisdicionados a desenvolver boas práticas. Os participantes puderam conhecer de perto o trabalho da Ouvidoria e receber informações sobre o Portal Receitas, o Programa *Na Ponta do Lápis*, o Sistema Informatizado de Contas Municipais (Sicom), o Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal (Fiscap) e o Cadastro de Agentes Públicos Municipais (CAPMG).

Entre os diversos projetos desenvolvidos, enfatiza-se o *Projeto Receitas* que visa qualificar gestores e assessores municipais para tornar a arrecadação dos municípios mais eficiente, induzindo melhores práticas de gestão e, assim, diminuir a dependência dos repasses estaduais e federais. Com o desenvolvimento desse Projeto, o Tribunal analisa não apenas os indicadores percentuais, numéricos, mas também os indicadores de qualidade, trabalhando junto com os municípios pela efetividade na gestão pública.

Para divulgação do Projeto *Receitas Públicas Municipais*, ressalta-se o Acordo de Cooperação Técnica n. 02/2019, firmado entre o Tribunal e a Associação Mineira de Municípios-AMM-, no 36º Congresso Mineiro de Municípios, promovido pela AMM, cujo tema foi *Novos governos. Perspectivas, Desafios e Compromisso com os Municípios*.

O Tribunal procura, dessa forma, fortalecer o caráter pedagógico e fomentar a cultura do controle das contas públicas como forma de desenvolvimento socioeconômico.

Em outra frente, vale ressaltar o **Compromisso dos Tribunais de Contas com a Educação**, documento assinado pelos Tribunais de Contas no II Simpósio Nacional da Educação, realizado em Porto Alegre, em julho. O documento destaca o direito à educação, “patrimônio jurídico inalienável dos brasileiros”, e propõe um compromisso com os dispositivos constitucionais, que devem garantir a educação a todos por meio das políticas públicas coordenadas.

No mesmo evento, o TCEMG aderiu ao projeto nacional *Educação que Faz a Diferença*, visando mapear as redes de ensino municipais do País com bons resultados no ensino fundamental. O projeto procede de parceria entre o Instituto Rui Barbosa e o Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional.

E, com vistas à obtenção de resultados efetivos para o alcance do desenvolvimento sustentável, ressalta-se a participação do Tribunal no *I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas*, realizado em Foz do Iguaçu, de 11 a 14 de novembro, para debater o controle externo contemporâneo. O evento proporcionou oportunidade para discutir o aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas, direcionado à efetivação das políticas públicas, baseado no compromisso com a boa governança dos recursos públicos, nas ações pedagógicas que reduzem danos ao erário, no diálogo e nas parcerias interinstitucionais, como meio para o enfrentamento de problemas atuais do Brasil.

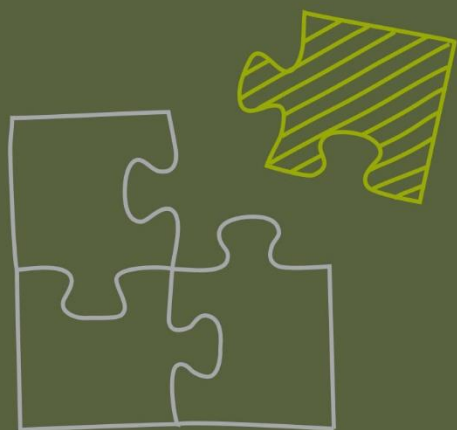
Este relatório cita, ainda, as deliberações do Tribunal, as ações de fiscalização realizadas, os processos examinados pelas unidades competentes, a execução orçamentária e financeira do referido período, as ações de capacitação dos servidores, a divulgação de informações institucionais, o controle interno e o social.

Em suma, todas as ações registradas evidenciam o propósito e o comprometimento do Tribunal no exercício de sua missão institucional em benefício da sociedade, firmando o compromisso pedagógico em prol do aprimoramento da gestão pública. Essas atividades, dentre outras, somente foram realizadas devido ao empenho de todos na Instituição.

Mauri Torres

Conselheiro-Presidente

SOBRE O TCE



1 SOBRE O TCEMG

1.1 *COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS*

O Brasil possui 33 Cortes de Contas – o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e os Tribunais de Contas dos Municípios, instituídos com o objetivo de fiscalizar as contas públicas.

O TCEMG, órgão constitucional de **controle externo** da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, foi instituído pela Constituição Mineira de 1935. Sua atual organização encontra-se prevista na Constituição Estadual de 1989 – CE/89 – que ampliou os poderes e o âmbito de fiscalização. Suas competências também estão previstas na Lei Complementar Estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008 – Lei Orgânica do TCEMG.

O controle externo compreende a **fiscalização** contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e abrange, dentre outros, os aspectos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos que geram receita ou despesa pública.

A fiscalização inclui as atividades de elaboração de parecer prévio, de julgamento de contas, de controle de atos de pessoal, dentre outros procedimentos, conforme se infere dos itens a seguir:

a) Parecer Prévio (art. 76, I, CE/89):

O Tribunal de Contas elabora parecer prévio acerca das contas do Chefe do Poder Executivo, estadual e municipal, e encaminha-o para a realização do julgamento pelo Poder Legislativo.

b) Julgamento de Contas (art. 76, II, III e IV, CE/89):

O julgamento abrange todas as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos.

Destarte, há competência do Tribunal de Contas para julgar as contas do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, entre outros órgãos.

c) Controle de Atos de Pessoal (art. 76, V e VI, CE/89):

O Tribunal de Contas analisa, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, das nomeações decorrentes de concursos públicos e de contratos por prazo determinado, além da concessão de aposentadorias, reformas e pensões.

d) Auditorias e Inspeções (art. 76, VII, CE/89):

As auditorias e inspeções realizadas pelo Tribunal de Contas podem ser desencadeadas de ofício ou por provocação do Poder Legislativo e abranger todas as entidades públicas ou privadas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos.

e) Parecer sobre empréstimos e operações de crédito (art. 76, VIII, CE/89):

O Tribunal de Contas, quando solicitado pela Assembleia Legislativa, emite parecer sobre empréstimo ou operação de crédito que o Estado realizar e ainda pode fiscalizar a aplicação dos recursos dele resultantes.

f) Parecer em Consulta (art. 76, IX, CE/89):

O processo de Consulta é o meio pelo qual os consulentes encaminham ao Tribunal de Contas seus questionamentos sobre matérias de competência do Tribunal de Contas, que tenham repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional ou patrimonial. O parecer emitido em Consulta tem caráter normativo e reformará eventual tese anteriormente adotada sempre que o TCEMG firmar nova interpretação acerca do mesmo objeto.

g) Apreciação de Contas Estaduais de Empresas de cujo capital social o Estado participe e a aplicação das disponibilidades de caixa do Tesouro Estadual no mercado financeiro (art. 76, X e XIX, CE/89):

O Tribunal de Contas fiscaliza as contas dos entes governamentais referentes à participação, direta ou indireta, em capital social de empresa.

Fiscaliza também as disponibilidades de caixa do Tesouro Estadual aplicadas no mercado financeiro nacional de títulos públicos e privados de renda fixa, com emissão de parecer a ser apreciado pela Assembleia Legislativa.

h) Fiscalização de Contrato, Convênio ou Instrumento congênere (art. 76, XI e XV, CE/89):

O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de contrato, convênio, ajuste ou instrumento congênere que envolvam concessão, cessão, doação ou permissão de qualquer natureza, de responsabilidade do Estado.

Controla, ainda, o fluxo de recursos financeiros dos convênios, acordos ou instrumentos congêneres firmados pelo Estado.

i) Prestação de informações ao Legislativo (art. 76, XII, CE/89):

O Tribunal de Contas prestará informações solicitadas pela Assembleia Legislativa sobre assunto de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, bem como sobre os resultados de auditoria e inspeção realizadas em órgãos e entidades que estão sob sua jurisdição.

j) Aplicação de Sanções aos Gestores (art. 76, XIII, CE/89):

A prática de ilegalidade ou de irregularidade pelos gestores de recursos públicos enseja multa a ser aplicada pelo Tribunal de Contas.

k) Fiscalização de licitações (art. 76, XIV, CE/89):

Compete ao Tribunal de Contas analisar a legalidade de ato dos procedimentos licitatórios, de modo especial, dos editais, das atas de julgamento e dos contratos celebrados.

l) Impugnação e sustação de ato (art. 76, XVI e XVII, CE/89):

O Tribunal de Contas, ao verificar ilegalidade em ato administrativo, concede prazo para a correção e, em caso de descumprimento da ordem, determina a sustação do ato.

m) Dever de Representação (art. 76, XVIII, CE/89):

O Tribunal de Contas, em caso de irregularidades e abusos apurados no curso de processo administrativo, alerta os Poderes competentes por meio de representação.

1.2 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas, com sede na Capital, tem jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência.

Nos termos do art. 77 da Constituição do Estado de 1989 e do art. 2º da Lei Complementar Estadual n. 102/2008 – Lei Orgânica, bem como do art. 2º da Resolução n. 12, de 17 de dezembro de 2008, Regimento Interno do Tribunal de Contas de Minas Gerais – RITCEMG – estão sujeitos à sua jurisdição:

- I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;
- II - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que assuma, em nome do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, obrigação de natureza pecuniária;
- III - aquele que der causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que resultem dano ao erário estadual ou municipal;
- IV - aquele que deva prestar contas ao Tribunal ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei;
- V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;
- VI - o responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições para-fiscais e preste serviço de interesse público ou social;
- VII - o dirigente ou liquidante de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;
- VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição da República.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

O Tribunal de Contas possui 16.056 (dezesesseis mil e cinquenta e seis) jurisdicionados, conforme demonstrado nas Tabelas 1, 2 e 3. A quantidade de jurisdicionados apresentada nas tabelas corresponde ao número de CNPJs cadastrados por órgãos/entidades sujeitos à fiscalização do Tribunal.

TABELA 1 - Jurisdicionados da esfera estadual

Órgão/Entidade	Quantidade
Autarquias	107
Empresas Públicas	101
Fundações	84
Fundos	23
Órgãos	7
Secretarias	158
Sociedades de Economia Mista	583
Outros	39
Total	1.102

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

TABELA 2 - Jurisdicionados da esfera municipal

Órgão/Entidade	Quantidade
Autarquias	478
Câmaras	858
Conselhos	222
Defesa Civil	228
Empresas Públicas	32
Fundações	307
Fundos	3.145
Outros	73
Prefeituras	853
Secretarias	1.053
Sociedades de Economia Mista	18
Total	7.267

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

TABELA 3 - Outros jurisdicionados

Órgão/Entidade	Quantidade
Consórcios	194
Caixas Escolares	7.429
Associações de Municípios	64
Total	7.687

Fonte: Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato.

1.3 COMPOSIÇÃO

O Tribunal de Contas é composto por 7 (sete) Conselheiros, escolhidos conforme comandos insertos no art. 78 da Constituição do Estado de 1989, bem como nos arts. 5º e 7º da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Os requisitos pessoais para o provimento do cargo de Conselheiro são:

- I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;
- II - idoneidade moral e reputação ilibada;
- III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública; e
- IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exijam os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, consubstanciado no Enunciado da Súmula n. 653, *ipsis litteris*:

No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, cabendo a este indicar um dentre Auditores e outro dentre Membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha.

O art. 8º da Lei Complementar Estadual n. 102/2008 dispõe sobre a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas, nos seguintes termos:

Art. 8º Os Conselheiros serão escolhidos:

I - três pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembleia Legislativa, sendo:

a) um, dentre Auditores indicados em lista tríplice, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente;

b) um, dentre Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal indicados em lista tríplice, segundo os critérios estabelecidos na alínea “b” deste inciso;

c) um de sua livre nomeação;

II - quatro pela Assembleia Legislativa.

1.4 ESTRUTURA E ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está prevista no art. 6º da Lei Complementar Estadual n. 102/2008 e no art. 23 da Resolução n. 12/2008:

Art. 23. Integram a estrutura organizacional do Tribunal:

I - Tribunal Pleno;

II - Câmaras;

III- Presidência;

IV - Vice-Presidência;

V - Corregedoria;

VI - Ouvidoria;

VII - Auditoria;

VIII - Ministério Público junto ao Tribunal;

IX - Escola de Contas e

X - Serviços Auxiliares.

§ 1º São órgãos deliberativos o Tribunal Pleno e as Câmaras.

§ 2º Os Serviços Auxiliares terão as atribuições e especificações disciplinadas em resolução.

§ 3º O Tribunal poderá instituir comissões, de caráter permanente ou temporário, para a realização de funções específicas, observando-se o disposto em resolução.

§ 4º Para auxiliar no desempenho de suas funções, o Tribunal poderá instalar unidades regionais em cada uma das macrorregiões do Estado.

a) Tribunal Pleno:

É o órgão máximo de deliberação, composto pelos 7 (sete) Conselheiros, presidido pelo Presidente do Tribunal de Contas e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Presidente ou pelo Conselheiro mais antigo no exercício da função. As competências estão previstas nos arts. 25 e 26 do RITCEMG.

b) Câmaras:

São órgãos deliberativos compostos por 3 (três) Conselheiros e 2 (dois) Conselheiros Substitutos. O Tribunal de Contas possui 2 (duas) Câmaras, sendo a Primeira Câmara presidida pelo Vice-Presidente e a Segunda, pelo Conselheiro efetivo mais antigo no exercício do cargo. Suas atribuições estão previstas nos arts. 32, 33 e 34 do RITCEMG.

c) Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria:

O Tribunal elege, em escrutínio secreto, a cada 2 (dois) anos, por maioria absoluta, o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor, vedada a recondução. A eleição ocorre na última Sessão Plenária do biênio e conta com a participação de todos os Conselheiros. A posse ocorre em sessão solene, realizada até o final do mês de fevereiro do ano subsequente à eleição. As competências do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor estão dispostas nos arts. 42, 43 e 44 do RITCEMG.



d) Ouvidoria:

A Ouvidoria é o canal de comunicação entre os cidadãos e o Tribunal de Contas. Possui a atribuição de receber, processar e responder as sugestões, elogios, reclamações ou dúvidas referentes às atribuições do Tribunal de Contas.

e) Auditoria:

Os titulares do cargo de Auditor de que trata o § 3º do art. 79 da Constituição do Estado, também denominados Conselheiros Substitutos (conforme o art. 114-B da Lei Complementar Estadual n. 102/2008), são nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, exigida a aprovação em concurso público de provas e títulos. Dentre as competências estabelecidas na Lei Complementar Estadual n. 102/2008 e no art. 54 da Resolução n. 12/2008, estão a de substituir o Conselheiro em suas ausências e impedimentos e a de presidir a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, relatando-os com proposta de voto.

f) Ministério Público de Contas – MPC:

O MPC é composto por 7 (sete) Procuradores nomeados pelo Governador, exigida a aprovação em concurso público de provas e títulos. O Governador escolhe o Procurador-Geral, dentre aqueles indicados em lista tríplice elaborada e composta pelos integrantes da carreira, e o nomeia para mandato de dois anos, permitida uma recondução. As competências dos Procuradores estão previstas no art. 61 do Regimento Interno.

g) Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo:

Destina-se a promover ações de capacitação e desenvolvimento profissional aos servidores do Tribunal de Contas, além de difundir conhecimentos aos gestores públicos. Suas atribuições estão disciplinadas na Resolução n. 02/2019.

h) Serviços Auxiliares:

Os Serviços Auxiliares compreendem o conjunto de unidades que têm por finalidade desempenhar atividades técnicas, administrativas e operacionais, necessárias ao pleno exercício das competências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Suas atribuições estão disciplinadas na Resolução n. 02/2019.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

ORGANOGRAMA TCEMG

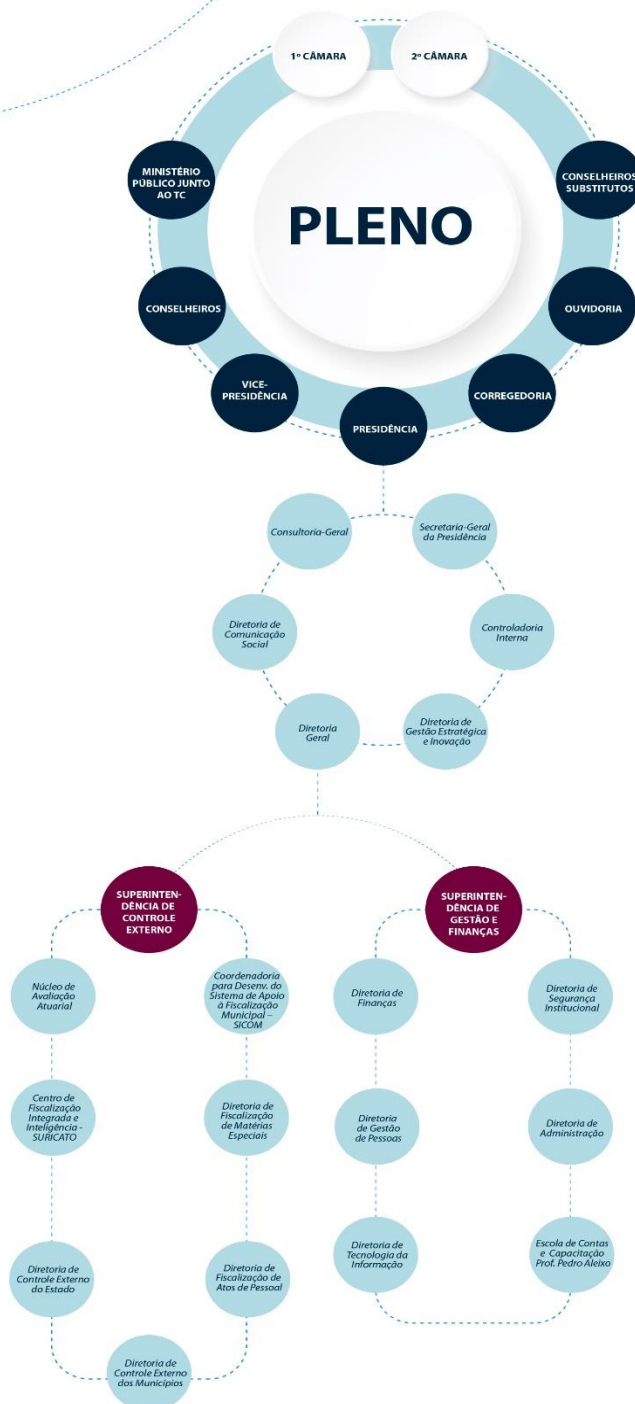


Figura 1 - Organograma resumido do TCEMG

O organograma completo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais encontra-se disponível em: http://www.tce.mg.gov.br/index.asp?cod_secao=1M&tipo=1&url=&cod_secao_menu=3.

1.5 FORMAS DE DELIBERAÇÃO

As formas de deliberação do TCEMG estão previstas no art. 72 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008, bem como no art. 200 da Resolução n. 12/2008 que estabelece:

Art. 200. As deliberações do Tribunal terão a forma de:

I - acórdão, quando se tratar de:

- a) processo referente à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial;
- b) recursos interpostos contra decisões prolatadas pelo Tribunal;
- c) incidente de uniformização de jurisprudência;
- d) aprovação de enunciado de súmula de jurisprudência do Tribunal;

II - parecer, quando se tratar de:

- a) contas prestadas anualmente pelo Governador e pelos Prefeitos;
- b) consulta;
- c) empréstimos ou operações de crédito;
- d) outros casos em que, por lei, deva o Tribunal assim se manifestar;

III - instrução normativa, quando se tratar de matéria que envolva os jurisdicionados do Tribunal;

IV - resolução, quando se tratar de:

- a) aprovação do Regimento Interno, da estrutura organizacional, das atribuições e do funcionamento do Tribunal e de suas unidades;
- b) outras matérias de natureza administrativa interna que, a critério do Tribunal, devam revestir-se dessa forma;

V - decisão normativa, quando se tratar de fixação de critério ou orientação, bem como de interpretação de norma jurídica ou procedimento da administração divergente, e não se justificar a edição de instrução normativa ou resolução;

VI - decisão monocrática, quando a lei ou o Regimento Interno autorizar o Relator ou o Presidente a decidir isoladamente a questão.

I) Acórdão:

Decisão colegiada composta por ementa, relatório, fundamentação e dispositivo.

II) Parecer:

Texto técnico-jurídico de natureza opinativa, com o objetivo de subsidiar o julgamento das contas pelo Legislativo e outros; ou de natureza vinculativa, nos processos de consultas.

III) Instrução Normativa:

Norma que disciplina matérias atinentes aos jurisdicionados do TCEMG.

IV) Resolução:

Regra que regula matérias administrativas do TCEMG.

V) Decisão Normativa:

Comando que estabelece critérios, orientação, interpretação de norma jurídica ou procedimento da administração divergente, desde que não se justifique a edição de Instrução Normativa ou Resolução.

VI) Decisão Monocrática:

Decisão de Conselheiro, prevista, por exemplo, para os casos de registro/averbação de atos (aposentadoria, reforma e pensão), decadência, prescrição, inadmissão de recursos, inadmissão de pedido de rescisão, inadmissão de consultas e medidas cautelares.

1.6 RECURSOS PÚBLICOS SUJEITOS À FISCALIZAÇÃO

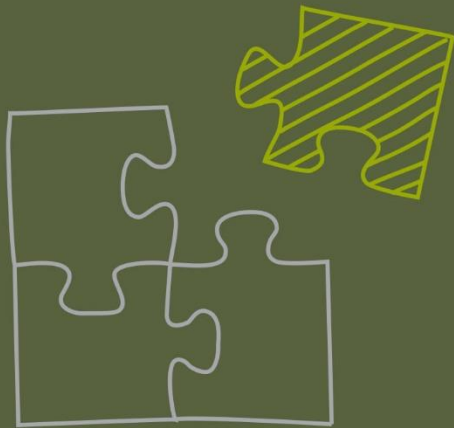
Compete ao TCEMG, no exercício do controle externo, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos estadual e municipais. O total das receitas e despesas orçamentárias sujeitas à fiscalização está demonstrado na Tabela 4.

TABELA 4 - Receita e despesa do Estado e dos Municípios para o exercício de 2019

2019	Receita/ Fonte estimada	Despesa/ Investimentos fixados
Estado - Orçamento Fiscal	R\$100.330.308.180,00	R\$111.773.670.980,00
Estado - Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado	R\$4.998.685.881,00	R\$4.998.685.881,00
Municípios	R\$76.744.700.369,00	R\$76.744.700.369,00
Total	R\$ 182.073.694.430,00	R\$ 193.517.057.230,00

Fontes: LOA 2019 e Suricato.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO



2 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores. Missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; e valores, as convicções e princípios que balizam o processo decisório e norteiam os comportamentos e as atitudes das pessoas da organização.



Figura 2 - Missão, Visão e Valores do TCEMG

2.2 MAPA ESTRATÉGICO

Mapa estratégico é a representação gráfica da estratégia de uma organização, por intermédio de um conjunto de objetivos balanceados em diversas perspectivas e interligados por relações de causa e efeito, associados a indicadores de resultados. Mostra como as iniciativas estratégicas e os recursos serão convertidos em resultados, proporcionando um referencial comum de fácil compreensão para os colaboradores, que passam a ter a clara percepção de como suas atividades estão ligadas aos objetivos gerais da organização, possibilitando uma atuação coordenada e integrada nos diversos níveis organizacionais.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

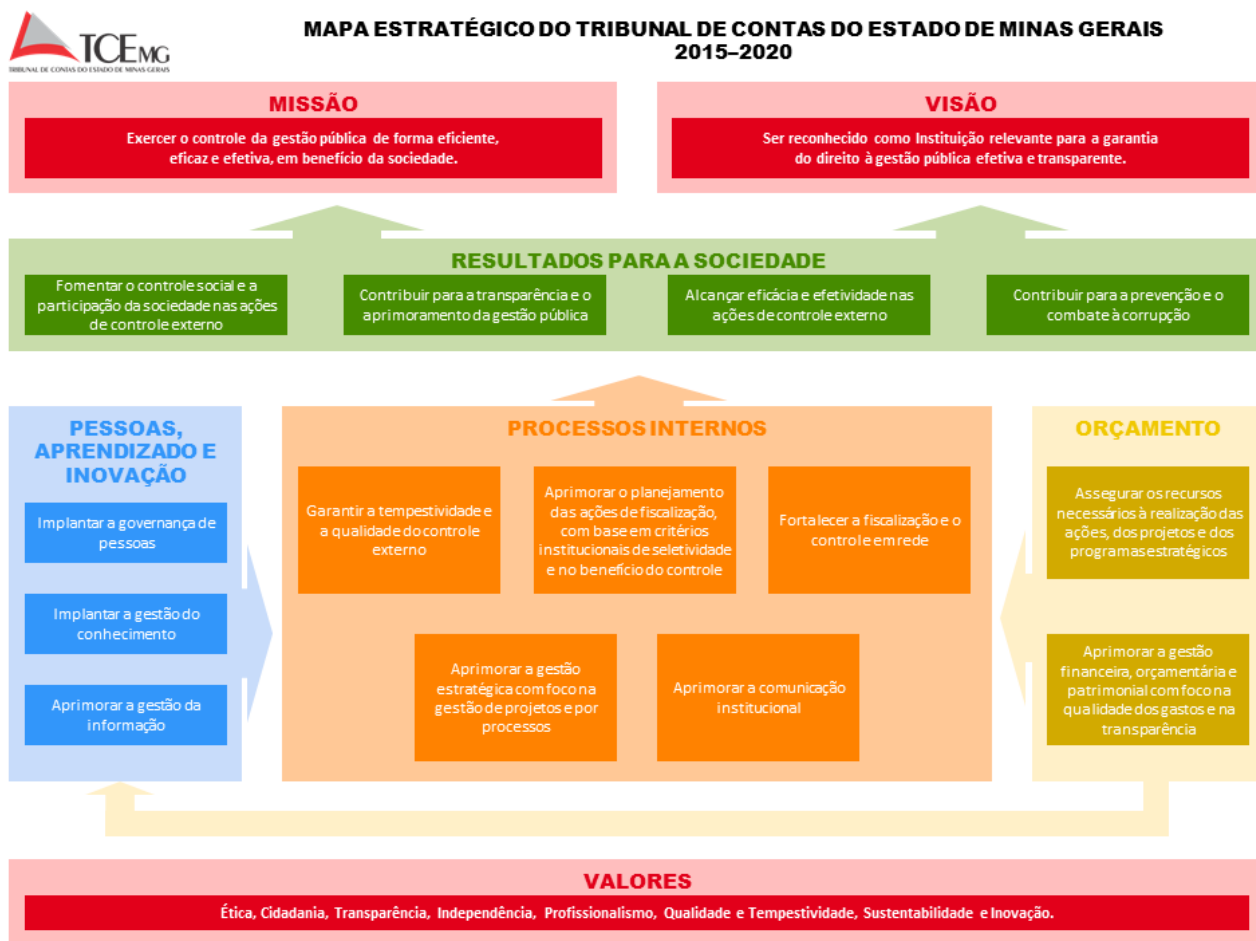


Figura 3 - Mapa Estratégico do TCEMG - 2015-2020

2.3 CADEIA DE VALOR

2.3.1 Conceito

A Cadeia de Valor é o instrumento de gestão no qual são descritos os macroprocessos de trabalho do Tribunal. Cada macroprocesso se desdobra em vários processos de trabalho, dando publicidade ao que a Instituição faz e entrega de valor, ou seja, o seu motivo de existência.

A estruturação da cadeia de valor apresenta três elos básicos, a saber:

- **Processos primários (Elo Finalístico)**
- **Processos de gerenciamento (Elo Estratégico)**
- **Processos de suporte (Elo de Sustentação)**

A Cadeia de Valor, aprovada pela Resolução n. 04/2016, apresenta os elos e macroprocessos da seguinte maneira:

I) Elo Finalístico:

Composto pelos processos de trabalho essenciais ao cumprimento das atribuições constitucionais do Tribunal.

Macroprocessos definidos:

- *Fiscalização e Controle da Gestão dos Recursos Públicos*
- *Promoção da Transparência e do Controle Social*
- *Aprimoramento da Gestão Pública*
- *Auxílio ao Poder Legislativo Estadual e Municipal*
- *Controle com Interveniência de Terceiros*
- *Normatização*

II) Elo Estratégico:

Composto pelos processos de trabalho que fornecem suporte aos processos decisórios e de gestão estratégica, ligados ao planejamento e desenvolvimento organizacional, ao acompanhamento das atividades institucionais, bem como à gestão do orçamento.

Macroprocesso definido:

- *Planejamento e Gestão*

III) Elo de Sustentação:

Composto pelos processos de trabalho que dão o suporte necessário para que as áreas estratégicas e finalísticas possam desempenhar eficazmente suas funções.

Macroprocessos definidos:

- *Gestão da Conformidade*
- *Gestão da Comunicação e Relacionamento*
- *Gestão de Pessoas*
- *Apoio Educacional*
- *Administração Geral*

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

A Cadeia de Valor, representada na Figura 4, demonstra o desdobramento dos 3 (três) elos em 12 (doze) Macroprocessos. O desdobramento de cada um dos Macroprocessos totaliza 78 (setenta e oito) processos de trabalho existentes atualmente no Tribunal.

Para mais detalhes sobre a Cadeia de Valor, acesse:

http://www.tce.mg.gov.br/img/AF_Cartilha_Cadeia_Vvalor2.pdf.

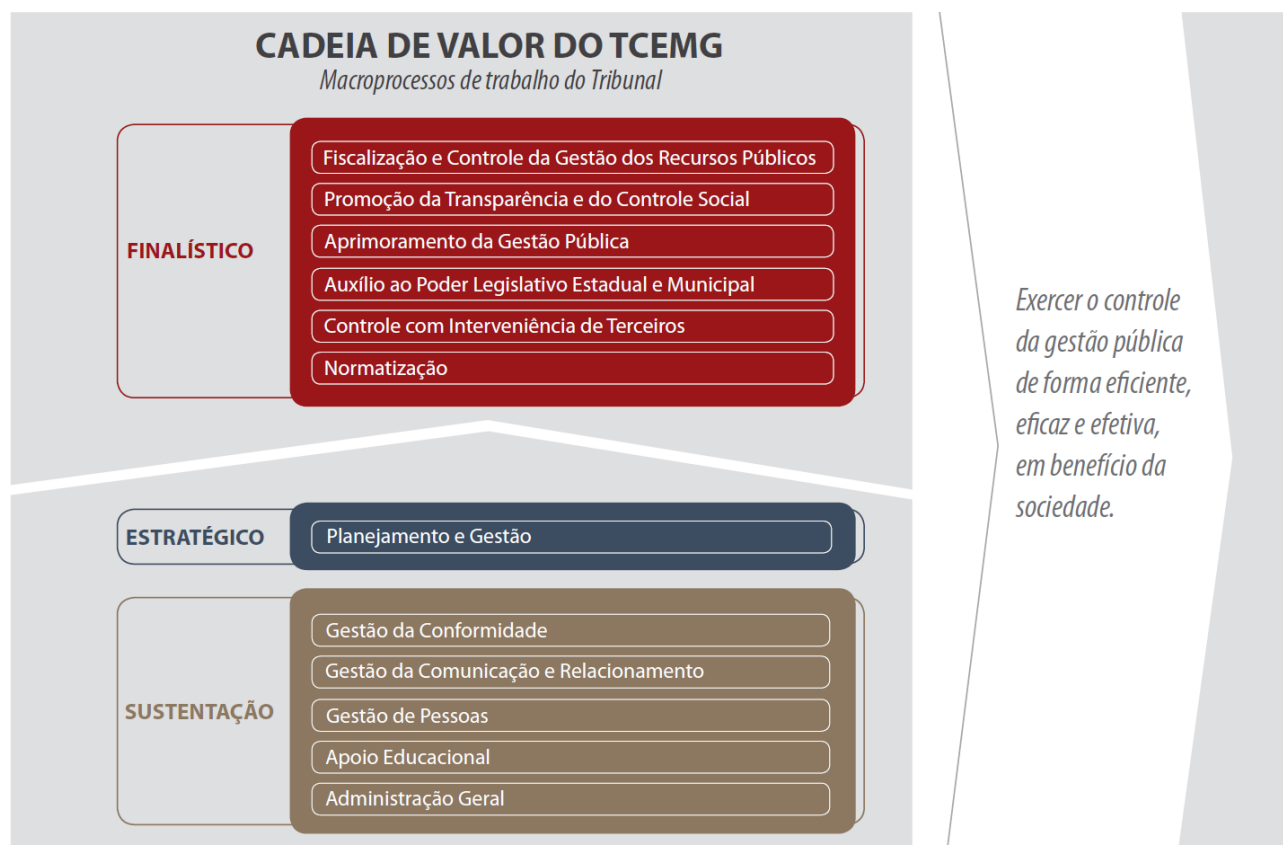
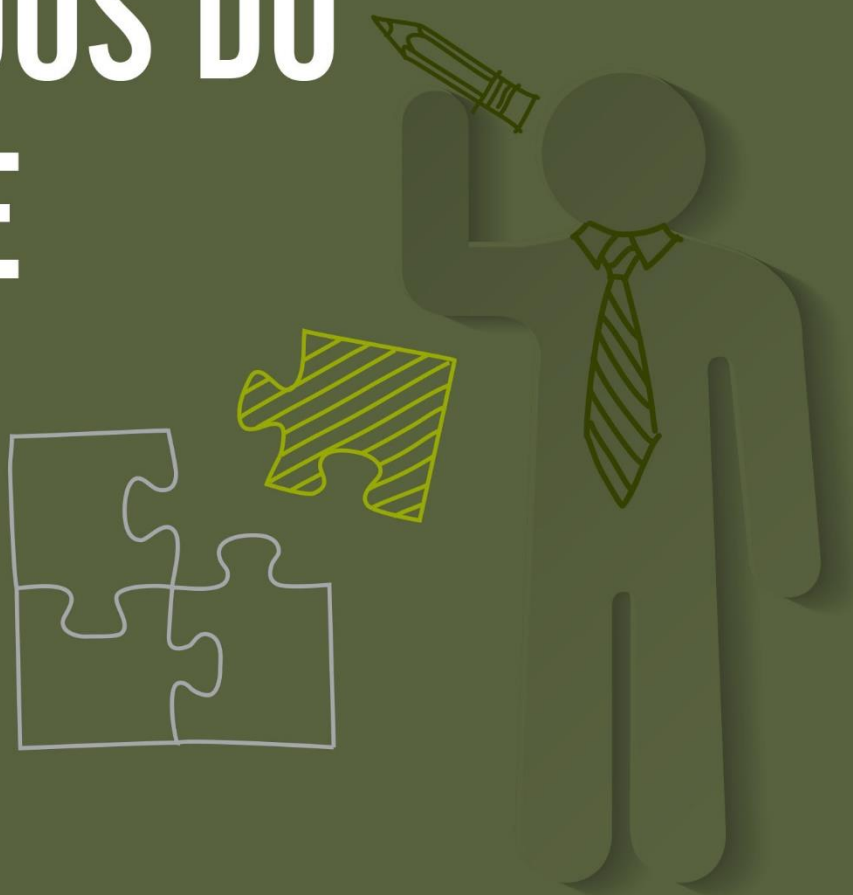


Figura 4 - Cadeia de Valor do TCEMG

RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO



3 RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

O Tribunal vem implementando modernas técnicas de fiscalização do uso dos recursos públicos, visando exercer um controle mais abrangente, não se limitando apenas ao controle de procedimentos, mas focando também a análise do desempenho e da eficiência da gestão pública.

Dentre as unidades que compõem sua estrutura organizacional, destaca-se a Superintendência de Controle Externo que tem por finalidade orientar, supervisionar, controlar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito das Diretorias Técnicas do Tribunal e demais unidades a ela vinculadas, observadas as diretrizes estabelecidas pela Diretoria-Geral, nos termos da Resolução n. 02/2019.

Estão subordinadas à Superintendência de Controle Externo as unidades técnicas representadas na Figura 5:



Figura 5 - Unidades subordinadas à Superintendência de Controle Externo

As unidades técnicas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Superintendência de Controle Externo, têm por finalidade – visando subsidiar as decisões do Tribunal – planejar, dirigir e/ou orientar as ações de controle externo referentes:

- à elaboração, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia de Informação – DTI –, das especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM –, bem como a realização de atividades inerentes ao gerenciamento e avaliação do desempenho operacional, atualizações e adequações relativas ao SICOM; emissão de parecer em processos; elaboração de manuais técnicos; emissão de comunicados e notas técnicas; e prestação de apoio aos jurisdicionados e às unidades do Tribunal (SICOM);

- à elaboração de estudos, pesquisas, pareceres e relatórios referentes à matéria afeta a sua área de atuação; análise dos demonstrativos contábeis dos Institutos e Fundos de Natureza Previdenciária, como também do indicador da situação previdenciária; emissão de laudos e pareceres técnicos atuariais, com respectiva análise de risco; avaliação da política de investimentos e da alocação de recursos dos fundos previdenciários; e outros (Núcleo de Avaliação Atuarial);
- à implementação da política de fiscalização integrada e produção de informações estratégicas destinadas a subsidiar a tomada de decisão pelo Tribunal e pela Presidência (Suricato):

O Suricato é composto por núcleos aos quais compete assessorar sua Diretoria e a Superintendência de Controle Externo em matérias inerentes à ação fiscalizatória, propondo medidas que visem intensificá-la e qualificá-la. São eles:

I - núcleo de Fiscalização Integrada do Estado;

II – núcleo de Fiscalização Integrada dos Municípios;

III – núcleo de Fiscalização Integrada de Atos de Pessoal;

IV – núcleo de Fiscalização Integrada de Matérias Especiais;

V – aos atos de gestão no âmbito estadual e municipal (DCEE e DCEM);

VI - aos atos de gestão de pessoal do Estado e dos Municípios, incluídos os procedimentos de seleção de pessoal (DFAP);

VII - às auditorias operacionais em especial, bem como à fiscalização dos atos de gestão relativos a editais de licitação, obras e serviços de engenharia, concessões e projetos financiados (DFME).

3.1 TCEMG EM NÚMEROS

Os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas nos respectivos exercícios, pelo Tribunal de Contas, estão sintetizados na abaixo:

TABELA 5 - TCEMG em números

Atividades	2018	2019
Processos deliberados	29.196	26.250
Processos de fiscalizações deliberados	150	176
Atos de pessoal registrados	24.901	22.026
Pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelos Prefeitos	742	1.045
Consultas respondidas	9	28
Procedimentos licitatórios suspensos	29	57
Recursos deliberados	439	499
Sessões realizadas	111	125
Multas aplicadas	R\$ 1,2 milhões	R\$ 3,5 milhões
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$ 18,3 milhões	R\$ 80,8 milhões
Intimações realizadas para pagamento de multa e para ressarcimento ao erário	1.339	307
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público de Contas para as providências cabíveis à execução pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	775	371
Valores recebidos relativos a notificações anteriores de multas (*)	R\$ 1,3 milhões	R\$ 710,4 mil
Valores ressarcidos ao erário relativos a notificações anteriores (*)	R\$ 353,5 mil	R\$ 640,1 mil
Acórdãos publicados	6.286	6.493

Fontes: Relatórios Estatísticos da Corregedoria, SGAP e Coordenadoria de Débito e Multa.

Nota: (*) Os valores correspondem aos registrados no Sistema Informatizado de Controle de Multas ou de Restituições ao Erário – SECMULTAS – à época da elaboração do relatório, podendo sofrer variações posteriormente.

3.2 PROCESSOS AUTUADOS E DELIBERADOS

No exercício, foram autuados 25.385 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta e cinco) processos. No mesmo período, o tribunal deliberou 26.250 (vinte e seis mil duzentos e cinquenta) processos.

A Tabela 6 e os Gráficos 1 e 2, a seguir, apresentam o quantitativo de processos autuados e deliberados por grupos de naturezas no exercício.

TABELA 6 - Processos autuados e deliberados – No exercício

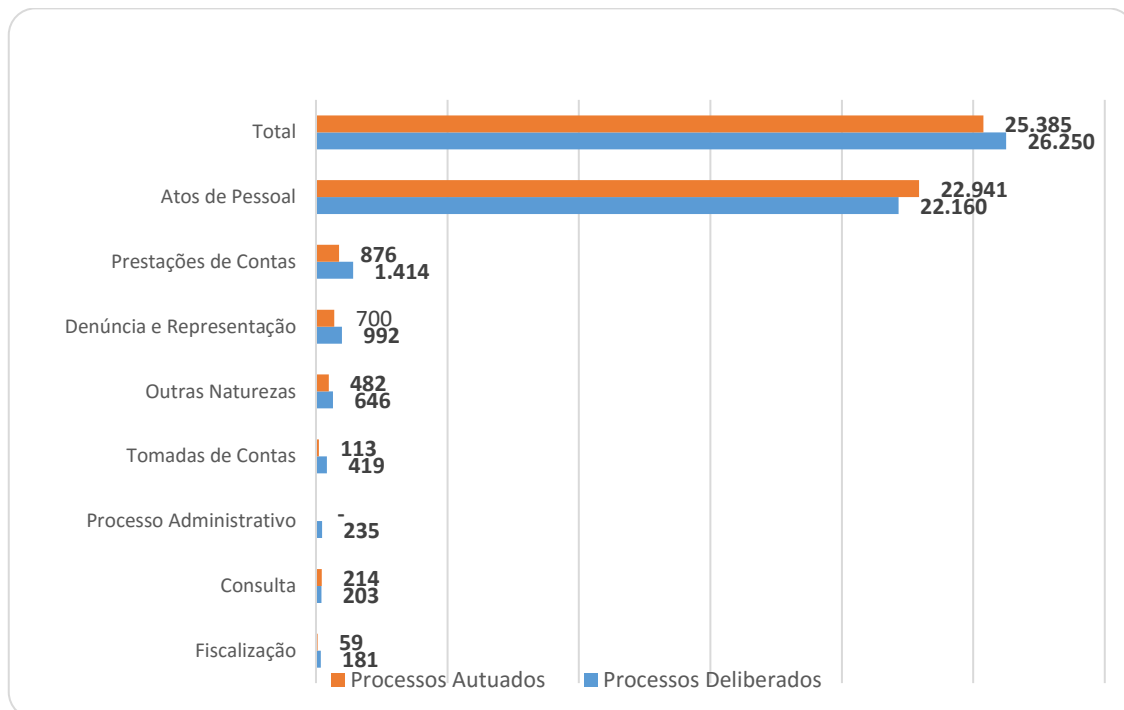
Grupo de Natureza	2018			2019		
	Autuados (A) (*)	Deliberados (B)	Dif. (A - B)	Autuados (A) (*)	Deliberados (B)	Dif. (A - B)
Atos de Pessoal	24.392	25.515	-1.123	22.941	22.160	781
Consulta	194	191	3	214	203	11
Denúncia e Representação	792	756	36	700	992	-292
Fiscalização	68	150	-82	59	181	-122
Prestações de Contas	886	1.151	-265	876	1.414	-538
Processo Administrativo	-	287	-287	-	235	-235
Tomadas de Contas	125	333	-208	113	419	-306
Outras Naturezas	542	813	-271	482	646	-164
Total	26.999	29.196	-2.197	25.385	26.250	-865

Fontes: Relatórios Estatísticos da Corregedoria e SGAP.

Nota: (*) Excluídas as naturezas Adesão a Registro de Preços - TCE, Contrato - TCE, Convênio - TCE e Licitação - TCE.

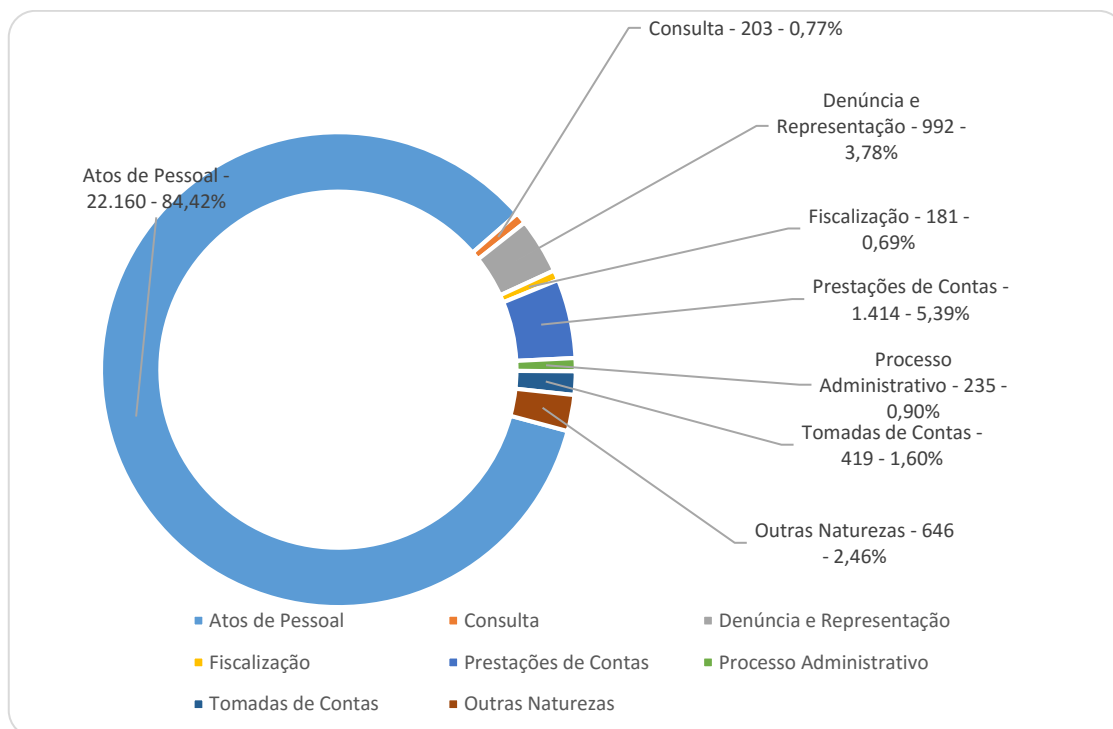
Relatório de Atividades Exercício de 2019

GRÁFICO 1 - Processos autuados e deliberados no exercício



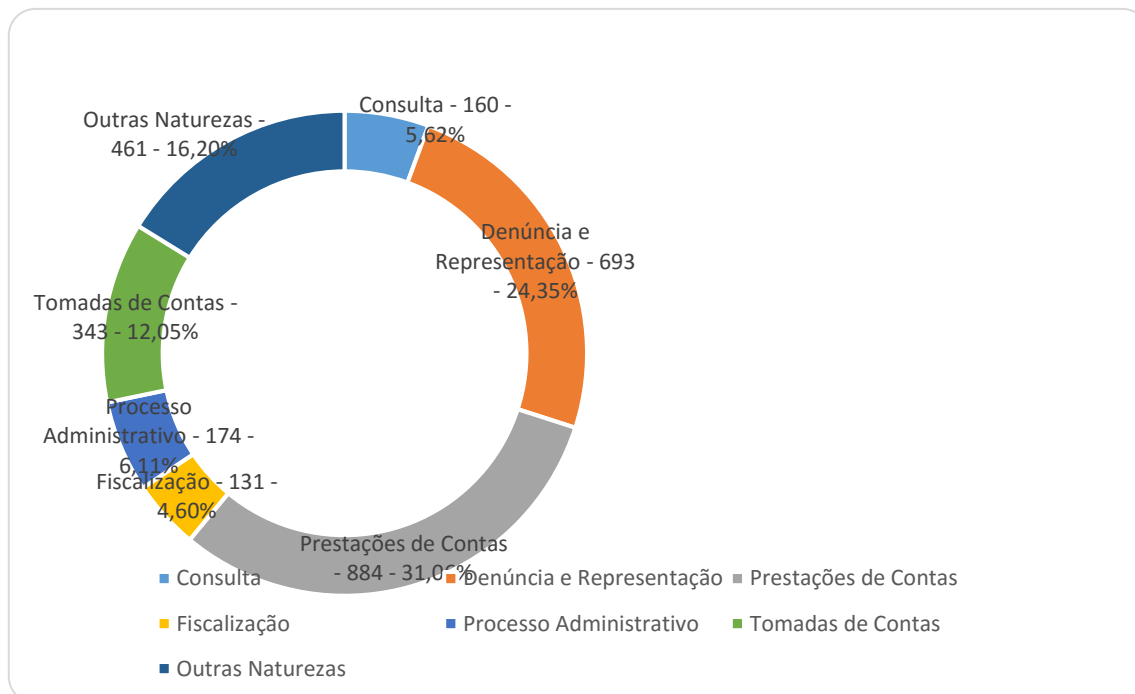
Fontes: Relatórios Estatísticos da Corregedoria e SGAP.

GRÁFICO 2 - Naturezas dos processos deliberados no exercício



Fontes: Relatórios Estatísticos da Corregedoria e SGAP

**GRÁFICO 3 - Naturezas dos processos deliberados no exercício
(Excluídos os processos de Atos de Pessoal)**



Fontes: Relatórios Estatísticos da Corregedoria e SGAP.

Integram os agrupamentos utilizados nos gráficos e tabelas as seguintes naturezas:

- **Atos de Pessoal:** Aposentadoria; Apostila; Apostila Retificatória de Proventos/Taxação; Ato Retificador de Aposentadoria; Ato Retificador de Pensão; Ato Revisional - EC n. 70/2012; Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal; Cancelamento/Atos Concessórios; Cancelamento/Atos de Pessoal; Complemento de Benefícios de Pensão; Complemento de Proventos de Aposentadoria; Edital de Concurso Público; Pensão e Reforma.
- **Consulta:** Consulta.
- **Denúncia e Representação:** Denúncia; Denúncia - Atos de Admissão e Representação.
- **Fiscalização:** Acompanhamento; Auditoria; Auditoria Operacional; Auditoria - Atos de Pessoal; Inspeção Especial; Inspeção Extraordinária; Inspeção Extraordinária - Atos de Admissão; Inspeção Extraordinária - Licitação; Inspeção Ordinária; Inspeção Ordinária - Atos de Admissão; Inspeção Ordinária - Licitação; Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo; Monitoramento; Monitoramento de Auditoria Operacional; Pedido de Auditoria; Pedido de Inspeção; Relatório de Auditoria; Relatório de Inspeção; Relatório de Inspeção - Licitação e Relatório de Inspeção Extraordinária.
- **Prestações de Contas:** Balanço Geral do Estado; Prestação de Contas; Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias; Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública; Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública; Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores; Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade

de Economia Mista; Prestação de Contas de Adiantamento; Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção; Prestação de Contas de Contrato; Prestação de Contas de Convênio; Prestação de Contas de Diária de Viagem; Prestação de Contas de Exercício; Prestação de Contas de Ordenadores; Prestação de Contas de Termo Aditivo; Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio; Prestação de Contas do Executivo Municipal; Prestação de Contas do Legislativo Municipal e Prestação de Contas Municipal.

- **Processo Administrativo:** Processo Administrativo.
- **Tomadas de Contas:** Tomada de Contas; Tomada de Contas Especial e Tomada de Contas Extraordinária.
- **Outras Naturezas:** Agravo; Assunto Administrativo - Ato Normativo; Assunto Administrativo - Câmaras; Assunto Administrativo - Multa/Apartado; Assunto Administrativo - Pleno; Balancete Mensal; Balanço Geral; Contrato; Convênio; Dispensa de Licitação; Distrato; Edital de Licitação; Embargos Declaratórios; Embargos Infringentes; Incidente de Impedimento/Suspeição; Incidente de Inconstitucionalidade; Incidente de Uniformização de Jurisprudência; Incidente Processual; Inexigibilidade de Licitação; Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais; Levantamento; Licitação; Pedido de Reconsideração; Pedido de Reexame; Pedido de Rescisão; Processo de Liquidação; Projeto de Enunciado de Súmula; Recurso Administrativo; Recurso de Reconsideração; Recurso de Rescisão; Recurso de Revisão; Recurso Ordinário; Relatório de Avaliação Atuarial; Relatório de Sindicância; Restituição de Caução; Termo Aditivo a Contrato; Termo Aditivo a Convênio; Termo Aditivo ao Termo de Ajuste; Termo de Acordo; Termo de Ajustamento de Gestão; Termo de Ajuste; Termo de Autorização; Termo de Cessão; Termo de Comodato; Termo de Cooperação; Termo de Parceria; Termo de Rescisão de Convênio; Termo de Responsabilidade e Termo de Transferência.

3.3 INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

O TCEMG, nos termos do Regimento Interno – Resolução n. 12/2008 –, adota os seguintes instrumentos de Fiscalização:

a) Auditoria:

Considera-se auditoria, o procedimento de fiscalização com a finalidade de:

- a) avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão de recursos públicos, bem como da execução e resultados alcançados pelas políticas e programas públicos;
- b) avaliar as operações, atividades, sistemas de gerenciamento e controle interno;
- c) conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes do Estado e do Município, ou do Ministério Público Estadual, bem como dos fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais; (RITCEMG, art. 282, I.)

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Conforme o Manual de Auditoria do TCEMG, aprovado pela Resolução n. 02/2013, as auditorias subdividem-se em:

- Auditorias de regularidade, que abrangem as auditorias de conformidade e as financeiras ou contábeis; e
- Auditorias de desempenho ou operacionais.

As auditorias de regularidade objetivam examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial (NAT TCU).

As auditorias de desempenho ou operacionais objetivam avaliar se as intervenções ou medidas governamentais foram realizadas de acordo com os princípios de economia, eficiência e efetividade (NAT TCU).

TABELA 7 - Tipos de auditoria

Natureza dos Trabalhos		CrITÉRIOS Estabelecidos	Conclusão/parecer dos servidores técnicos
Regularidade	Conformidade	Leis, regulamentos ou outras exigências estabelecidas por terceiros	Entendimento acerca da conformidade do objeto auditado às normas aplicáveis, compreendendo, conforme o caso, avaliação da conduta dos responsáveis
	Financeira	Princípios contábeis geralmente aceitos e demais normas	Entendimento a respeito da adequação das demonstrações contábeis
Operacional		Economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade	Entendimento a respeito da economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade do objeto auditado, acompanhada de recomendações para aprimoramento da gestão, quando for o caso

Fonte: Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução n. 02/2013.

b) Inspeção:

Considera-se inspeção o procedimento de fiscalização com a finalidade de:

- a) suprir omissões, falhas ou dúvidas e esclarecer aspectos atinentes a atos, documentos ou processos em exame;
- b) obter dados ou informações preliminares sobre a procedência de fatos relacionados a denúncias ou representações;
- c) verificar o cumprimento de decisões do Tribunal (RITCEMG, art. 282, II.)

c) Levantamento:

É o instrumento de fiscalização utilizado para:

I - conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades estaduais e municipais, incluídos fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;

II - identificar objetos e instrumentos de fiscalização;

III - aprimorar seus mecanismos de controle. (RITCEMG, art. 295.)

d) Monitoramento:

Considera-se o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

O monitoramento será realizado:

I - pelo Ministério Público junto ao Tribunal, nos casos das medidas cautelares mencionadas no § 1º do art. 96 da Lei Complementar n. 102/08 e da execução de decisão do Tribunal que impute débito ou multa, promovida pela Advocacia Geral do Estado ou pelas procuradorias dos municípios;

II - nos demais casos, pelas unidades técnicas do Tribunal com o apoio dos órgãos de controle interno das unidades jurisdicionadas. (RITCEMG, art. 291.)

e) Acompanhamento:

Trata-se de instrumento de fiscalização utilizado para examinar, em um período predeterminado, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência, a legitimidade, a economicidade e a razoabilidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal.

3.4 AÇÕES DE INCREMENTO À ATIVIDADE FINALÍSTICA

O Tribunal armazena atualmente um volume significativo de dados – em torno de 42 TB (terabytes), procedentes de sistemas internos disponibilizados aos jurisdicionados, como também de bases externas acessadas pelo TCEMG em razão de parcerias realizadas com outros órgãos públicos.

São informações sobre despesas, receitas, compras públicas, licitações e contratos, convênios, atos de pessoal, orçamento, mercado de trabalho, dentre outras, que subsidiam ações de fiscalização, de orientação, de avaliação de políticas públicas, bem como de transparência e de incentivo ao controle social. O Tribunal utiliza essas informações, individual ou conjuntamente, em malhas eletrônicas, contribuindo para a celeridade e qualidade das atividades-fim.

Citam-se, a título de exemplo, alguns sistemas informatizados e bases externas, dos quais são extraídos os dados: Sistema Informatizado de Contas Municipais (SICOM), Fiscalizando com o TCE, Nota Fiscal Eletrônica (Secretaria da Fazenda), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).



Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Núcleo de Fiscalização Integrada de Matérias Especiais

Ações em destaque

Levantamento de Informações

Objeto: Atendimento de demandas orientadas.

Finalidade: Fornecer informações requeridas por outras unidades do Tribunal para subsidiar instrução de processo, planejamento de auditorias e outras análises fora do escopo dos projetos e ações programadas mediante pesquisa às bases de dados.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Contribuição aos demais setores de fiscalização tornando mais assertivas as análises técnicas.
- Redução de diligências.

Etapas: Permanente. Concluídos 06 levantamentos.

Aprimoramento de Ferramentas de Fiscalização e Controle

Objeto: Desenvolvimento e implantação de 04 análises automatizadas predefinidas com base em dados e informações de múltiplas fontes acerca de contratações de obras e serviços de engenharia.

Finalidade: Possibilitar o acompanhamento contínuo de dados e a produção de informações estratégicas para o controle externo.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Suporte ao processo decisório de fiscalizações.

Etapas: Finalizado.

Participação no Projeto ALICE Nacional - Estruturação de metodologias e soluções de TI

Objeto: Projeto nacional de desenvolvimento de ferramenta de inteligência artificial, conduzido pelo TCU.

Finalidades: Desenvolver e instituir no âmbito de cada Tribunal de Contas associado, uma ferramenta de inteligência artificial capaz de identificar e alertar em tempo real a existência de inconsistências e vícios em editais de licitação.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Incremento do alcance e tempestividade das providências corretivas.
- Subsídios para ações de fiscalização

Etapas: Em andamento, conforme cronograma estabelecido pelo TCU.

Aprimoramento dos Indicadores para Definição de Risco, Materialidade e Relevância

Objeto: Indicadores de risco, materialidade e relevância obtidos a partir das análises de dados do Suricato.

Finalidade: Apresentar proposta de sistematização da proposição, desenvolvimento, priorização, aplicação e controle de qualidade de indicadores a serem utilizados para fins de identificação de situações de risco de prejuízo ao erário e classificação por ordem de gravidade para fins de orientação de planejamento de ações de fiscalização.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Seleção mais objetiva e assertiva de objetos de fiscalização.

Etapas: Ferramenta de análise automatizada desenvolvida. Em elaboração de relatório final do desenho da sistemática de desenvolvimento de indicadores.

Fonte: Relatório de Atividades do Suricato - Exercício de 2019

Núcleo de Fiscalização Integrada de Atos de Pessoal

Ações em destaque

Aplicação de Ferramenta de Fiscalização decorrente de Acordo de Cooperação

Objeto: Atualização dos resultados das análises automatizadas predefinidas, conforme estratégia para controle conjunto, decorrente de Acordo de Cooperação, sobre temas de Atos de Pessoal.

Finalidade: Analisar os resultados obtidos com a aplicação dos requisitos das malhas para subsidiar ações de fiscalização.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Suporte às ações de controle da área técnica.

Etapas: Em andamento.

Aprimoramento de Ferramentas de Fiscalização e Controle

Objeto: Desenvolvimento e implantação de 01 análise automatizada predefinida com base em dados e indicadores acerca de regimes próprios de previdência.

Finalidade: Subsidiar planejamento da fiscalização.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Seleção mais objetiva e assertiva dos objetos de fiscalização.

Etapas: Concluído.

Aplicação de Ferramentas de Fiscalização e Controle

Objeto: Desenvolvimento e implantação de 21 análises automatizadas predefinidas com base em dados e informações de fontes diversas, acerca de objetos da área de fiscalização de atos de pessoal do TCEMG.

Finalidade: Subsidiar planejamento da fiscalização.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Seleção mais objetiva e assertiva dos objetos de fiscalização.

Etapas: Concluído.

Aplicação de Ferramentas de Fiscalização e Controle

Objeto: Atualização dos resultados das análises automatizadas predefinidas, aplicadas a objetos da área de fiscalização de atos de pessoal do TCEMG.

Finalidade: Subsidiar planejamento da fiscalização.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Seleção mais objetiva e assertiva dos objetos de fiscalização.

Etapas: 02 análises concluídas e 01 em andamento.

Aperfeiçoamento de Ferramentas de Fiscalização e Controle

Objeto: Avaliação dos painéis já desenvolvidos pelo Núcleo de Fiscalização de Atos de Pessoal.

Finalidade: Melhorar a qualidade dos dados disponíveis nos painéis desenvolvidos pelo Núcleo de Fiscalização de Atos de Pessoal a fim de gerar informação estratégica para realização das ações de fiscalização.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Melhoria da efetividade das ações de fiscalização de atos de pessoal.

Etapas: Concluído.

Desenvolvimento de relatórios interativos para subsidiar ações de fiscalização

Objeto: Disponibilização de infográfico segundo solicitações feitas pelas áreas de fiscalização do Tribunal.

Finalidade: Possibilitar um comparativo entre as diversas bases de dados, pela equipe que realizará as auditorias.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Melhoria da efetividade das ações de fiscalização.
- Identificação de possíveis inconsistências entre as diversas bases de dados, aprimorando, assim, o processo de fiscalização.

Etapas: Concluído.

Fonte: Relatório de Atividades do Suricato - Exercício de 2019

Ações em destaque

Projeto Receitas Municipais

Objeto: Plataforma de consolidação de informações das receitas municipais e orientação aos gestores.

Finalidades: Conhecer a realidade da arrecadação tributária municipal para que o Projeto Receitas pudesse ser implementado. Fornecer informações aos municípios sobre sua realidade fiscal, bem como permitir o acesso ao diagnóstico específico e às recomendações.

Resultados esperados e/ou alcançados:

- Contribuição para a melhoria da gestão fiscal dos Municípios, por meio das recomendações feitas com base em diagnóstico elaborado pelo TCE-MG.
- Disseminação de melhores práticas.

Etapas: Implementação: finalizada. Execução dos acompanhamentos previstos: em andamento.

Aprimoramento de Ferramentas de Fiscalização e Controle

Objeto: Desenvolvimento e implantação de 03 análises automatizadas predefinidas com base em dados e informações de múltiplas fontes acerca de objetos de fiscalização da área de municípios do TCEMG.

Finalidade: Possibilitar o acompanhamento contínuo de dados e a produção de informações estratégicas para o controle externo.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Suporte ao processo decisório de fiscalizações.

Etapas: Finalizado.

Aprimoramento do SICOM

Objeto: Avaliação permanente da base de dados do Sicom.

Finalidade: Levantamento de eventuais necessidades de melhoria ou correções necessárias e apresentação de propostas ou sugestões de melhorias.

Resultados esperados e/ou alcançados:

- Melhoria das informações extraídas da base de dados do Sicom.
- Minimização do risco de informação inconsistente ou incompleta.
- Redução das divergências e inconsistências das extrações da base de Dados do Sicom.

Etapas: Permanente.

Levantamento Informações para entidades parceiras

Objeto: Fornecimento de informações em atendimento a Acordos de Cooperação Técnica ou instrumentos congêneres.

Finalidade: Subsidiar os parceiros em suas atividades a respeito das informações solicitadas com base nos bancos de dados disponíveis.

Resultados esperados e/ou alcançados:

- Maior alcance de ações de controle.

Etapas: Atendimento a 06 solicitações.

Levantamento de Informações para subsidiar atividades das unidades do TCEMG

Objeto: Atendimento de demandas orientadas.

Finalidade: Fornecer informações requeridas por outras unidades do Tribunal para subsidiar instrução de processo, planejamento de auditorias e outras análises fora do escopo dos projetos e ações programadas mediante pesquisa às bases de dados.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Suporte aos demais setores de fiscalização tornando mais assertivas as análises técnicas.
- Redução de diligências.

Etapas: Permanente. Foram realizados 12 levantamentos destinados a diversas unidades técnicas.

Fonte: Relatório de Atividades do Suricato - Exercício de 2019

Ação em destaque

Desenvolvimento de Ferramentas de Fiscalização e Controle

Objeto: Desenvolvimento e implantação de 01 análise automatizada predefinidas com base em dados e informações de múltiplas fontes acerca de objetos de fiscalização da área estadual do TCEMG.

Finalidade: Possibilitar o acompanhamento contínuo de dados e a produção de informações estratégicas para o controle externo.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Suporte ao processo decisório de fiscalizações.

Etapas: Finalizado.

Aprimoramento de Ferramentas de Fiscalização e Controle

Objeto: Painel interativo para visualização e acompanhamentos dos contratos firmados pela esfera estadual.

Finalidade: Disponibilizar infográfico para consulta de processos e contratos.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Suporte aos trabalhos de auditoria de modo a contribuir para a tempestividade e qualidade das atividades planejadas.

Etapas: Concluído.

Fonte: Relatório de Atividades do Suricato – Exercício de 2019

3.5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO REALIZADAS NO EXERCÍCIO

O Tribunal, por meio dos instrumentos de fiscalização expostos, realiza ações de controle que visam, em última instância, a atender aos anseios sociais por uma gestão pública mais eficiente, eficaz e efetiva.

Para melhor compreensão dos resultados gerados, essas ações são apresentadas em 6 (seis) macroprocessos de trabalho finalísticos, conforme definidos pela Cadeia de Valor do TCEMG:

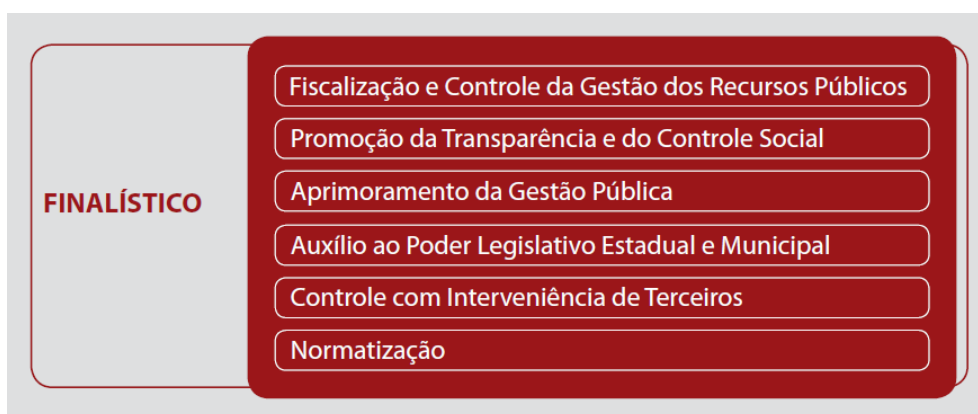


Figura 6 - Macroprocessos do Elo Finalístico

A seguir, encontram-se as ações realizadas e os processos, em destaque, analisados pelas Unidades Técnicas durante o exercício, alocados em seus processos da Cadeia de Valor:

3.5.1 Fiscalização e controle da gestão dos recursos públicos

Objetiva exercer as atribuições conferidas pelas normas constitucionais e legais, adotando os procedimentos e as medidas necessárias ao eficiente, eficaz e efetivo desempenho de sua função de fiscalização e controle, com vistas a assegurar a boa e regular gestão dos recursos públicos.



Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Realização de inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial (fiscalização da conformidade)

Ações em destaque (continua)

Auditoria de conformidade

Objeto: Estrutura legislativa, física e organizacional da Administração Tributária Municipal dos Municípios Alfenas; Betim; Januária; Montes Claros e Janaúba.

Finalidade: Implementar medidas objetivando o incremento da receita tributária municipal.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Implementação de medidas objetivando o incremento da receita tributária municipal.

Etapas: Fiscalização concluída.

Auditoria de Conformidade

Objeto: Aplicação de recursos do Fundeb e Fundef no Município de Confins

Finalidades: Examinar a regularidade da origem e aplicação dos recursos FUNDEB, recebidos pelo Município nos exercícios de 2017 e 2018; verificar a regularidade da nomeação e atuação dos membros do Conselho do FUNDEB nesse período; assim como analisar a aplicação dos recursos do precatório judicial, pagos pela União no exercício de 2016, decorrentes da complementação dos recursos do FUNDEF.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Ressarcimento ao erário em face de realização de pagamentos irregulares.
- Glosa de despesas realizadas em finalidades adversas àquelas para as quais o Fundeb se destina.
- Melhoria nos controles relativos à aplicação dos recursos oriundos do Fundeb, com vistas a garantir que eles serão aplicados na manutenção do ensino fundamental.

Etapas: Relatório final em elaboração.

Auditoria de Conformidade

Objeto: Aplicação de recursos do Fundeb e Fundef no Município de Patos de Minas.

Finalidades: Examinar a regularidade da origem e aplicação dos recursos FUNDEB, recebidos pelo Município nos exercícios de 2017 e 2018, verificar a regularidade da nomeação e atuação dos membros do Conselho do FUNDEB nesse período, assim como analisar a aplicação dos recursos do precatório judicial, pagos pela União no exercício de 2016, decorrentes da complementação dos recursos do FUNDEF.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Glosa de despesas realizadas em finalidades estranhas àquelas para as quais o Fundeb se destina.
- Melhoria nos controles relativos à aplicação dos recursos oriundos do Fundeb, com vistas a garantir que eles serão aplicados na manutenção do ensino fundamental.

Etapas: Relatório final em elaboração.

Auditoria de Conformidade

Objeto: Aplicação de recursos do Fundeb e Fundef no Município de Itamarandiba.

Finalidades: Examinar a regularidade da origem e aplicação dos recursos FUNDEB, recebidos pelo Município nos exercícios de 2017 e 2018, verificar a regularidade da nomeação e atuação dos membros do Conselho do FUNDEB nesse período, assim como analisar a aplicação dos recursos do precatório judicial, pago pela União no exercício de 2016, decorrente da complementação dos recursos do FUNDEF.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Ressarcimento ao erário em face de realização de pagamentos irregulares.
- Glosa de despesas realizadas em finalidades estranhas àquelas para as quais o Fundeb se destina.
- Melhoria nos controles relativos à aplicação dos recursos oriundos do Fundeb, com vistas a garantir que eles serão aplicados na manutenção do ensino fundamental.

Etapas: Fiscalização concluída.



Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (continuação)

Auditoria de Conformidade

Objeto: Aplicação de recursos do Fundeb no Município de Paraisópolis.

Finalidades: Examinar a regularidade da origem e aplicação dos recursos FUNDEB, recebidos pelo Município nos exercícios de 2017 e 2018, verificar a regularidade da nomeação e atuação dos membros do Conselho do FUNDEB nesse período.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Glosa de despesas realizadas em finalidades estranhas àquelas para as quais o Fundeb se destina;
- Melhoria nos controles relativos à aplicação dos recursos oriundos do Fundeb, com vistas a garantir que eles serão aplicados na manutenção do ensino fundamental.

Etapa: Fiscalização concluída.

Auditoria de Conformidade

Objeto: Aplicação de recursos do Fundef no Município de Paraisópolis.

Finalidades: Analisar a aplicação dos recursos do precatório judicial, pago pela União no exercício de 2016, decorrente da complementação dos recursos do FUNDEF.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Imputação de débito no valor de R\$428.973,40, devido ao pagamento de honorários advocatícios com recursos dos precatórios do Fundef.

Etapa: Fiscalização concluída.

Auditoria de Conformidade

Objeto: Aplicação de recursos do Fundeb e Fundef no Município de Jordânia.

Finalidades: Examinar a regularidade da origem e aplicação dos recursos FUNDEB, recebidos pelo Município nos exercícios de 2017 e 2018; verificar a regularidade da nomeação e atuação dos membros do Conselho do FUNDEB nesse período; assim como analisar a aplicação dos recursos do precatório judicial, pagos pela União no exercício de 2016, decorrentes da complementação dos recursos do FUNDEF.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Glosa de despesas realizadas em finalidades estranhas àquelas para as quais o Fundeb se destina.
- Melhoria nos controles relativos à aplicação dos recursos oriundos do Fundeb, com vistas a garantir que eles serão aplicados na manutenção do ensino fundamental.

Etapa: Relatório final em elaboração.

Auditoria de Conformidade

Objeto: Gestão do Regime Próprio de Previdência de Santa Luzia; Sabará; Candeias; Guiricema; Gurinhatã; Montes Claros; Paraguaçu; Patrocínio; Pintópolis; Piranga; Presidente Olegário.

Finalidades: Verificar a consistência da base cadastral, a correção e tempestividade das contribuições previdenciárias, a correção do valor da taxa de administração, o cumprimento dos termos de parcelamento e a boa gestão dos recursos.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Correção das ocorrências apontadas, visando ao equilíbrio financeiro e ao atuarial do Instituto de Previdência Municipal.
- Conscientização da necessidade de tempestivamente registrar e manter atualizados os dados cadastrais dos contribuintes vinculados ao Fundo Previdenciário.

Etapa: Fiscalização concluída.

Ações em destaque (conclusão)

Auditoria de Conformidade

Objeto: Gestão e Controle dos gastos com combustível de Muriaé; Guiricema; Vieiras; Espírito Santo do Dourado; Itaobim; Jequitinhonha; Almenara.

Finalidades: Contribuir para a melhoria de medidas visando ao aprimoramento dos sistemas de controle interno e avaliar a aplicação do recurso de transporte em consonância com os critérios da economicidade, eficácia, efetividade e eficiência, envolvendo gastos com combustíveis, aquisições de peças e controle dos gastos realizados no setor de transporte.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Adoção, pelos Municípios, de procedimentos que visam ao controle da atividade, tornando-a segura quanto aos aspectos do controle interno.
- Atendimento de forma eficaz ao usuário interno e externo do serviço de transporte.
- Aplicação dos instrumentos de controle como ferramentas de gestão e tomada de decisão, visando atender aos princípios da economicidade, eficácia, efetividade e eficiência.

Etapa: Fiscalização concluída.

Inspecção Extraordinária

Objeto: Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Guiricema.

Finalidades: Apurar supostas irregularidades em atos de gestão praticados na Câmara Municipal e Prefeitura Municipal, determinadas nos Expedientes da Presidência nº 3301/2018 de 29/10/2018.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Correção de desvios ao interesse público.
- Ressarcimento de dano ao erário.

Etapa: Fiscalização Concluída.

Auditoria de conformidade nos contratos de fornecimento de alimentação em presídios da SEJUSP

Objeto: Avaliar, mediante amostragem, a gestão dos contratos de alimentações em presídios celebrados pelo Estado, e indicar possíveis ações de controle observando-se os critérios de materialidade, relevância, oportunidade e risco.

Finalidade: Verificar se as licitações e a execução dos contratos da SEJUSP para alimentação em Presídios estão em conformidade com a legislação.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Correção de irregularidades e apuração de eventuais danos à Administração com os contratos.
- Proposição de ações e mecanismos de controle para o aprimoramento dos gastos públicos da Secretaria.

Etapa: Relatório em elaboração.

Fontes: Relatório de Atividades da DCEE e da DCEM – Exercício de 2019.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos relevantes analisados pela Unidade Técnica (continua)		
Processo	Natureza	Especificação
958.194	Auditoria – Atos de Pessoal	Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Guimarães tendo como objeto verificar a procedência de contratações temporárias com concurso em vigor; contratações inexistentes no plano de cargos e salários; e outras contratações irregulares.
1.031.391	Auditoria	Auditoria realizada nas escolas da rede municipal de Belo Horizonte, com o objetivo de verificar a prestação de serviço do oferecimento de alimentação escolar no exercício de 2017.
1.054.068	Auditoria	Auditoria no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Serranos – SERRANOSPREV
1.015.857	Auditoria	Auditoria na Câmara Municipal de Sete Lagoas com o objetivo de examinar a regularidade dos ressarcimentos de despesas realizadas aos vereadores a título de “verbas indenizatórias” durante os exercícios de 2015 e 2016.
1.013.245	Auditoria	Auditoria na Câmara Municipal de Conceição do Pará com o objetivo de examinar a regularidade dos ressarcimentos de despesas realizadas aos vereadores a título de “verbas indenizatórias” durante os exercícios de 2015 e 2016.
712.714	Processo Administrativo	Inspeção extraordinária realizada para verificar a execução dos contratos e procedimentos para contratação de prestação de serviços de limpeza realizados pela Superintendência de Limpeza Urbana desde 1998.
1.058.852	Tomada de Contas Especial	Prestação de contas de recursos provenientes do Fundo de Projetos Culturais para execução do projeto cultural n. 595/FPCCR.
1.058.844	Tomada de Contas Especial	Prestação de contas do Instituto de Educação Arca da Aliança, por falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Município de Belo Horizonte, para atendimento na Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica.
1.031.291	Tomada de Contas Especial	Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Uberaba e a Caixa Escolar Centro Municipal de Educação Avançado Cairo Theodoro Baptista - Cemea Abadia. Objeto: apurar eventuais irregularidades na aplicação de verbas do Programa Municipal dinheiro direto na escola, identificadas no processo de sindicância administrativa nº 01/21652/2013.
959.017	Auditoria	Auditoria de Conformidade no serviço de transporte escolar oferecido pelo município de Porteirinha aos alunos da rede pública de ensino no período de 2014 a junho de 2015.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos relevantes analisados pela Unidade Técnica (continuação)		
Processo	Natureza	Especificação
1.054.046, 1.053.890, 1.054.084, 1.054.129, 1.054.136, 1.054.204 e 1.054.055	Auditoria	Auditoria de Receita Tributária realizadas nos Municípios de Itaú de Minas, Conceição do Mato Dentro, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Itanhandu, Uberaba e Santos Dumont.
1.058.524, 1.054.070	Auditoria	Projeto RPPS Auditorias realizadas nos Institutos de Previdência dos Municípios de São Sebastião do Paraíso e Juiz de Fora.
1.054.214, 1.054.271, 1.058.528, 1.058.529, 1.054.002 e 1.054.048	Auditoria	Projeto RPPS Auditorias realizadas nos Institutos de Previdência dos Municípios de Barbacena, Fronteira dos Vales, Pouso Alegre, Francisco Sá, Governador Valadares e Belmiro Braga.
1.054.235, 1.054.211, 1.058.525, 1.054.068 e 1.054.069	Auditoria	Projeto RPPS Auditorias realizadas nos Institutos de Previdência dos municípios de Além Paraíba, Teófilo Otoni, Berizal, Serranos e Estrela do Indaiá.
1.031.268	Auditoria	Auditoria de conformidade realizada na Prefeitura Municipal de Araguari, no período de 16/10 a 27/10/2017, que teve por objetivo verificar a regularidade dos serviços de transporte escolar oferecidos pelo Município no período de janeiro a setembro de 2017, próprios e terceirizados, assim como verificar se eles atendiam à demanda de alunos da rede pública de ensino e avaliar as condições dos serviços.
1.024.725 e 1.047.653	Tomada de Conta Especial	Tomada de Contas Especial em face da omissão no dever de prestar contas de recurso repassado pela Prefeitura de Uberlândia à entidade Sacolão Móvel Comunitário em 2012, nos valores originais de R\$85.000,00 (processo 1.024.725) e R\$24.960,00 (processo 1.047.653).
1.015.600	Edital de Licitação	Verificar a regularidade Pregão Presencial nº 17/2016 - Processo Licitatório n. 075/2016 - Prefeitura Municipal de Pratápolis/MG.
1.053.854	Auditoria	Analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da administração tributária do Município de Fronteira.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos relevantes analisados pela Unidade Técnica (conclusão)		
Processo	Natureza	Especificação
1.054.204	Auditoria	Analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da administração tributária do Município de Uberaba.
1.041.571	Auditoria	Analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da administração tributária do Município de Porteirinha.
1.048.976	Auditoria	Analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da administração tributária do Município de Congonhas.
1.058.528	Auditoria	Regime Próprio de Previdência Social- RPPS do Município de Pouso Alegre.
1.058.529	Auditoria	Regime Próprio de Previdência Social- RPPS do Município de Francisco Sá.
1.054.002	Auditoria	Regime Próprio de Previdência Social- RPPS do Município de Governador Valadares.
1.054.048	Auditoria	Regime Próprio de Previdência Social- RPPS do Município de Belmiro Braga.

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM, da DCEE e da DFAP – Exercício de 2019

Fiscalização dos empréstimos ou operações de créditos

Ação em destaque

Acompanhamento

Objeto: Operações de crédito, realizadas pelo Estado de Minas Gerais.

Finalidade: Analisar o montante e o percentual das operações de crédito realizadas pelo Estado de Minas Gerais tendo em vista os limites fixados por meio da Resolução nº 40/01 do Senado Federal.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Atuação tempestiva do TCEMG de modo a evitar o aumento da Dívida Pública Estadual em patamares não condizentes com o cenário fiscal.

Etapa: Acompanhamento constante.

Fonte: Relatório de Atividades da DCEE - Exercício de 2019

Julgamento das contas anuais de gestão

Processo em destaque analisado pela Unidade Técnica

Processo	Natureza	Especificação
1.040.693	Prestação de Contas de Exercício	Prestação de Contas de Exercício do Fundo Especial do Poder Judiciário – FEJP – exercício 2017.

Fonte: Relatório de Atividades da DCEE - Exercício de 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Julgamento das contas especiais

Processos em destaque analisado pela Unidade Técnica (continua)		
Processo	Natureza	Especificação
1.048.041	Tomada de Contas Especial	Análise de defesa concluída em 08/03/2019.
1.054.184	Tomada de Contas Especial	Recurso Ordinário interposto em face da decisão prolatada no processo n. 804544 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL instaurada pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
1.041.500	Tomada de Contas Especial	Auditoria realizada na Câmara Municipal de Itabirito com o objetivo de apurar irregularidades da execução de despesas com verbas indenizatórias efetuadas pelos vereadores nos meses de janeiro/2017 a fevereiro/2018, convertida em Tomada de Contas Especial.
1.046.771	Tomada de Contas Especial	Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução 22/2016, referente ao Convênio 221/2013, firmado entre a Secretaria de Estado de Esportes e a entidade "Associação Acadêmica de Esportes da Universidade Federal de Lavras". objeto: apoio financeiro para a execução do programa minas olímpica-oficina de esportes.
1.046.775	Tomada de Contas Especial	Convênio SETOP 1900/06 Itamarandiba.
838.874	Tomada de Contas Especial	Convênio SETOP 794/07 Minas Novas.
1.047.928	Tomada de Contas Especial	Convênio SEDRU 29/09 São Bento do Abade.
1.054.269	Tomada de Contas Especial	Convênio 1734/2012, firmado com o grupo Vhiver, para aquisição de materiais de artesanato e higiene e contratação de profissionais a execução de oficinas.
1.024.761	Tomada de Contas Especial	Convênio 1371010401308, celebrado entre SEMAD e Instituto Walden – tempo, homem e natureza, promover a valorização e a preservação das matas de araucária da região da área de proteção ambiental da Serra da Mantiqueira.
1.015.303	Tomada de Conta Especial	Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, a fim de apurar a possível falta de comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado, bem como a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário.
1.058.511	Tomada de Conta Especial	Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Governo, por meio da Resolução SEGOV n. 542, de 24/06/2016, publicada em 25/06/2016, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano referente ao Convênio nº 121/2012/SEGOV/PADEM.
1.066.854	Tomada de Conta Especial	Convênio 1733/2012 celebrado em 23/11/12 entre a Secretaria de Estado de Saúde – SES, e o Grupo de Integração Social de Apoio ao Portador do HIV/AIDS.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisado pela Unidade Técnica (continua)		
Processo	Natureza	Especificação
1.071.586	Tomada de Conta Especial	Convênio 144/2006 celebrado entre Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop e o Município de Itamarandiba.
932.202	Tomada de Conta Especial	Tomada de Contas Especial, instaurada através da resolução de nº 3567/2012 da secretaria de estado da saúde relativa à prestação de contas do convênio 180/2007, celebrado com a associação mineira dos portadores do vírus da hepatite c - Amiphec, com sede no Município de Belo Horizonte.
1.066.816	Tomada de Conta Especial	Tomada de Contas Especial 016/2017, instaurada pela resolução 22/2017 - convênio 1271001752/2015 -movimento cultural social olhai as crianças e os adolescentes. Objeto: oficinas de caráter cultural.
1.048.961	Tomada de Conta Especial	Quantificar dano ao erário e identificar responsáveis por irregularidade na aquisição de 2 equipamentos de fototerapia (uva e uvb), por intermédio do Instituto de Previdência dos Servidores Militares, para utilização na clínica dermatológica do HPM.
1.054.196	Tomada de Contas Especial	Apurar irregularidade das contas relativas ao convênio n. 204/2012/SEGOV/PADEM, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por meio da SEGOV/SUBSEAM, e o Município de Frei Inocência.
1.031.735	Tomada de Contas Especial	Apurar irregularidade das contas relativas ao Convênio nº 67/2011/SEGOV/PADEM, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Capitão Enéas
1.058.695	Tomada de Contas Especial	Apurar irregularidade na execução do Convênio nº 1960/2013, firmado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e o Grupo de Integração Social, Apoio ao Portador de HIV/AIDS e Informações Gerais – Vhiver.
1.007.416	Tomada de Contas Especial	Apurar irregularidade na execução de convênio, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e a entidade Social Brasil, para aquisição de materiais para confecção de vestimentas para os festejos juninos.
1.015.345	Tomada de Contas Especial	Apurar irregularidades na execução do convênio 95/2012 - transporte escolar, firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e o Município de Novo Cruzeiro.
1.007.918	Tomada de Contas Especial	Recursos repassados por meio de Incentivo Fiscal a empreendedor cultural.
1.054.286	Tomada de Contas Especial	Recursos repassados pelo Município de Uberlândia por meio dos convênios n. 148/2015 e n. 133/2016.

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM e da DCEE - Exercício de 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (conclusão)		
Processo	Natureza	Especificação
1.058.504	Tomada de Contas Especial	Convênio n. 095/2012, firmado com a Secretaria de Estado de Governo – SEGOV e o município de Mantena.
1.071.587	Tomada de Contas Especial	Convenio n. 583/2010 firmado entre a Secretaria de Estados de Transporte e Obras Públicas (atual Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA) e a Prefeitura Municipal de Mantena objetivando o melhoramento de vias públicas.
1.007.549	Tomada de Contas Especial	Convenio firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura e a República Independente da Banda Mole.
1.058.560	Tomada de Contas Especial	Contrato de locação de imóvel urbano destinado às instalações de unidades da estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMAD e do Instituto Estadual de Floresta – IEF, em Governador Valadares.
969.121	Tomada de Contas Especial	Aquisição de medicamentos pelo Centro Farmacêutico da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, nos anos de 2006 e 2007.
1.047.737	Tomada de Contas Especial	Aplicação de recursos captados junto à Secretaria de Estado de Esportes e Juventude por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (Projeto Esportivo n. 08/2013 – Minas Olímpica Incentivo ao Esporte), por entidade esportiva ligada às artes marciais, do município de Araxá.
1.024.391	Tomada de Contas Especial	Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Turismo e a Ordem dos Advogados do Brasil visando à realização de seminários para a sociedade civil e privada sobre aspectos jurídicos relacionados ao turismo ao longo da estrada real.
1.058.844	Tomada de Contas Especial	Prestação de contas do Instituto de Educação Arca da Aliança, por falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Município de Belo Horizonte, para atendimento na Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica.
969.121	Tomada de Contas Especial	Aquisição de medicamentos pelo Centro Farmacêutico da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, nos anos de 2006 e 2007.

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM e da DCEE - 3º Exercício 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica	
Processo	Especificação
884.820	Formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Diamantina que aponta diversas irregularidades cometidas pelo Prefeito Municipal, constantes do Relatório Final da Comissão de Parlamentar de Inquérito, como utilização de servidor público (motorista) para a compra e transporte de mudas cítricas, bem como a prática de nepotismo.
1.015.406	Formulada pelo Ministério Público de Contas contra o Prefeito Municipal de Lagoa Santa, na gestão 2013/2016, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento de Lagoa Santa, em razão de acúmulo de salários pelo citado Prefeito e pela contratação da Sociedade Empresarial MCorrea Construções Ltda, cujo representante legal era sócio do então Secretário Municipal de Desenvolvimento.
1.054.233	Postulada pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais em face do Município de Lagoa Santa, acerca de indícios de irregularidades incorridas no Edital de Concurso Público para provimento de cargos efetivos no Edital de Processo Seletivo para contratação em funções públicas.
1.015.599	Formulada por Vereadores da Câmara Municipal de Conceição das Pedras em face de possíveis irregularidades praticadas durante a gestão do Prefeito.
1.024.706	Representação com Medida Cautelar encaminhada pelo Ministério Público junto ao Tribunal, acerca de supostas irregularidades no descumprimento dos comandos constitucionais e legais, na concessão de apostilamento e reapostilamento na aposentadoria de servidor.
1.047.801	Análise de defesa concluída em 08/03/2019.
980.560	Inspeção realizada no Município de Francisco Sá para verificar os valores das contribuições devidas que foram repassados e que não foram repassados ao Instituto de Previdência por parte da Prefeitura, no período de 2013 a 2016; Verificar se o pagamento das parcelas dos acordos de parcelamento está em dia.
980.561	Denúncia sobre irregularidades nos pagamentos das contribuições mensais devidas ao PREVIBREJO, tanto patronal quanto da parte descontada dos servidores municipais, em especial, no período de 2015 a 2016, e de débitos objetos de parcelamentos celebrados com o Instituto.
932.405	Representação contra consórcio internacional de saúde de Paraopeba – Cisap, relativo à contratação da construtora Hapacer Ltda. para construção do centro de referência de atendimento médico do Cisap.

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM, da DCEE e da DFAP – Exercício de 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal

Ações em destaque

Participação da Coordenadora nos Cursos de: FOCUS, TC EDUCA, SEI, Mapeamento de Competências e Liderança em foco.

Objeto: Aprimorar conhecimentos.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Maior capacitação da liderança.
- Melhor qualificação para o enfrentamento das demandas da Coordenadoria.

Etapa: Curso concluído.

Relatório de Inspeção Extraordinária no Município de Uberaba

Objeto: Identificação de possíveis irregularidades na folha de pagamento.

Finalidade: Promover levantamento de possíveis irregularidades no município e apontar soluções para sanear-las.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Controle e fiscalização dos gastos públicos.

Etapa: Relatório já finalizado e encaminhado ao Relator.

Participação de servidores no curso de Avaliação de Programas e Políticas Públicas, Workshop e no Curso de RPPS.

Objeto: Aprimorar conhecimentos.

Finalidade: Maior capacitação técnica

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Melhor qualificação para o enfrentamento das demandas da Coordenadoria.

Etapa: Curso concluído.

Fontes: Relatórios de Atividades da DFAP – Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica		
Processo	Natureza	Especificação
1.031.348	Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	Decorrentes da decisão proferida no Acórdão do Processo de Edital de Concurso Público n. 986705 a qual determinou instauração de processo de atos de admissão, para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Prefeitura de Montezuma.
433.865	Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	Exame do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Corinto para analisar os atos de admissão de seus servidores no exercício de 1992.
757.574	Inspeção Ordinária – Atos de Admissão	Realizada na Prefeitura Municipal de Viçosa, objetivando o exame dos atos de admissão dos servidores pertencentes ao seu quadro de pessoal.
1.058.880	Edital de Concurso	Provimento de cargos do quadro de pessoal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabira.
1.066.900	Edital de Concurso	Provimento de empregos públicos na Prefeitura Municipal de Carneirinho.
812.367	Inspeção Ordinária	Exame da legalidade dos atos de admissão dos servidores pertencentes ao seu quadro e pessoal em 31/03/2009.

Fonte: Relatório de Atividades da DFAP - Exercício de 2019.

Relatório de Atividades

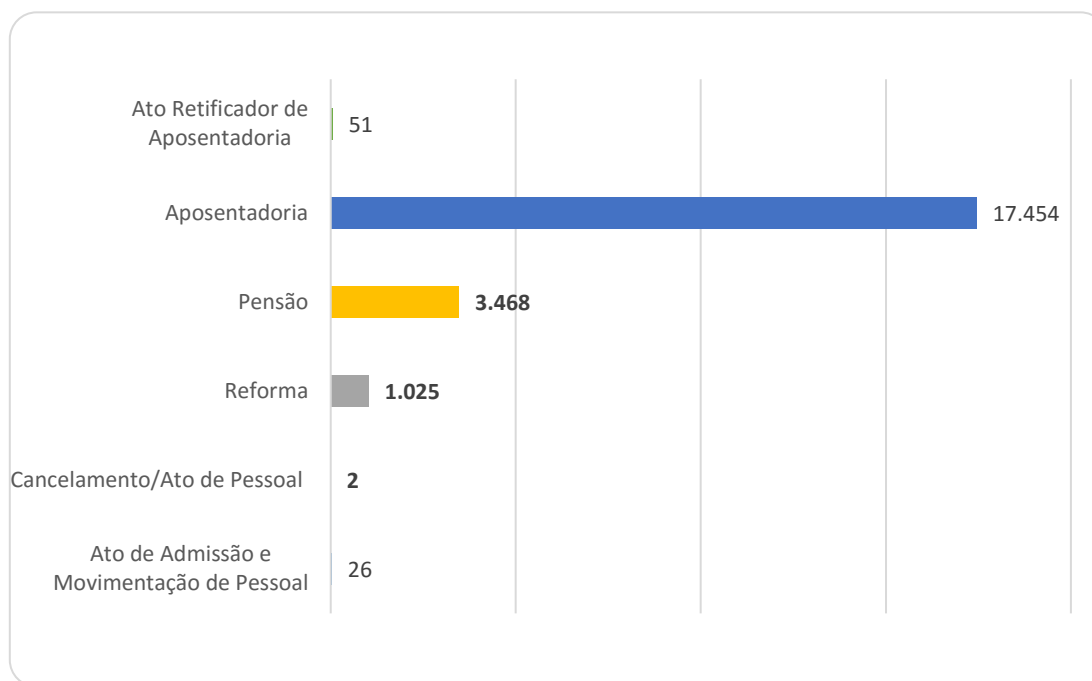
Exercício de 2019

Apreciação da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão

O Tribunal aprecia, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, conforme ato normativo próprio, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

No período, foram registrados 26 (vinte e seis) atos de admissão e movimentação de pessoal, 51 (cinquenta e um) atos retificadores de aposentadoria, 2 (dois) cancelamentos/atos de pessoal, 1.025 (mil e vinte e cinco) reformas, 3.468 (três mil quatrocentos e sessenta e oito) pensões, 17.454 (dezesete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) aposentadorias, conforme demonstrado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 - Registro de atos



Fonte: Relatório Estatístico do SGAP

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)	
Processo	Especificação
1.041.604	Prefeitura Municipal de Poço Fundo, diante do descumprimento dos comandos constitucionais e legais decorrentes da remessa a este Tribunal das aposentadorias e pensões dos servidores do Município de Poço Fundo.
1.041.586	Concorrência Internacional n. 03/2018, promovida pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, para exploração, mediante concessão da Rodovia MG 424, em um trecho de 51 quilômetros, situado entre Belo Horizonte e Sete Lagoas.
1.058.749	Esgotamento Sanitário

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (conclusão)	
Processo	Especificação
1.040.768	Concessão de serviço público precedida de obra pública para implantação, operação, gestão, controle e manutenção de sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle do uso remunerado das vagas de estacionamento rotativo em vias, áreas e logradouros públicos do Município de Uberaba - Estacionamento Rotativo.
1.041.586	Concorrência Internacional n. 03/2018, promovida pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, para exploração, mediante concessão da Rodovia MG 424, em um trecho de 51 quilômetros, situado entre Belo Horizonte e Sete Lagoas.

Fonte: Relatório de Atividades da DFAP e DFME – Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica		
Processo	Natureza	Especificação
1.058.589	Edital de Concurso Público	Concurso Público para atender às necessidades da Prefeitura de Formiga, SAAE e PREVIFOR.
1.058.483	Edital de Concurso Público	Provimento de cargos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Perdizes
1.053.942	Edital de Concurso Público	Provimento de cargos do quadro de pessoal do Município de Ervália.
1.031.464	Edital de Concurso Público	Provimento de cargos em regime estatutário da Prefeitura Municipal de Alvinópolis.
1.058.942	Edital de Concurso Público	Provimento de vagas nos cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Reduto

Fonte: Relatório de Atividades da DFAP - Exercício de 2019

Fiscalização das concessões comuns e das parcerias público-privadas no âmbito estadual e municipal

Ações em destaque

Levantamento de Informações ARSAE

Objeto: Concessões de abastecimento e tratamento de água e esgotamento e tratamento sanitário.

Finalidade: Conhecer a organização, o funcionamento e o alcance da agência na regulação dos serviços de saneamento e identificar produtos e resultados de sua atividade finalística que possam ser adotados como suporte de ações de fiscalizações empreendidas pelo TCEMG na área de concessões de abastecimento e tratamento de água e esgotamento e tratamento sanitário.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Conhecimento das estruturas e forma de atuação das entidades da administração estadual, incumbidas da organização, regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, e da forma pela qual os municípios acompanham a execução desses contratos de programa e identificação de possíveis falhas.

Etapas: Planejamento finalizado. Previsão de Conclusão do Levantamento (Maio/2020).

Fonte: Relatório de Atividades da DFME - Exercício de 2019.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica	
Processo(s)	Especificação
1.082.562	Concessão Administrativa dos serviços de transporte a partir dos pátios de transbordo, recebimento e tratamento térmico dos Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios de integrantes do Consórcio União da Serra Geral – MG.
1.040.728	Concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros regular por ônibus do Município de Pouso Alegre.
1.058.544	Concorrência nº 001/2018 para a concessão do serviço de transporte coletivo do Município de Ibiá.
1.058.813	Concorrência nº 006/2018 para seleção da proposta mais vantajosa visando contratar operadora mediante concessão para exploração e prestação do serviço de transporte coletivo no Município São Sebastião do Paraíso
1.071.329	Concessão administrativa da prestação dos serviços de iluminação nas vias públicas do município de Uberaba, incluídos o desenvolvimento, a modernização, a extensão, a eficientização energética, a operação e a manutenção.
1.066.586	Concessão administrativa para modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública em São Francisco, incluindo a responsabilidade pelo pagamento dos custos com energia elétrica do Município, conforme descrito no Edital e seus anexos.
1.066.848	Concessão administrativa para operação do serviço público de transporte coletivo de passageiros de Pará de Minas.
1.071.461	Concessão administrativa para execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, otimização, eficientização, expansão, operação e manutenção de infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Ribeirão das Neves/MG.
1.071.562	Concessão da prestação de serviços funerários e da revitalização, manutenção, operação, exploração e gestão de velórios públicos de Contagem/MG.
1.047.883	Concessão para prestação de serviços funerários de Betim-MG.

Fonte: Relatório de Atividades da DFME e da DFAP - Exercício de 2019.

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica		
Processo(s)	Natureza	Especificação
1.066.600	Edital de Licitação	Edital de Licitação referente à Concorrência Pública n.01/2019 realizada pela Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem - TRANSCON, destinada à concessão dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus do Município de Contagem.
1.054.288	Edital de Licitação	Edital de Licitação referente à Concorrência Pública n.002/2018 realizada pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da Associação da Microrregião do Circuito das Águas – CIMAG, CNPJ 21.406.451/001-01, cujo objeto é a concessão do serviço público de gerenciamento de resíduos sólidos.

Fonte: Relatório de Atividades da DFAP - Exercício de 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Fiscalização dos procedimentos de seleção de pessoal

Ação em destaque

Análise de Editais de Concurso Público

Editais encaminhados via FISCAP: 72

Editais autuados: 13

Editais analisados: 36

Escopo: Recebimento, autuação e análise de Editais de Concurso Público.

Finalidade: Fiscalizar os atos de admissão de pessoal.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Correção de irregularidades no ato convocatório de forma a impedir prejuízos a candidato.

Etapas: Relatórios iniciais concluídos em sua totalidade; reexames parcialmente concluídos.

Estudo para banco de dados da coordenadoria em matérias de Edital de Concurso Público e Atos de Admissão

Objeto: Discussão de temas atinentes a atos de pessoal para organizar um banco de dados dos assuntos da Coordenadoria.

Finalidade: Atualizar, alinhar e organizar a análise dos temas de competência da Coordenadoria.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Maior suporte para os analistas exercerem o controle dos Editais de Concurso Público

Etapas: Concluído.

Fonte: Relatório de Atividades da DFAP - Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica		
Processo(s)	Natureza	Especificação
1.066.551	Edital de Concurso Público	Provimento de vagas nos cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Sapucaí.
1.072.596	Edital de Concurso Público	Provimento de vagas existentes no Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Ipuina.
1.066.824	Edital de Concurso Público	Provimento de vagas nos cargos do quadro de pessoal da PM Muriaé.
1.058.589	Edital de Concurso Público	Concurso Público para atender às necessidades da Prefeitura de Formiga, SAAE e PREVIFOR.
1.058.483	Edital de Concurso Público	Provimento de cargos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Perdizes
1.053.942	Edital de Concurso Público	Provimento de cargos do quadro de pessoal do Município de Ervália.
1.031.464	Edital de Concurso Público	Provimento de cargos em regime estatutário da Prefeitura Municipal de Alvinópolis.

Fonte: Relatório de Atividades da DFAP - Exercício de 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Fiscalização dos procedimentos licitatórios

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)	
Processo(s)	Especificação
1.077.005	Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2019 – Processo Licitatório nº 029/2019, promovido pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene (CIMAMS), cujo objeto consiste no “Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de móveis escolares, móveis corporativos e móveis de aço, para atender as necessidades dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS”.
1.071.521	Delegação de permissão para a prestação de Serviços de Transporte Público Alternativo do Município de Sete Lagoas, a título precário.
1.066.506	Processo Licitatório promovido pela Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos, no valor estimado de R\$109.413.354,83
1.066.512	Contratação de “empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frotas por meio de sistema eletrônico, disponível em todo Estado de Minas Gerais para a frota dos veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG, para manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, retífica de motores, balanceamento de rodas, serviços de borracharia (fora do município de Ponte Nova), trocas de filtros de óleo e filtros de ar, alinhamento de direção, guincho, fornecimento de peças, produtos e acessórios de reposição genuínos, conforme condições e especificações deste edital” (fl. 31), com valor estimado das despesas em R\$ 4.125.000,00 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil reais), conforme Termo de Referência, fl. 121.
1.058.833	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio operacional à administração e gerenciamento de abastecimento em postos de combustíveis credenciados através do fornecimento de cartões magnéticos para serem utilizados em veículos oficiais ou locados pelos órgãos/entidades do Município de Rio Paranaíba, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado, via internet, compreendendo sistema de gerenciamento integrado” (fl. 21). O valor estimado para a contratação é de R\$ 2.724.426,09 (Dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e nove centavos), fl. 161.
1.047.889	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários a serem executados na UPA – Unidade de Pronto Atendimento”.
1.058.913	Contratação de fornecedor especializado na prestação de serviços técnicos de informática para a SEF/MG, sob demanda, no valor estimado de R\$32.807.707,50 (trinta e dois milhões, oitocentos e sete mil, setecentos e sete reais e cinquenta centavos).
1.071.433	Contratação de empresa especializada para licenciamento de uso de sistemas de informática integrados para a gestão pública, incluindo os serviços de conversão de dados, implantação, migração de dados pré-existent, treinamento, manutenção, suporte-técnico eventual e permanente e acompanhamento no envio das prestações de contas, com valor estimado de R\$3.429.431,43

Fonte: Relatório de Atividades da DFME - Exercício de 2019.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (conclusão)	
Processo(s)	Especificação
1.066.872	Edital de Concorrência Pública nº 008/2018, do Processo Licitatório 284/2018, deflagrado pela Prefeitura Municipal de Araguari, para contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção de áreas verdes (praças públicas e canteiros de avenidas e de serviços de varrição manual, caiação de meios-fios, remoção de entulhos e outros serviços afins), no Município de Araguari e seus distritos.
1.066.728	Registro de preço, consignado em Ata, para contratação de empresa especializada em licenciamento de Sistemas de Gestão Pública Integrada (software), sob forma de locação, incluindo manutenção, atualização e suporte, bem como a respectiva instalação, configuração, migração e implantação dos dados atuais existentes. O valor estimado para a contratação é de R\$1.503.000,00 (um milhão e quinhentos e três mil reais).
1.071.315	Seleção exclusiva de pessoas físicas interessadas, habilitadas e capazes, para outorga de permissão para exploração dos Serviços de Transporte de Passageiros por TÁXI, no Município de Sarzedo/MG.
1.041.491	Contratação de prestação de serviços de portaria, proteção de bens patrimoniais e ambientais, limpeza e conservação nas unidades da COPASA/MG, no âmbito da Superintendência de Operações Norte - SPNT, com valor estimado na ordem de R\$ 8.983.170,23 (oito milhões, novecentos e oitenta e três mil, cento e setenta reais e vinte e três centavos).
987.463/ 997.593	Concorrência Pública nº 006/2016 - Processo nº 97/2016, que tem como objeto a “delegação de permissão para a prestação de Serviços de Transporte Público Alternativo do Município de Sete Lagoas, a título precário”.

Fonte: Relatório de Atividades da DFME – Exercício de 2019

Acompanhamento de limites legais e prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

Ações em destaque (continua)

Validação e homologação dos Relatórios de Análise (SicomLRF/Análise/3º quadrimestre, 5º e 6º bimestres de 2018).

Escopo: Validação e homologação dos relatórios de análise dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, 3º quadrimestre, 5º e 6º bimestres do exercício de 2018.

Finalidade: Certificar se a análise dos limites e exigências da LRF no exercício de 2018 estão sendo gerados nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Promoção de maior agilidade na fiscalização da Gestão Fiscal.
- Redução de custos para o Tribunal de Contas.

Etapa: Ação encerrada.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (continuação)

Validação e homologação dos Relatórios para emissão de Certidões, gerados pelos SICOM/LRF, tendo por base Demonstrativos do SICOM/Consulta e Relatórios do SICOM/Análise.

Escopo: Validação e homologação dos Relatórios que subsidiam a emissão das Certidões da LRF.

Finalidade: Elaborar e disponibilizar ao órgão técnico municipal os relatórios que subsidiam a emissão das Certidões de “cumprimento dos limites da LRF” e “para fins de obtenção de operação de crédito”.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Agilidade na fiscalização da Gestão Fiscal e apuração de dados a serem inseridos na emissão de Certidões
- Redução de custos para o Tribunal de Contas.

Etapas: Concluído.

Atualização da especificação das Demonstrações Contábeis geradas a partir dos Balancetes e das enviadas por meio do DECAPS pelos jurisdicionados, referente ao exercício de 2018.

Finalidade: Apresentar as Demonstrações Contábeis geradas a partir das informações encaminhadas por meio dos Balancetes.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Comparação entre as Demonstrações Contábeis geradas pelo TCEMG.
- Demonstrações enviadas pelos jurisdicionados

Etapas: Concluído.

Testes de relatórios do SICOM consulta 2018:

- Inscrição de Despesas do Exercício em Restos a Pagar;
- Disponibilidade de Caixa para Cobertura dos Restos a Pagar do Exercício;
- Relatório de Convênios e Instrumentos Congêneres;
- Tomada de Contas Especial;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Finalidade: Verificar a adequação dos Relatórios com a documentação de especificação.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Relatórios em conformidade com o documento de especificação.

Etapas: Concluído.

Atualização do Ementário da receita do exercício de 2019.

Finalidade: Atualizar a codificação conforme demandas dos jurisdicionados.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Ementário da receita atualizado.

Etapas: Concluído.

Elaboração da proposta do boletim para orientação do preenchimento do registro 30 do arquivo Empenhos.

Finalidade: Esclarecer dúvidas sobre o preenchimento do registro 30 do arquivo Empenhos.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Dúvidas esclarecidas.

Etapas: Concluído.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (continuação)

Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais (SICOM LRF/Consulta/ 6º bimestre de 2018).

Escopo: Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, 6º bimestre de 2018.

Finalidade: Certificar se os Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, dentro do SICOM/LRF, para subsidiar a análise dos limites e exigências da LRF no exercício de 2018, estão sendo gerados nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Agilidade na fiscalização da Gestão Fiscal, tendo por base as informações fornecidas pelos jurisdicionados pelos módulos IP, AM, Balancete.
- Redução de custos para o Tribunal de Contas.

Etapas: Concluído.

Esclarecimentos a solicitações de jurisdicionados, relacionadas ao desenvolvimento do SICOM/LRF.

Finalidade: Subsidiar a remessa de informações para o desenvolvimento do SICOM/LRF. Responder as dúvidas dos jurisdicionados relacionadas ao SICOM/LRF.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Redução de erros no sistema.
- Instrução aos jurisdicionados e cidadãos sobre questões relacionadas ao SICOM/LRF.

Etapas: Concluído.

Informação em expediente relacionado ao SICOM/LRF.

Escopo: Resposta ao questionamento formulado por jurisdicionados, via E-TCE.

Finalidade: Instruir jurisdicionados quanto aos questionamentos pertinentes a assuntos da LRF.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Redução de erros no sistema.
- Instrução aos jurisdicionados e cidadãos sobre questões relacionadas ao SICOM/LRF.

Etapas: Concluído.

Análise de 09 pedidos de Substituição dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumido da Execução Orçamentária (RREO), pertinentes ao Poder Executivo Municipal.

Objeto: Substituição de dados no Siace/LRF.

Finalidade: Possibilitar a substituição dos dados no Siace/LRF, mediante a liberação para reenvio dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Melhoria da transparência.
- Correção de desvios na gestão fiscal dos municípios.

Etapas: Ações realizadas de acordo com a demanda dos jurisdicionados.

Finalização do Relatório de análise e de acompanhamento da Gestão Fiscal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (primeiro bimestre), gerado pelo Sicom/LRF, referentes à data-base 28/02/2019.

Objeto: Levantamento de dados exigidos pela LRF para apreciação do Conselheiro Relator, referentes à data-base 28/02/2019.

Finalidade: Apresentar à Câmara competente deste Tribunal o resultado da análise de dados informados pelo Poder Executivo Municipal, contidos no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) para fins de apreciação em Sessão Ordinária, e consequente cumprimento das determinações estabelecidas em Acórdão pelos setores competentes desta Casa.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Correção de desvios na gestão fiscal dos municípios.

Etapas: Ação encerrada.

Respostas a 19 ocorrências registradas no CRJ pelos jurisdicionados.

Objeto: Informar aos jurisdicionados quanto às dúvidas de preenchimento de dados nas telas do Siace/LRF.

Finalidade: Fornecer resposta ao jurisdicionado quanto ao questionamento referente ao Siace/LRF.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Melhoria da transparência da gestão fiscal dos municípios.

Etapas: Ação encerrada.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (continuação)

Validação e homologação da LRF Eletrônica, 3º quadrimestre e 6º Bimestre de 2018.

Objeto: Validação e homologação da LRF Eletrônica, 3º quadrimestre e 6º Bimestre de 2018.

Finalidade: Certificar a análise das exigências da LRF no 3º quadrimestre e 6º Bimestre do exercício de 2018.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal.
- Redução de custos com fiscalização para o Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Informação em 02 (dois) Processos “Assunto Administrativo – Câmaras”.

Objeto: Cumprimento de diligências exaradas pelo Conselheiro Relator.

Finalidade: Objetiva complementar e atualizar dados nos processos pertinentes a assuntos da LRF

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal.
- Redução de custos com fiscalização para o Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais (SicomLRF/Consulta/ 1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019)

Objeto: Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, exercício de 2019.

Finalidade: Certificar se os Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, dentro do Sicom/LRF, para subsidiar a análise dos limites e exigências da LRF no exercício de 2019, estão sendo gerados nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Acompanhamento dos limites legais e prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal do Estado de Minas Gerais

Objeto: Acompanhar as despesas com Pessoal e Dívida para controle dos percentuais, tendo em vista os limites de alerta e prudencial.

Finalidades: Acompanhar e confrontar os percentuais de limite.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Correção de Irregularidades e impropriedades visando ao aprimoramento da gestão.

Etapas: Ação concluída.

Validação e homologação da LRF eletrônica 1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta.

Objeto: Validação e homologação da LRF eletrônica 1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta.

Finalidade: Elaborar e disponibilizar a análise dos limites e exigências da LRF 1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019, para a apreciação dos Conselheiros em Sessão plenária e das Câmaras do Tribunal.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação dos Relatórios de Análise (SicomLRF/Análise/1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019)

Objeto: Validação e homologação dos relatórios de análise dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, 1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019.

Finalidade: Certificar se a análise dos limites e as exigências da LRF no exercício de 2019 estão sendo geradas nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (continuação)

Validação e homologação da LRF Eletrônica, 1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019.

Objeto: Validação e homologação da LRF Eletrônica, 1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019.

Finalidade: Homologar o sistema de análise das exigências da LRF no 1º quadrimestre, 1º semestre, 2º e 3º Bimestres de 2019.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal.
- Redução de custos com fiscalização para o Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais (Sicom LRF/Consulta/ 1º quadrimestre e 2º Bimestre de 2019).

Objeto: Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, exercício de 2019.

Finalidade: Certificar se os Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, dentro do Sicom/LRF, para subsidiar a análise dos limites e exigências da LRF no exercício de 2019, estão sendo gerados nos moldes das respectivas especificações.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Promoção de maior agilidade na fiscalização da Gestão Fiscal, tendo por base as informações fornecidas pelos jurisdicionados pelos módulos IP, AM, Balancete.

Etapas: Concluído.

Validação e homologação dos Relatórios de Análise (Sicom LRF / Análise/2º bimestre de 2019).

Objeto: Validação e homologação dos relatórios de análise dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, 2º bimestre do exercício de 2019.

Finalidade: Certificar se a análise dos limites e exigências da LRF no exercício de 2019 estão sendo geradas nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Promoção de maior agilidade na fiscalização da Gestão Fiscal.
- Redução de custos para o Tribunal de Contas.

Etapas: Concluído.

Validação e homologação da LRF eletrônica 1º quadrimestre e 2º Bimestre de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta

Objeto: Validação e homologação da LRF eletrônica 1º quadrimestre e 2º Bimestre de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom /Consulta.

Finalidade: Elaborar e disponibilizar a análise dos limites e exigências da LRF 1º quadrimestre e 2º Bimestre de 2019, para a apreciação dos Conselheiros em Sessão plenária das Câmaras do Tribunal.

Benefício esperado e/ou alcançado: Apreciação pela Sessão plenária da Câmaras do Tribunal dos limites e exigências da LRF 1º quadrimestre e 2º Bimestre de 2019, para adoção das medidas cabíveis.

Etapas: Concluído.

Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais (SicomLRF/Consulta/ 4º e 5º Bimestres de 2019)

Objeto: Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, exercício de 2019.

Finalidade: Objetiva certificar se os Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, dentro do Sicom/LRF, para subsidiar a análise dos limites e exigências da LRF no exercício de 2019, estão sendo gerados nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados: Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios e redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Ações em destaque (continuação)

Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais (SicomLRF/Consulta/ 4º e 5º Bimestres de 2019)

Objeto: Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, exercício de 2019.

Finalidade: Objetiva certificar se os Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, dentro do Sicom/LRF, para subsidiar a análise dos limites e exigências da LRF no exercício de 2019, estão sendo gerados nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação da LRF eletrônica 4º e 5º Bimestres de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta

Objeto: Validação e homologação da LRF eletrônica 4º e 5º Bimestres de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta.

Finalidade: Elaborar e disponibilizar a análise dos limites e das exigências da LRF 4º e 5º Bimestres de 2019, para a apreciação dos Conselheiros em Sessão plenária das Câmaras do Tribunal.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação dos Relatórios de Análise 4º e 5º Bimestres de 2019

Objeto: Validação e homologação dos relatórios de análise dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, 4º e 5º Bimestres de 2019.

Finalidade: Certificar se a análise dos limites e as exigências da LRF no exercício de 2019 estão sendo geradas nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Finalização do Relatório de análise e de acompanhamento da Gestão Fiscal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, gerado pelo Sicom/LRF, referentes à data-base 31/08/2019 e 31/10/2019

Objeto: Levantamento de dados exigidos pela LRF para apreciação do Conselheiro Relator, referentes à data-base 31/08/2019 e 31/10/2019.

Finalidade: Apresentar à Câmara competente deste Tribunal o resultado da análise de dados informados pelo Poder Executivo Municipal, contidos no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) para fins de apreciação em Sessão Ordinária, e consequente cumprimento das determinações estabelecidas em Acórdão pelos setores competentes desta Casa.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Correção de desvios na gestão fiscal dos municípios.

Etapas: Ação encerrada.



Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (continuação)

Respostas a 71 ocorrências registradas no CRJ pelos jurisdicionados

Objeto: Informação aos jurisdicionados quanto às dúvidas de preenchimento de dados nas telas do Siace/LRF.

Finalidade: Fornecer resposta ao jurisdicionado quanto ao questionamento referente ao Siace/LRF.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Melhoria da transparência da gestão fiscal dos municípios.

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação da LRF Eletrônica, 4º e 5º Bimestres de 2019

Objeto: Validação e homologação da LRF Eletrônica, 4º e 5º Bimestres de 2019.

Finalidade: Certificar se a análise das exigências da LRF no 4º e 5º Bimestres de 2019.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal.
- Redução de custos com fiscalização para o Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Informação em 05 (cinco) Processos “Assunto Administrativo – Câmaras”

Objeto: Cumprimento de diligências exaradas pelo Conselheiro Relator.

Finalidade: Complementar e atualizar dados nos processos pertinentes a assuntos da LRF.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal e redução de custos com fiscalização para o Tribunal de Contas

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação da LRF eletrônica 1º semestre e 3º Bimestre de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta

Objeto: Validação e homologação da LRF eletrônica 1º semestre e 3º Bimestre de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta.

Finalidade: Elaborar, e disponibilizar, a análise dos limites e exigências da LRF 1º semestre e 3º Bimestre de 2019, para a apreciação dos Conselheiros em Sessão plenária da Câmaras do Tribunal.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Apreciação pela Sessão plenária da Câmaras do Tribunal dos limites e exigências da LRF 1º semestre e 3º Bimestre de 2019, para adoção das medidas cabíveis.
- Redução de custos para o Tribunal de Contas.

Etapas: Concluído.

Validação e homologação do analisador da LRF eletrônica do 2º Quadrimestre e 4º Bimestre de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta

Objeto: Validação e homologação da LRF eletrônica do 2º Quadrimestre e 4º Bimestre de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta.

Finalidade: Elaborar, e disponibilizar, a análise dos limites e exigências da LRF do 2º Quadrimestre e 4º Bimestre de 2019, para a apreciação dos Conselheiros em Sessão plenária da Câmaras do Tribunal.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Apreciação pela Sessão plenária da Câmaras do Tribunal dos limites e exigências da LRF 4º Bimestre de 2019, para adoção das medidas cabíveis.
- Redução de custos para o Tribunal de Contas.

Etapas: Concluído.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (continuação)

Validação e homologação do analisador da LRF eletrônica 5º Bimestre de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta

Objeto: Validação e homologação da LRF eletrônica 5º Bimestre de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta.

Finalidade: Elaborar, e disponibilizar, a análise dos limites e exigências da LRF 5º Bimestre de 2019, para a apreciação dos Conselheiros em Sessão plenária da Câmaras do Tribunal.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Apreciação pela Sessão plenária da Câmaras do Tribunal dos limites e exigências da LRF 5º Bimestre de 2019, para adoção das medidas cabíveis.
- Redução de custos para o Tribunal de Contas.

Etapas: Concluído.

Elaboração do roteiro para análise da Despesa Total com Pessoal com base no Sicom LRF/Análise para subsidiar a instrução dos processos de Prestação de Contas Anual dos Prefeitos do exercício de 2018

Objeto: Roteiro de procedimentos para orientar instrução do Processo de Prestação de Contas Anual dos Prefeitos, exercício de 2018.

Finalidade: Orientar os Analistas de Controle Externo quanto ao correto procedimento de Análise da Despesa Total com pessoal.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Apreciação pelo Plenário do Tribunal para emissão do Parecer Prévio das PCA's 2018.

Etapas: Concluído .

Análise de 17 Processos de diversas naturezas

Finalidade: Cumprir despachos dos relatores.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Aprimoramento da análise de processo.

Etapas: Concluído .

Elaboração de 13 (treze) comunicados aos jurisdicionados (24 a 36) publicados no Portal do Sicom

Finalidade: Comunicar aos jurisdicionados assuntos relevantes relativos ao Sicom.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Comunicados emitidos.

Etapas: Concluído.

Análise do Ofício n. 485/2019 da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais

Finalidade: Analisar solicitação de inclusão de fonte de recursos 100 para a CFEM.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Fonte de recursos incluída no ementário da receita.

Etapas: Concluído.

Reuniões de especificação e validação junto à DTI do Projeto Sicom Remessa 2020

Finalidade: Atualizar o leiaute e as regras de validação para o exercício de 2020 em virtude da edição de novas leis e normas, bem como demandas encaminhadas a esta Coordenadoria.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Dados do Sicom atualizados.

Etapas: Concluído.

Ações em destaque (continuação)

Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais (SicomLRF/Consulta/ 4º e 5º Bimestres de 2019)

Objeto: Validação e homologação dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, exercício de 2019.

Finalidade: Objetiva certificar se os Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, dentro do Sicom/LRF, para subsidiar a análise dos limites e exigências da LRF no exercício de 2019, estão sendo gerados nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação da LRF eletrônica 4º e 5º Bimestres de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta

Objeto: Validação e homologação da LRF eletrônica 4º e 5º Bimestres de 2019, tendo por base os demonstrativos fiscais da LRF e relatórios de Análise do Sicom/Consulta.

Finalidade: Elaborar e disponibilizar a análise dos limites e das exigências da LRF 4º e 5º Bimestres de 2019, para a apreciação dos Conselheiros em Sessão plenária das Câmaras do Tribunal.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Validação e homologação dos Relatórios de Análise 4º e 5º Bimestres de 2019

Objeto: Validação e homologação dos relatórios de análise dos Demonstrativos Fiscais da LRF, estabelecidos pela STN, 4º e 5º Bimestres de 2019.

Finalidade: Certificar se a análise dos limites e as exigências da LRF no exercício de 2019 estão sendo geradas nos moldes das respectivas especificações.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal dos municípios.
- Redução de custos com fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Etapas: Ação encerrada.

Análise de 02 pedidos de Substituição dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumido da Execução Orçamentária (RREO), pertinentes ao Poder Executivo Municipal.

Objeto: Substituição de dados no Siace/LRF.

Finalidade: Permitir a possibilidade de substituição dos dados no Siace/LRF, mediante a liberação para reenvio dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Melhoria da transparência.
- Correção de desvios na gestão fiscal dos municípios.

Etapas: Ações realizadas mediante demanda dos jurisdicionados.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (conclusão)

Finalização do Relatório de análise e de acompanhamento da Gestão Fiscal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, gerado pelo Sicom/LRF, referentes à data-base 31/08/2019 e 31/10/2019

Objeto: Levantamento de dados exigidos pela LRF para apreciação do Conselheiro Relator, referentes à data-base 31/08/2019 e 31/10/2019.

Finalidade: Apresentar à Câmara competente deste Tribunal o resultado da análise de dados informados pelo Poder Executivo Municipal, contidos no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) para fins de apreciação em Sessão Ordinária, e consequente cumprimento das determinações estabelecidas em Acórdão pelos setores competentes desta Casa.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Correção de desvios na gestão fiscal dos municípios.

Etapa: Ação encerrada.

Respostas a 71 ocorrências registradas no CRJ pelos jurisdicionados

Objeto: Informação aos jurisdicionados quanto às dúvidas de preenchimento de dados nas telas do Siace/LRF.

Finalidade: Fornecer resposta ao jurisdicionado quanto ao questionamento referente ao Siace/LRF.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Melhoria da transparência da gestão fiscal dos municípios.

Etapa: Ação encerrada.

Validação e homologação da LRF Eletrônica, 4º e 5º Bimestres de 2019

Objeto: Validação e homologação da LRF Eletrônica, 4º e 5º Bimestres de 2019.

Finalidade: Certificar se a análise das exigências da LRF no 4º e 5º Bimestres de 2019.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal.
- Redução de custos com fiscalização para o Tribunal de Contas.

Etapa: Ação encerrada.

Informação em 05 (cinco) Processos “Assunto Administrativo – Câmaras”

Objeto: Cumprimento de diligências exaradas pelo Conselheiro Relator.

Finalidade: Complementar e atualizar dados nos processos pertinentes a assuntos da LRF.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da Gestão Fiscal.
- Redução de custos com fiscalização para o Tribunal de Contas.

Etapa: Ação encerrada.

Fonte: Relatório de Atividades do SICOM - Exercício de 2019.

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica		
Processo	Natureza	Especificação
873.676	Prestação de Contas	PCTAS ADM. IND. MUN. INST., PREV. SERV – POUSO ALEGRE – verificar possíveis irregularidades na carteira de investimentos de 2013 a 2017 – IPREM.
1.024.753	Auditoria	Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - examinar a regularidade da prestação de serviços de gêneros alimentícios no período de janeiro 2017 a agosto de 2017.
1.024.728	Recurso Ordinário	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora .

Fonte: Relatório de Atividades da DCEM – Exercício de 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Acompanhamento e fiscalização da macrogestão

Ações em destaque

Análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, suas memórias de cálculo e a metodologia dos valores, referentes ao exercício de 2019, para fins de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial e da gestão fiscal do Estado visando à aferição do cumprimento, pela Administração Pública, dos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal

Objeto: RREO e RGF do Estado.

Finalidades: Acompanhar e fiscalizar a macrogestão.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Suporte à elaboração do Relatório das Contas de Governo Estadual do Exercício de 2019.
- Correta utilização de recursos públicos.

Etapa: Acompanhamento constante.

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM e DCEE- Exercício de 2019.

Apuração de Representações

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)

Processo(s)	Especificação
987.377	Indícios de irregularidades nos contratos e aditivos firmados pelo Município de Belo Horizonte para prestação de serviços de consultoria de obras em avenidas da Capital.
997.631	Câmara Municipal de Mirai encaminha documentos relativos a possíveis irregularidades na contratação realizada pela Prefeitura Municipal de Mirai da empresa "Abel de Oliveira", para limpeza de vias públicas, com serviços de varrição de vias, coleta de entulhos, e outros.
986.853	Representação formulada pelo SURICATO em face da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora referente à aquisição de medicamentos acima da tabela de preços da ANVISA no valor de R\$87.629,46.
1.012.053	Possíveis irregularidades – despesas com pessoal e outros
997.710	Verificar repasse das contribuições previdenciárias ao Instituto de Previdência de Serranos – SERRANOSPREV. – quantificação do dano ao erário correspondente aos juros de mora cobrados nos Termos de Parcelamento constantes dos autos.
1.054.232	Representação apresentada pelo Ministério Público de Contas, versando sobre irregularidades no Processo de inexigibilidade nº 03/2017 e no contrato dele decorrente nº 26 de 2017, objetivando o ajuizamento de procedimento judicial para recuperação de verbas relativas ao extinto FUNDEF.
862.581	Procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública 001/2011, nos serviços de limpeza urbana no Município de Frutal.
977.733	Representação, fls. 01 a 04 do Apenso, requerida pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais – MPC/MG, em 12/05/2016, diante dos fatos narrados no Relatório Conclusivo do Conselho Municipal de Educação – CME, do Município de Januária.
1.047.886	Contratações de pessoal realizadas pela MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A e em contratos firmados pela referida empresa pública com órgãos e entidades públicas do Estado e dos Municípios.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)	
Processo(s)	Especificação
1.071.312	Repasse das transferências dos recursos do Fundo do Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), pela Secretaria Municipal de Saúde – SMSA (gestora local do SUS) às entidades que prestam assistência ao SUS, em Belo Horizonte.
1.054.219	Demissões de funcionários das caixas escolares das escolas municipais de Belo Horizonte pela Secretaria Municipal de Educação – SMED, para contratação posterior, sem concurso, pela Minas Gerais Administração e Serviços S/A – MGS.
1.012.031	Edital de licitação que visa contratação de prestação de serviços para atender à demanda dos programas gerenciados pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Belo Horizonte (SMASAN).
1.058.923	Contratação direta, por inexigibilidade, para prestação de serviços de consultoria e auditoria contábil, administrativa, financeira e de gestão em Administração Pública.
1.013.280	Suostas ilegalidades na contratação da empresa AGS Consultoria, Assessoria e Serviços Contábeis Ltda. pela Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, por haver indícios de desvio de dinheiro público.
1.015.393	Locação de 200 horas de trator de esteira para o aterro sanitário municipal por meio de processo de Dispensa de Licitação nº 010/2017, no valor estimado de R\$ 16.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).
1.071.468	Representação apresentada pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais em face da suposta ocorrência de irregularidades em procedimento licitatório do Município de Central de Minas.

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM e da DFAP – Exercício de 2019



Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia

Ações em destaque (continua)

Levantamento

Objeto: Levantamento de iluminação pública.

Finalidade: Conhecer a situação da gestão de Iluminação pública nos municípios do Estado de Minas Gerais, abrangendo a organização e o funcionamento das etapas que a compõe, quanto aos aspectos operacionais e financeiros e, ainda, identificar os possíveis riscos associados.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Obtenção de informações para serem aplicadas nos trabalhos desenvolvidos por este Tribunal, principalmente nas auditorias realizadas pela Engenharia.

Etapas: Execução em curso. Previsão de conclusão em março de 2020.

Levantamento

Objeto: Levantamento de resíduos sólidos.

Finalidade: Conhecer a situação da gestão de resíduos sólidos nos municípios do Estado de Minas Gerais, abrangendo a organização e o funcionamento das etapas que a compõe, quanto aos aspectos operacionais e financeiros e, ainda, identificar os possíveis riscos associados.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Obtenção de informações para serem aplicadas nos trabalhos desenvolvidos por este Tribunal, principalmente nas auditorias realizadas pela Engenharia.

Etapas: Execução em curso. Previsão de conclusão em março de 2020.

Auditorias/Inspeções

Objeto: Grupo de Obras Paralisadas 2020

Finalidade: Elaborar estudos/matriz de risco para selecionar contratos/municípios a serem auditados.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Obtenção de informações para serem aplicadas nos trabalhos desenvolvidos por este Tribunal, principalmente nas auditorias realizadas pela Engenharia.

Etapas: Planejamento em curso. Previsão de conclusão em março de 2020.

Auditorias/Inspeções

Objeto: Manual de auditoria de obra.

Finalidades: Elaborar estudos e propor a adoção de Manual de Auditoria de Obras Públicas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Obtenção de informações para serem aplicadas nos trabalhos desenvolvidos por este Tribunal, principalmente nas auditorias realizadas pela Engenharia.

Etapas: Execução em curso. Previsão de conclusão em abril de 2020.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (conclusão)

Auditoria de Conformidade determinada pelo Conselheiro Relator do Processo nº 986.903, além da matéria constante no Processo nº 1.007.456 e apensos.

Objeto: Auditoria realizada no Município de Passos em face do Processo Licitatório 482/2014, Concorrência 005/2014. Processo instaurado pela Prefeitura Municipal de Passos, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta manual, transporte de descarga dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e industriais.

Finalidade: Verificar a contratação de empresas especializadas para a execução dos serviços de limpeza urbana, analisando os procedimentos de contratação e execução física e orçamentária, bem como a conformidade com as normas nacionais de licitação.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Melhoria dos procedimentos de fiscalização.
- Controle da execução contratual.

Etapa: Relatório em elaboração - Previsão de conclusão em Março/2020.

Levantamento Mineração

Objeto: Atividade desenvolvida por equipe de servidores da SCE para elaboração de relatório, que subsidiará futuras auditorias na matéria abordada.

Finalidade: Conhecer a estrutura, a organização e o funcionamento dos controles e da gestão da atividade minerária no Estado de Minas Gerais, em conformidade com a Portaria n. 005/2019.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Obtenção de informações para serem aplicadas nos trabalhos desenvolvidos por este Tribunal, principalmente nas auditorias realizadas pela Engenharia.

Etapa: Execução em curso. Previsão de conclusão em março de 2020.

Levantamento – Patrimônio Cultural Edificado

Objeto: Atividade desenvolvida por equipe de servidores da SCE para elaboração de relatório, que subsidiará futuras auditorias na matéria abordada.

Finalidade: Conhecer a gestão e os riscos associados à preservação do patrimônio histórico edificado no Estado de Minas Gerais.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Obtenção de informações para serem aplicadas nos trabalhos desenvolvidos por este Tribunal, principalmente nas auditorias realizadas pela Engenharia.

Etapa: Execução em curso. Previsão de conclusão em março de 2020.

Fontes: Relatórios de Atividades da DFME - Exercício de 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)		
Processo(s)	Natureza	Especificação
932.187	Auditoria	Auditoria de conformidade realizada na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, objetivando verificar junto à Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP- a adequação dos procedimentos de contratação e execução física e orçamentária das obras referentes ao BRT da Avenida Cristiano Machado em Belo Horizonte.
959.041	Tomada de Contas Especial	Possíveis irregularidades na obra de Pavimentação Asfáltica da estrada que liga o Município de Caeté ao Distrito de Morro Vermelho.
932.370	Tomada de Contas Especial	Suspeita de ilegalidades na utilização de recursos públicos pela Prefeitura Municipal de Itabira, especialmente em contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Itabira e a Empresa Vale Verde Ltda., convertida em Tomada de Contas Especial conforme despacho de fl. 343/344, do relator Adonias Monteiro, em 25/10/2019.
1.066.565	Inspeção Ordinária	Obras realizadas na MGC 383, entre a BR 040 Município de Congonhas e Jeceaba, relativas aos processos licitatórios de nºs PRC-22.029/2011, PRC-22.007/16, referentes às respectivas conc. públicas CP Nº 09/2011 e CP 065/17.

Fonte: Relatórios de Atividades da DFME - Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)	
Processo (s)	Especificação
969.399/960.123	Representação instaurada em face do Instituto de Previdência Social do Município de Alvinópolis denunciando possíveis irregularidades na concessão de aposentadoria de servidor público municipal. (ALVINÓPOLIS).
838.448/818.444/818.858/ 818.860/ 818.861/ 818.863	Representação acerca de possíveis irregularidades na concessão de aposentadorias a servidores ocupantes de cargos comissionados e temporários (RIO PARANAÍBA).
8.840.672	Representação acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Ipatinga na concessão de complementação de aposentadorias a servidores do Município de Ipatinga.
965.809	Representação acerca da utilização de recursos previdenciários por parte do Município, contrariando o disposto na Lei nº 9717, de 1998. (TEÓFILO OTONI).
1.012.262	Possíveis irregularidades nos processos de Inexigibilidade de Licitação números: 002/2014; 003/2014 e 004/2014, realizados pela Prefeitura de Ibitiúra de Minas/MG, que resultaram em 03 contratos com a Associação de Municípios da Microrregião do Alto Rio Pardo – AMARP, cujos objetos se referem à execução dos serviços de recapeamento em micro revestimento asfáltico em PMF para melhoramento de Vias Públicas contratados, por intermédio da Associação dos Municípios da Micro Região do <u>Alto Rio Pardo</u> – AMARP.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continuação)	
Processo (s)	Especificação
1.066.742	Possíveis irregularidades no Edital da Concorrência Pública nº 001/2019, Processo nº 16/2019, promovida pelo Município de Esmeraldas para contratação de empresa especializada em serviços de coleta manual de resíduo sólido urbano "RSU" (domiciliar "RSU-D" e comercial "RSU-C") e coleta de resíduos sólidos de saúde "RSS", bem como transporte até o local de disposição final dos resíduos no Município e distritos.
1.024.367	Possíveis irregularidades no Processo Licitatório 05/2017 - Pregão Presencial Registro de Preços 01/2017, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes-CIGEDAS para prestação de serviços de destinação de resíduos sólidos urbanos.
1.048.005	Possíveis irregularidades em fretamentos de aeronaves realizados por ordem do Prefeito Municipal de Belo Horizonte.
1.054.161; 1.058.473; 1.066.588	Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2013 e do respectivo Contrato Administrativo nº 003/2013 e do Pregão nº 004/2013 referente ao Processo Administrativo 08/2013, que resultaram nas contratações celebradas entre o Município de Jaíba e a Construtora e Locadora Jaíba Ltda., relativamente à "contratação de caminhões, máquinas e equipamentos, destinados à coleta de resíduos sólidos domiciliares, na sede do município, nos núcleos habitacionais do projeto JAÍBA: Mocambinho, NH-1, Frente III, Ns-2, Ns1 e Cs-3, e, ainda manutenção do lixão da sede e de duas comunidades" e "prestação de serviços na locação de veículos e equipamentos para manutenção da limpeza pública em logradouros do Município", respectivamente.
1.048.005	Possíveis irregularidades em fretamentos de aeronaves realizados por ordem do Prefeito Municipal de Belo Horizonte.
1.058.839	Possíveis irregularidades, relativas a repasse a menor à Câmara Municipal, exercício de 2018.
1.007.835	Possíveis irregularidades em contratações diretas realizadas pelo Executivo Municipal.
1.047.747	Possíveis irregularidades ocorridas na admissão de pessoal da Prefeitura de Jaíba.
1.053.859	Possíveis irregularidades nas contratações de agentes de saúde temporários e no sistema de saúde do Município de Lagoa Formosa.
1.024.662	Possíveis falhas no pagamento de gratificações e adicionais a servidores do Município de Passa Quatro.
942.152	Obra de canalização do Córrego Santa Rita, realizada pela Prefeitura Municipal de Muriaé, em flagrante desrespeito à legislação ambiental e legislação relativa à Licitação e Contratação – Lei Federal n. 8666/93.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (conclusão)	
Processo (s)	Especificação
965.765	Processo Licitatório n. 084/2014, referente Tomada de Preços n. 007/2014, deflagrado pelo Município de Delfim Moreira, bem como na execução do Contrato n. 139/2014 celebrado com Real Sul Construções Ltda. ME, cujo objeto é a construção de muro de arrimo da creche Pró-Infância e conclusão do castelo de água no valor de R\$134.123,38 (cento e trinta e quatro mil, cento e vinte e três reais e trinta e oito centavos).
932.478	Processo de Compras nº 1097/2013 – Concorrência Pública n.º 004-SMA/2013, cujo regime de execução é empreitada por preço unitário, do tipo técnica e preço, para o objeto de contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza pública no Município de Poços de Caldas, cujo valor mensal estimado foi de R\$1.745.870,77; totalizando anualmente o valor de R\$20.950.449,24.
1.071.406	Processo Licitatório nº 03/2018, Pregão Presencial nº 03/2018, promovido pela Câmara Municipal de Itajubá, visando ao “registro de preços de MICROEMPRESA – ME/EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP – para a contratação de empresa para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva predial, nas dependências da sede da Câmara Municipal de Itajubá e imóvel por esta locado.”
862.581	Procedimento licitatório na modalidade concorrência pública nº001/2011, promovido pelo Município de Frutal, tendo por objeto a contratação de empresa especializada na execução dos serviços de limpeza pública, incluindo o fornecimento de equipamentos, mão-de-obra e demais insumos.
888.137	Contrato de Prestação de Serviços nº 025/2010, celebrado entre o Município de Itabira e a empresa Santa Fé Serviços, Transportes e Comercio Ltda. para a locação de máquinas.

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM, da DFME e da DFAP - Exercício de 2019

Realização de Levantamentos

Ações em destaque (continua)

Análise da Malha Eletrônica nº 01/2018

Objeto: Verificar a existência de pagamentos indevidos por órgãos públicos a servidores titulares de benefícios previdenciários já falecidos.

Finalidade: Notificação aos órgãos pagadores para a suspensão dos pagamentos indevidos.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Suspensão de pagamentos indevidos.

Etapas: Relatório de monitoramento concluído.

Criação do módulo gerencial do CAPMG

Objeto: Ferramenta eletrônica para controle das situações apontadas nas malhas fiscalizatórias.

Finalidade: Acompanhamento eletrônico das justificativas/soluções para as situações de acumulação apresentadas.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Fiscalização do saneamento das falhas apontadas.
- Obtenção de relatórios gerenciais para monitoramento e ações específicas de fiscalização.

Etapas: 3ª etapa concluída.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (conclusão)

Análise da Malha Eletrônica nº 01/2018

Objeto: Verificar a existência de pagamentos indevidos por órgãos públicos a servidores titulares de benefícios previdenciários já falecidos.

Finalidade: Notificar os órgãos pagadores para a suspensão dos pagamentos indevidos.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Suspensão de pagamentos indevidos.

Etapas: Relatório de monitoramento concluído.

Participação nos Encontros Técnicos

Objeto: Divulgar o CAPMG nos municípios participantes.

Finalidade: Promover a divulgação do CAPMG, especialmente no tocante ao Módulo de Índícios de Irregularidades

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Sensibilização dos municípios da importância da resposta aos indícios de irregularidades verificados na Malha de Acumulação.

Etapas: Concluída a participação em todos os encontros técnicos realizados.

Participação em treinamento externo

Objeto: Capacitar servidores nas regras da Reforma da Previdência.

Finalidade: Promover o conhecimento das novas regras relativas a Reforma da Previdência.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Atualização da legislação e do Sistema FISCAP.
- Criação de grupo de estudos para disseminar as novas regras referentes à reforma.
- Atendimento aos jurisdicionados.

Etapas: Concluído o treinamento.

Fonte: Relatório de Atividades da DFAP – Exercício de 2019

Termo de Ajustamento de Gestão (TAG)

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)

Processo(s)	Natureza	Especificação
1.077.015	Termo de Ajustamento de Gestão	Subsidiar a lavratura do Termo de Ajustamento de Gestão correspondente.
1.066.643	Termo de Ajustamento de Gestão	Subsidiar a lavratura do Termo de Ajustamento de Gestão correspondente.
1.071.623	Termo de Ajustamento de Gestão	Subsidiar a lavratura do Termo de Ajustamento de Gestão correspondente.
1.041.572	Termo de Ajustamento de Gestão	Subsidiar a lavratura do Termo de Ajustamento de Gestão correspondente.
1.066.503	Termo de Ajustamento de Gestão	Análise das propostas de minutas do Termo de Ajustamento de Gestão do Município de Itaú de Minas.
1.053.920	Termo de Ajustamento de Gestão	Análise das propostas de minutas do Termo de Ajustamento de Gestão do Município de Congonhas.
1.058.727	Termo de Ajustamento de Gestão	Análise das propostas de minutas do Termo de Ajustamento de Gestão do Município de Três Corações.
1.031.377	Auditoria	Análise das propostas de minuta de Termo de Ajustamento de Gestão dos processos.
1.066.504	Termo de Ajustamento da Gestão	Analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da Administração Tributária do Município de Araçuaí.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (conclusão)		
Processo(s)	Natureza	Especificação
1.053.887	Termo de Ajustamento de Gestão	Termo de Ajustamento de Gestão, proposto pelo Prefeito Municipal de Porteirinha, referente à estrutura legislativa, física e organizacional da administração tributária municipal, nos autos de auditoria 1041571.
1.058.727	Termo de Ajustamento de Gestão	Termo de Ajustamento de Gestão que entre si celebram o TCEMG e o Município de Três Corações, com o objetivo de pactuar a adequação da estrutura administrativa, física e organizacional da administração tributária municipal para o aprimoramento do exercício da fiscalização tributária e a consequente otimização da arrecadação e da cobrança dos tributos conforme decisão constantes dos autos de auditoria n.1054129.

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM - Exercício de 2019

3.5.2 Promoção da transparência e do controle social

Objetiva disponibilizar aos jurisdicionados e à sociedade informações sobre a gestão pública e as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas, bem como propiciar mecanismos para fiscalização das ações governamentais pelo cidadão e entidades representativas da sociedade organizada.

Disponibilização de informações da gestão pública

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)	
Processo(s)	Especificação
1.040.647	Denúncia, com pedido liminar, em face de possíveis irregularidades cometidas pela Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno no Processo Seletivo Simplificado.
1.054.047; 1.054.166	Denúncia encaminhada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de BH, visando à apuração de violação da Lei n. 11.301/2006 e do entendimento do STF na ADI 3.772.
969.455	Denúncia apresentada pela Empresa Faça Produções Ltda. acerca do Pregão Presencial n. 005/2015 promovido pela Belotur.
1.053.951	Denúncia oferecida por Elevadores Milênio Ltda., em face do Pregão Presencial, deflagrado pela BHTrans, alegando irregularidade na licitação no que se refere à ausência de tratamento diferenciado aplicado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), garantido pela legislação.
1.041.467	Denúncia em razão de supostas irregularidades no edital do Pregão Presencial n. 021/2018-Ata de Registro de Preços n. 006/2018, Processo Licitatório n. 033/2018.
1.058.913	Contratação de fornecedor especializado na prestação de serviços técnicos de informática para a SEF/MG.
1.054.154	Registro eletrônico de contratos de financiamento de veículo com cláusula de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor e os requisitos para o credenciamento de pessoas jurídicas para operar o sistema eletrônico de registro de contratos.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continuação)	
Processo(s)	Especificação
1.046.741	Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de diversos veículos, atendendo a Secretaria Municipal de Educação, para manutenção das atividades de Transporte Escolar.
1.054.181	Contratação de empresa, pelo regime de empreitada por preços unitários, para execução dos serviços de apoio técnico, administrativo, gerenciamento, supervisão e fiscalização para as obras nas áreas de saúde, educação, cultura, segurança, gestão pública, mobilidade urbana e transporte, assistência social e esportes para o Município de Betim.
1.054.253	Contratação de empresa para prestação de serviços de apoio operacional à administração e gerenciamento de abastecimento e manutenção dos veículos oficiais e/ou locados ao município, através de cartão magnético.
1.053.934	Aquisição de solução tecnológica de gestão integrada de atenção à saúde, para informatizar o registro de atendimento ao usuário do SUS (prontuário eletrônico do usuário do SUS).
1.048.049	Contratação de empresa especializada na licença de softwares de gestão, em ambiente “web” com sua operacionalização integralmente realizada via internet para a modernização dos processos da administração tributária municipal.
1.031.658	Apurar irregularidades na execução de serviços de manutenção da limpeza e conservação de área urbana e serviços afins.
1.058.434	Denúncia oferecida por Consuloc Engenharia Ltda, em face da Concorrência Pública nº 001/2017 - Processo Administrativo nº 68/2017, promovida pelo Departamento Municipal de Água Esgoto e Saneamento - DAMES de Ponte Nova.
1.066.676	Denúncia a respeito de diversos funcionários da Câmara Municipal, muitos dos quais não comparecem ao local de trabalho, não possuem registro de ponto, nem registro dos seus vencimentos, não foram vistos no ambiente de trabalho e não utilizam biometria ou outro dispositivo manual para o controle de acesso de entrada e saída da Casa Legislativa em referência.
1.007.425	Formulada em razão de supostas irregularidades ocorridas na nomeação de cargos em comissão contrariando a CF e a Lei Orgânica do Município.
1.054.206	Possíveis irregularidades na licitação Concorrência Pública LU n. 01/2018 – Município de Belo Horizonte.
1.040.775	Possíveis irregularidades no processo de contratação, por dispensa de licitação, para aquisição de serviço de operacionalização de veículos da frota da PBH/SMSA, destinados ao Serviço de Atendimento de Urgência – SAMU.
1.047.678	Possíveis irregularidade no Processo Licitatório n. 00030/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços n.00018/2018.
1.040.758	Possíveis irregularidades no processo licitatório, Pregão Presencial n. 016/2018 e Processo Administrativo 021/2018.
1.015.557	Possíveis irregularidades acerca de nomeações de servidores além do número de vagas ofertadas no Edital de Concurso Público.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (conclusão)	
Processo(s)	Especificação
1.066.657	Possíveis atos inconstitucionais praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo na criação e aprovação das leis complementares, por serem omissos e aprovarem matéria que fere princípios constitucionais, sendo que a primeira lei se refere a criação de cargos e mudança na nomenclatura de cargo já existente do Município de Presidente Olegário, de Fiscal Municipal para Fiscal de Tributos para beneficiar o servidor Jader Ferreira dos Santos, por não possuir requisitos necessários para investidura no cargo criado.
1.066.703	Possíveis irregularidades na cessão de servidores do Município de Araguari para a Câmara Municipal, na criação de cargos comissionados pelo Legislativo, como também a contratação de pessoal negligenciando os aprovados no Concurso realizado em 2018.
1.054.047/ 1.054.166	Apuração de violação da Lei 11.301/2006 e do entendimento do STF na ADI 3.772. (Belo Horizonte).

Fontes: Relatórios de Atividades da DCEM, da DFME, da DFAP - Exercício 2019

3.5.3 Aprimoramento da Gestão Pública

Objetiva disponibilizar aos órgãos e às entidades da Administração do Estado e dos Municípios informações e avaliações acerca do desempenho dos programas e projetos governamentais de sua responsabilidade.

Auditoria de desempenho operacional

Ações em destaque (continua)

Auditoria Operacional na Gestão do Turismo em Minas Gerais

Objeto: Políticas públicas relacionadas à gestão do turismo no Estado de Minas Gerais.

Finalidade: Avaliar a gestão do Estado de Minas Gerais no tocante as ações de planejamento, indução e fomento ao turismo.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Aprimoramento da gestão do turismo no Estado de Minas Gerais, por meio da sua adequada indução e fomento, objetivando o desenvolvimento socioeconômico e incremento de receitas.

Etapa: Realização dos trabalhos de campo e elaboração da Matriz de Achados. (Execução em curso – Previsão de término da execução em fevereiro 2020- Previsão de finalização da auditoria em abril de 2020).

Auditoria Operacional na mobilidade urbana do Município de Belo Horizonte

Objeto: Mobilidade Urbana no Município de Belo Horizonte considerando a relevância dos objetivos apresentados no PlanMob – BH.

Finalidade: Aferir os níveis de qualidade e efetividade das políticas públicas de mobilidade urbana no Município de Belo Horizonte.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Aprimoramento dos sistemas de mobilidade urbana no Município de Belo Horizonte, promovendo acessibilidade, ofertando serviços de qualidade, bem como priorizando a equidade nos serviços de transporte coletivo.

Etapa: Realização dos trabalhos de campo e elaboração da Matriz de Achados. Execução em curso – Previsão de término da execução em março de 2020- Previsão de finalização da auditoria em maio de 2020.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Ações em destaque (conclusão)

Auditoria Operacional nas Ações de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em Minas Gerais

Objeto: Políticas públicas planejadas e executadas pelo Ente estatal para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Finalidade: Avaliar em que medida as ações, planejadas e executadas pelo Ente estatal para o enfrentamento à violência contra a mulher, que envolve o combate, a prevenção, as assistências multidisciplinares e especializadas, bem como a garantia de direitos, têm sido efetivas.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Aprimoramento dos mecanismos de gestão que tratam das ações de enfrentamento à violência contra a mulher no Estado de Minas Gerais.

Etapa: Elaboração da Matriz de Achados. Execução em curso - Previsão de término do planejamento em fevereiro 2020- Previsão de finalização da auditoria em julho 2020.

Auditoria Operacional sobre renúncia de receitas na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Objeto: Metodologia, sistemas de informação, avaliação e monitoramento constituídos como instrumentos necessários ao registro e controle de renúncias de receitas, bem como o atendimento dos mesmos à legislação pertinente (LC 101/00) e outros critérios (Resolução Atricon nº 06/2016).

Finalidade: Avaliar gestão do Estado de Minas Gerais quanto às Renúncias de Receitas Públicas.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Aprimoramento da metodologia para definição das renúncias de receitas, para registro, controle e avaliação da renúncia de receita.
- Melhoria da arrecadação do Estado.

Etapa: Elaboração da Matriz de Achados. Execução em curso – Previsão de término da execução em fevereiro 2020- Previsão de finalização da auditoria em março 2020.

Fonte: Relatório de Atividades da DFME - Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continua)

Processo(s)	Natureza	Especificação
1.076.935	Monitoramento de Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria operacional no Ensino Fundamental de Arapuá.
997.758	Monitoramento de Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria Operacional no Município de Nova Lima – Mineração Municípios.
1.076.933	Monitoramento de Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria operacional no Ensino Infantil de Prata.
1.077.128	Monitoramento de Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria operacional no Ensino Fundamental de Santana de Pirapama.
1.054.008	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Caratinga-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação da meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas à educação infantil.
1.054.010	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Salinas-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação da meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas à educação infantil.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (continuação)		
Processo(s)	Natureza	Especificação
1.054.018	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Itajubá, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação da meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas à educação infantil.
1.054.006	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores nos Município de Cana Verde-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação da meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas à educação infantil.
1.054.017	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Ponte Nova-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação da meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas à educação infantil.
1.054.011	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Oliveira-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação da meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas à educação infantil.
1.054.015	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Ituiutaba-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação da meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas à educação infantil.
1.054.009	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Sem-Peixe-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação da meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas à educação infantil.
1.054.283	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal e gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Tabuleiro-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação das metas 2 e 7 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas ao ensino fundamental.
1.054.302	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal e gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Municípios de Arapuá-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação das metas 2 e 7 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas ao ensino fundamental.
1.054.303	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal e gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Aracitaba-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação das metas 2 e 7 do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como de demais metas afetas ao ensino fundamental.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processos em destaque analisados pela Unidade Técnica (conclusão)		
Processo(s)	Natureza	Especificação
1.054.099	Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria operacional em Mineração no SISEMA/Municípios Mineradores.
1.047.692	Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria Operacional na Gestão dos Recursos Hídricos de MG.
969.510	Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria Coordenada pelo TCU na área da saúde.
923.965	Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria no Programa Travessia.
951.937	Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria Operacional no meio ambiente - UCPIs.
1.031.303	Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria Operacional nos órgãos e entidades componentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente, no que se refere ao desempenho de suas atividades, relativas ao setor de mineração, com ênfase na extração de minério de ferro.
1.054.016	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal, gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no Município de Prata-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação das meta 1 do PNE (Plano Nacional de Educação) bem como de demais metas afetas à educação infantil.
1.054.284	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal e gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no município de Jampruca-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação das metas 2 e 7 do PNE (Plano Nacional de Educação) bem como de demais metas afetas ao ensino fundamental.
1.047.837	Auditoria Operacional	Avaliar a gestão municipal e gestão escolar, infraestrutura das escolas e carreira dos professores no município de Santana de Pirapama-MG, considerando a verificação prioritária dos níveis de implementação das metas 2 e 7 do PNE (Plano Nacional de Educação) bem como de demais metas afetas ao ensino fundamental.
980.602	Monitoramento de Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria Operacional Coordenada no Ensino Médio.
1.015.889	Monitoramento de Auditoria Operacional	Monitoramento de Auditoria Operacional no Município de Conceição do Mato Dentro – Mineração Municípios.
1.066.626	Auditoria Operacional	Auditoria Operacional na Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte.

Fonte: Relatório de Atividades da DFME - Exercício de 2019

Avaliação das políticas, programas e projetos públicos

Ações em destaque

Índice de Efetividade de Gestão Municipal – IEGM (dados do exercício de 2018). Prorrogação do prazo para o envio dos questionários disponibilizados para o preenchimento a 07 municípios inadimplentes no período de 25/11/2019 a 10/12/2019

Objeto: Projeto de apuração de indicadores finalísticos, desenvolvido por meio de aplicação de questionários submetidos aos jurisdicionados.

Finalidade: Medir a qualidade dos gastos e investimentos municipais e observar a realidade dos municípios mineiros, por meio da avaliação das políticas e atividades públicas dos gestores municipais, a partir de sete dimensões: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, governança da tecnologia da informação.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Melhoria da transparência, da gestão dos gastos públicos e da efetividade dos controles externo e social.

Etapas: Finalizada.

Índice de Efetividade de Gestão Municipal – IEGM (dados do exercício de 2018). Disponibilização do resultado dos municípios que faltavam para completar os dados do Portal Fiscalizando com o TCE em 16/12/2019. Com essa última divulgação, apuramos o resultado de todos os municípios mineiros.

Objeto: Projeto de apuração de indicadores finalísticos, desenvolvido por meio de aplicação de questionários submetidos aos jurisdicionados.

Finalidade: Medir a qualidade dos gastos e investimentos municipais e observar a realidade dos municípios mineiros, por meio da avaliação das políticas e atividades públicas dos gestores municipais, a partir de sete dimensões: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, governança da tecnologia da informação.

Benefício esperado e/ou alcançado:

- Melhoria da transparência, da gestão dos gastos públicos e da efetividade do controle externo e social.

Etapas: Finalizada.

Fonte: Relatório de Atividades da DCEM - Exercício de 2019

3.5.4 Auxílio ao Poder Legislativo Estadual e Municipal

Objetiva disponibilizar à Assembleia Legislativa e às Câmaras Municipais os pareceres prévios acerca das contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivos do Estado e dos Municípios no prazo constitucional, visando subsidiar o processo de avaliação da gestão pelos resultados e conformidade de suas ações; e disponibilizar informações referentes às suas atribuições conforme solicitações recebidas, necessárias à atuação do Poder Legislativo.

Emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador

Ação em destaque

Solicitação, junto aos órgãos competentes do Estado, de informações sobre os aspectos da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado, relativas ao exercício financeiro de 2019, para orientar a elaboração do Relatório Técnico sobre as Contas Governamentais.

Objeto: Balanço Geral do Estado.

Finalidade: Obtenção de papéis de trabalho para a elaboração do Relatório Parcial e Definitivo da CFAMGE.

Benefícios esperados e/ou alcançados:

- Suporte à elaboração do Relatório das Contas de Governo Estadual do Exercício de 2019.
- Correta utilização de recursos públicos.

Etapas: Acompanhamento constante.

Fonte: Relatório de Atividades da DCEE - Exercício de 2019

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Processo em destaque analisado pela Unidade Técnica		
Processo	Natureza	Especificação
1.066.559	Balanço Geral do Estado	Contas do Governador de 2018

Fonte: Relatório de Atividades da DCEE – Exercício de 2019

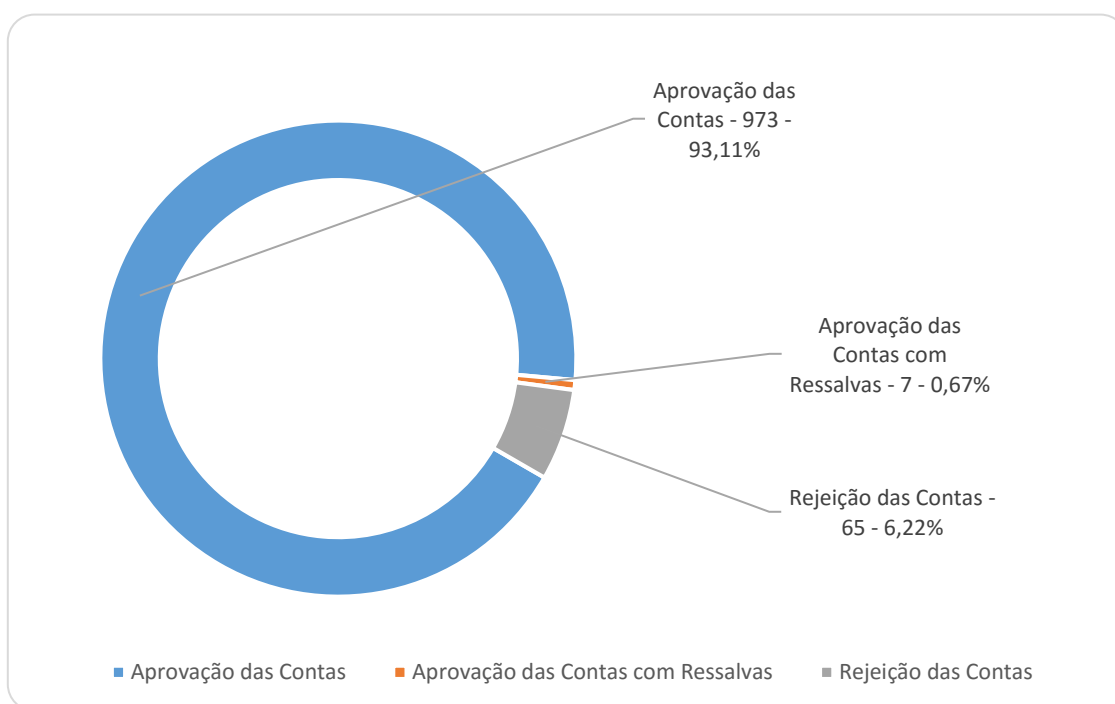
Emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos

O art. 42 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008 dispõe que compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelos prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio.

A emissão do parecer prévio poderá ser pela aprovação das contas, pela aprovação das contas com ressalva e pela rejeição das contas, nos termos do art. 45, I, II e III, da mencionada lei.

No exercício, foram emitidos 1.045 (mil e quarenta e cinco) pareceres, conforme registrado no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 - Deliberação em parecer prévio



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria – Exercício de 2019.

3.5.5 Normatização

Objetiva sistematizar e disponibilizar para os jurisdicionados os atos normativos e súmulas sobre deliberações do Tribunal.

Edição de normas relacionadas ao controle externo

No exercício, foram aprovadas 5 (cinco) resoluções e 1(uma) instrução normativa.

Resoluções	
Número	Assunto
Resolução nº 09/2019	Acrescenta Grupo de Informação ao Anexo I da Resolução nº 03/2019, que "Dispõe sobre a classificação de informação em grau de sigilo e sua gestão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
Resolução nº 10/2019	Indica os servidores que serão agraciados, em 2019, com a "Medalha Emílio Moura da Corte de Contas do Estado de Minas Gerais".
Resolução nº 11/2019	Aprova a implantação do Sistema de Informações de Serviços de Engenharia e Obras Públicas de Minas Gerais – SISOP-MG e revoga a Resolução nº 16, de 23 de outubro de 2013.
Resolução nº 14/2019	Regulamenta os procedimentos de investigação no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e o recebimento e tratamento das informações remetidas ao Ministério Público de Contas relativas à ocorrência, em tese, de irregularidades no âmbito da Administração Pública Estadual ou Municipal.
Resolução nº 15/2019	Dispõe sobre a distribuição e o tratamento dos pedidos de cooperação técnica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC- MG.

Fonte: TC Legis - Sistema Integrado de Pesquisa

Instrução Normativa	
Número	Assunto
Instrução Normativa nº 01/2019	Dispõe sobre a remessa de informações e de documentos que comporão o Sistema de Informações de Serviços de Engenharia e Obras Públicas de Minas Gerais – SISOP-MG, relativos a obras e a serviços de engenharia, pelos órgãos e pelas entidades submetidos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e revoga a Instrução Normativa nº 6, de 23 de outubro de 2013

Fonte: TC Legis - Sistema Integrado de Pesquisa

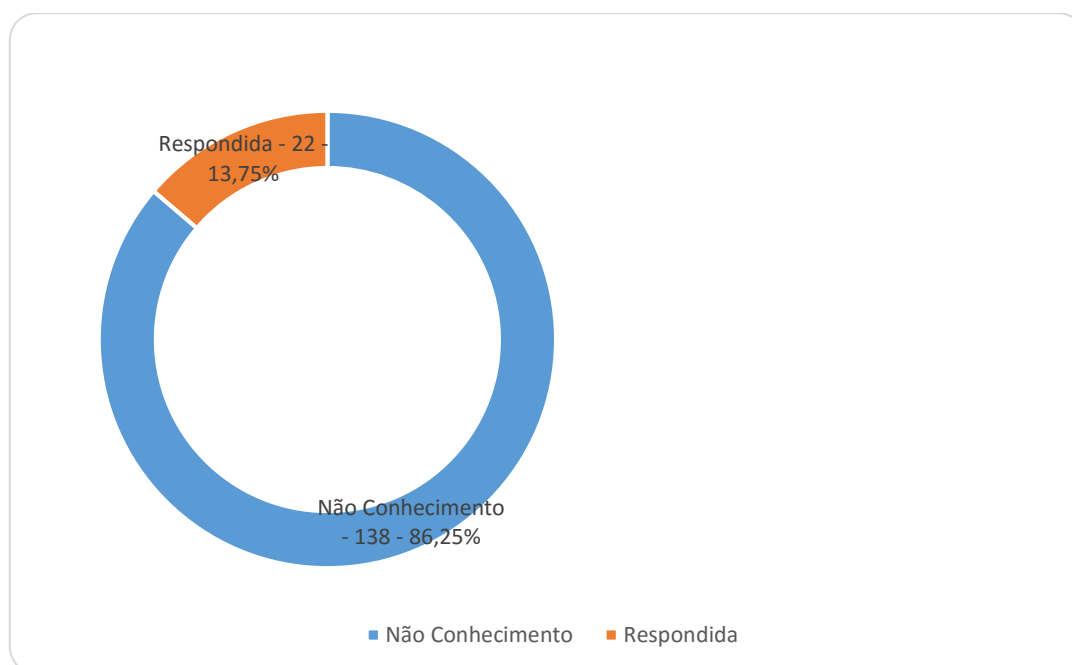
Emissão de parecer em consulta

O TCEMG emite parecer em consulta acerca de matéria de sua competência que tenha repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial e que não verse sobre caso concreto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.

O parágrafo único do art. 210 do citado Regimento dispõe que o parecer emitido em consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não de caso concreto, mas a orientação dada prevalecerá quando do exame do caso concreto correspondente.

No exercício, foram deliberados 160 (cento e sessenta) processos de consulta conforme demonstrado no Gráfico 6.

GRÁFICO 6 - Deliberação em consulta



Fonte: SGAP BI.

3.6 SANÇÕES

O Tribunal de Contas, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá aplicar, isolada ou cumulativamente, as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, nos termos do art. 83 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008 e do art. 315 da Resolução n. 12/2008.

A multa será aplicada de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores, nos termos do art. 84 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008 e do art. 317 da Resolução n. 12/2008.

Conforme dispõe o art. 316 da mencionada Resolução, verificada a existência de dano ao erário, o Tribunal de Contas determinará o seu ressarcimento aos cofres públicos pelo responsável ou sucessor, observado o disposto no inciso VIII do art. 2º da citada Resolução.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Nas Tabelas abaixo, estão registrados os ressarcimentos determinados e as multas aplicadas no exercício.

TABELA 8 - Multas aplicadas

Irregularidade/Descumprimento de obrigação	Valor (Em R\$)
Abertura de crédito(s) suplementar(es) sem amparo legal	5.000,00
Ato(s) de admissão praticado(s) sem a observância de requisito(s) legal(is)	52.000,00
Ausência de comprovação da execução do objeto de convênio(s)/contrato(s)/termo(s) aditivo(s)	64.000,00
Ausência de comprovação de utilização de recursos	4.000,00
Ausência de Prestação(ões) de Contas	24.000,00
Ausência de repasse das contribuições previdenciárias patronais	9.000,00
Concessão de benefício(s) a servidor(es) sem lei autorizativa	2.000,00
Descumprimento de determinação do Tribunal	102.648,07
Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos	285.247,77
Despesa(s) com ação(ões) de publicidade que caracteriza(m) promoção pessoal	800,00
Desvio de finalidade	13.800,00
Falta de procedimento licitatório	55.000,00
Falta de repasse dos recursos destinados ao ensino/saúde para os órgãos responsáveis	1.000,00
Irregularidade(s) com recursos do FUNDEF/FUNDEB	11.000,00
Irregularidade(s) em convênio(s)/contrato(s)/ termo(s) aditivo(s)	336.444,30
Irregularidade(s) em dispensa(s)/inexigibilidade(s) de licitação	47.100,00
Irregularidade(s) em Edital de Concurso Público	66.500,00
Irregularidade(s) em Prestação(ões) de Contas	325.116,64
Irregularidade(s) em procedimento licitatório	585.650,00
Irregularidade(s) em Processo Seletivo Simplificado	1.000,00
Irregularidade(s) na contabilização do orçamento público	8.000,00
Irregularidade(s) na gestão do órgão	550.100,00
Irregularidade(s) na remessa de dados via SICOM	5.000,00
Irregularidade(s) no repasse de recurso(s) à Câmara Municipal	153.157,84
Irregularidade(s) relativa(s) ao Controle Interno	32.000,00
Omissão no dever de prestar contas de recurso público	48.409,58
Prática de ato(s) antieconômico(s)	467.000,00
Realização de despesa(s) sem a observância de procedimento(s) legal(is)	77.500,00
Recebimento indevido de remuneração e/ou verba indenizatória	250.635,07
Total	3.583.109,27

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

TABELA 9 - Ressarcimentos determinados por irregularidade

Irregularidade	Valor (Em R\$)
Ausência de comprovação da execução do objeto de convênio(s)/contrato(s)/termo(s) aditivo(s)	6.830.949,17
Ausência de comprovação de utilização de recursos	167.278,80
Ausência de Prestação(ões) de Contas	447.371,71
Ausência de repasse das contribuições previdenciárias patronais	8.000,00
Concessão de benefício(s) a servidor(es) sem lei autorizativa	991.487,26
Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos	4.038.007,57
Despesa(s) com ação(ões) de publicidade que caracteriza(m) promoção pessoal	40.768,00
Despesa(s) com publicidade sem apresentação da matéria veiculada	1.250,00
Despesa(s) não afeta(s) à competência do Legislativo Municipal e realizada(s) em desacordo com o art. 37 da CR/88	567,00
Despesa(s) não afeta(s) ao interesse público	392.842,97
Despesa(s) sem recibo e quitação do favorecido	23.277,50
Desvio de finalidade	163.644,17
Falta de comprovação de despesa(s) com documento(s) legal(is)	543.187,88
Falta de retenção da alíquota de 2% de ISSQN	3.159,42
Irregularidade(s) com recursos do FUNDEF/FUNDEB	136.208,48
Irregularidade(s) em convênio(s)/contrato(s)/ termo(s) aditivo(s)	5.729.495,87
Irregularidade(s) em diária(s) de viagem	486.386,27
Irregularidade(s) em Prestação(ões) de Contas	5.702.030,76
Irregularidade(s) em procedimento licitatório	6.050.187,12
Irregularidade(s) na alienação de bem(ns) imóvel(is) público(s)	5.901.015,07
Irregularidade(s) na gestão do órgão	27.860.037,84
Irregularidade(s) no recebimento de recursos/receitas	10.265,00
Irregularidade(s) no repasse de recurso(s)	1.123.525,00
Irregularidade(s) no repasse de recurso(s) à Câmara Municipal	20.819,75
Irregularidade(s) relativa(s) ao Controle Interno	55.280,48
Omissão no dever de prestar contas de recurso público	1.144.280,32
Pagamento realizado a maior por serviço(s) não executado(s)	290.543,05
Prática de ato(s) antieconômico(s)	2.136.847,38
Realização de despesa(s) sem a observância de procedimento(s) legal(is)	3.390.001,18
Recebimento indevido de remuneração e/ou verba indenizatória	6.714.925,20
Recebimento indevido de subsídio	255.279,69
Sobrepreço na aquisição de bens e serviços	166.018,49
Total	80.824.938,40

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.



Relatório de Atividades

Exercício de 2019

No exercício, a Coordenadoria de Débito e Multa encaminhou 581 (quinhentos e oitenta e um) certidões de débito ao Ministério Público de Contas para as providências cabíveis à execução pela Advocacia Geral do Estado – AGE – ou Procuradorias Municipais, conforme discriminado na Tabela abaixo.

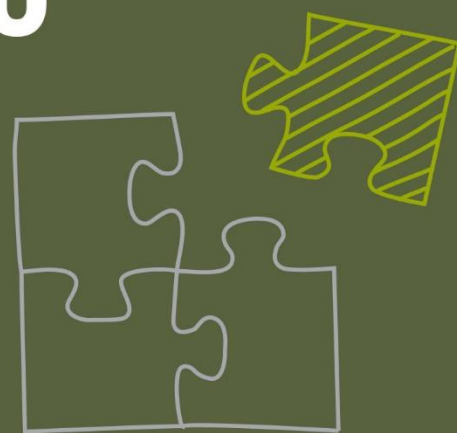
As certidões relativas a ressarcimento ao erário são encaminhadas ao ente titular do crédito, enquanto as relativas às multas, cuja titularidade é do Estado de Minas Gerais, são remetidas à AGE.

TABELA 10 - Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público de Contas

Sanção	Quantidade
Multa	210
Ressarcimento ao Erário	371
Total	581

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.

RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO



4 RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

4.1 PARCERIAS FIRMADAS

Visando ao aprimoramento do controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais realizou parcerias com outros órgãos e instituições, a saber:

TABELA 11 - Parcerias firmadas

(continua)

Instrumento	Objeto
Termo de Apostila ao Acordo Cooperação Técnica n. 007/2018, firmado com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná	Cessão do Aplicativo <i>Na Ponta do Lápis</i> .
Convênio n. 001/2019 celebrado com a Associação dos Recicladores de Belo Horizonte ASSOCIRECICLE	Destinar os resíduos recicláveis – papel, papelão, copos descartáveis, latas de alumínio, garrafas de plástico e outros – coletados nos diversos setores do TRIBUNAL à ASSOCIAÇÃO que dará a destinação ambientalmente correta a esses materiais.
Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2019, firmado com o Tribunal de Contas do Estado do Piauí.	Cessão do Aplicativo <i>Na Ponta do Lápis</i>
Acordo de Cooperação Técnica n. 002/2019, firmado com a Associação Mineira de Municípios – AMM/MG	Desenvolvimento de ações comuns entre os partícipes voltadas para divulgação de projeto desenvolvido pelo TCEMG, denominado “RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS”, no âmbito dos programas e ações de responsabilidade social desenvolvidas pela AMM/MG.
Acordo de Cooperação Técnica n. 003/2019, firmado com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	Intercâmbio de informações e a cooperação técnica que envolve assuntos inerentes ao âmbito de controle externo e/ou de tecnologia da informação, visando ao compartilhamento de conhecimentos e à transferência mútua de tecnologias, mediante a disponibilização da solução desenvolvida pelo TCE-MG, denominado <i>Na Ponta do Lápis</i> , bem como dos conhecimentos utilizados na sua construção e desenvolvimento.
Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2019, firmado com a Associação Mineira de Municípios – AMM/MG	Desenvolvimento de ações conjuntas de interesse comum entre os partícipes, mediante auxílio na divulgação e realização de palestras e treinamentos relacionados ao projeto denominado “SOB CONTROLE: CONTROLE INTERNO PARA AMPLIAR RESULTADOS”, executado pelo Tribunal, com intuito de capacitar agentes públicos municipais do Controle Interno em cinco grupos de mesorregiões do Estado.

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Suprimentos – Exercício de 2019.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(continuação)

Instrumento	Objeto
Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2017, firmado com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.	Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2017, que tem como objeto a permissão de acesso, para consulta, pelo TRIBUNAL, às funcionalidades dos sistemas quanto aos dados gerados pelas seguintes aplicações desenvolvidas e em uso pelo IPSEMG: Cadastro Único - CADU, Arrecadação - AREC, Assistência Descentralizada à Saúde - SADS, Seguro e Pecúlio- SEGU, Concessão e Pagamento de Pensão - SICON/SISPAG e Tramitação Eletrônica de Pensão – Workflow, que permitirá ao TRIBUNAL acessar via web os documentos digitalizados.
Ato interinstitucional n. 01/2018 firmado entre o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais – MPC-MG, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Contas da União e a Advocacia-Geral da União em Minas Gerais.	Inclusão do TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS, como partícipe da rede de controle “De olho nos recursos do FUNDEF em Minas Gerais”, instituída por meio do Ato Interinstitucional n. 01/2018
Acordo de Cooperação Técnica n. 04/2019, firmado com a Controladoria Geral do Distrito Federal.	Intercâmbio de informações e a cooperação técnica que envolve assuntos inerentes ao âmbito de controle externo e/ou de tecnologia da informação, visando o compartilhamento de conhecimentos e a transferência mútua de tecnologias, mediante a disponibilização da solução desenvolvida pelo TCE-MG, denominado NA PONTA DO LÁPIS, bem como dos conhecimentos utilizados na sua construção e desenvolvimento.
Convênio n. 003/2019, celebrado com a Fundação Mineira de Educação e Cultura.	Concessão de estágio, obrigatório ou não obrigatório, pelo TRIBUNAL, a estudantes regularmente matriculados e frequentes nos seguintes cursos da INSTITUIÇÃO CONVENIADA: Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Engenharia, Ciências Atuariais, Ciências da Computação (ou correlato), Letras e Ciência da Informação/ Biblioteconomia.
Convênio n.001/2019 -Associação dos Recicladores de Belo Horizonte – ASSOCIRECICLE.	Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, a contar de 20/02/2020.
Termo de Cooperação Técnica n. 003/2019, firmado com o Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais – CORI-MG.	Utilização pelo CONVENIADO, exclusivamente para fins institucionais, da CENTRAL ELETRÔNICA DE IMÓVEIS DE MINAS - CRI-MG, desenvolvida pelo CORI-MG, possibilitando-se, deste modo, acesso aos Serviços Eletrônicos prestados pelos Cartórios de Registro de Imóveis integrantes da CRI-MG, ou de Centrais Eletrônicas de outros Estados conveniadas à CRI-MG, quando autorizado, como pesquisa de bens imóveis e solicitação de certidões eletrônicas de matrículas.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(conclusão)

Instrumento	Objeto
Termo de Filiação ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP.	Desenvolver ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de Orientações Técnicas, Procedimentos de Auditoria de Obras Públicas, realização e reuniões técnicas, cursos, capacitações e eventos técnicos na área de Auditoria de Obras Públicas, entre outros.
Convênio de Cooperação Técnica n. 010/2009 - Secretaria de Estado de Governo.	Prorrogação de vigência e alterações cláusulas.
Acordo de Cooperação Técnica n. 005/2019, celebrado com o Tribunal de contas do Estado do Espírito Santo.	Mútua colaboração entre os órgãos signatários nas atividades de Controle Externo, por meio do intercâmbio de experiências e da integração de procedimentos e de metodologias, objetivando aprimorar e fortalecer as auditorias realizadas pelos partícipes.
Termo de Cooperação Técnica n. 004/2019, firmado com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Procuradoria-Geral, com a interveniência da Procuradoria de Justiça especializada no combate aos crimes praticados por agentes políticos municipais, da central de apoio técnico, do centro de apoio operacional das promotorias de justiça de defesa do patrimônio público e do gabinete de segurança institucional.	Facilitar o fornecimento de documentos, dados e informações, visando dotar os partícipes nos procedimentos de fiscalização, em seus respectivos âmbitos de atuação, de maior consistência e qualidade na apreciação da legalidade dos atos da Administração Pública Estadual e Municipal, bem como o compartilhamento de recursos de infraestrutura tecnológica de datacenter em forma de colocation (alocação in-loco de hardware) a fim dos partícipes possuírem redundâncias de dados, site-backup de aplicações e backup remoto das informações.
Convênio n. 004/2019, celebrado com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerias – CAU-MG	A adoção de ações voltadas para a aproximação e integração dos convenientes, em especial, o intercâmbio de informações e cooperação técnica nas áreas de fiscalização, pesquisa, capacitação e o estabelecimento de mecanismos para sua realização, sem fins lucrativos, entre o TRIBUNAL e o CAU-MG.

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Suprimentos – Exercício de 2019.

4.2 OUVIDORIA

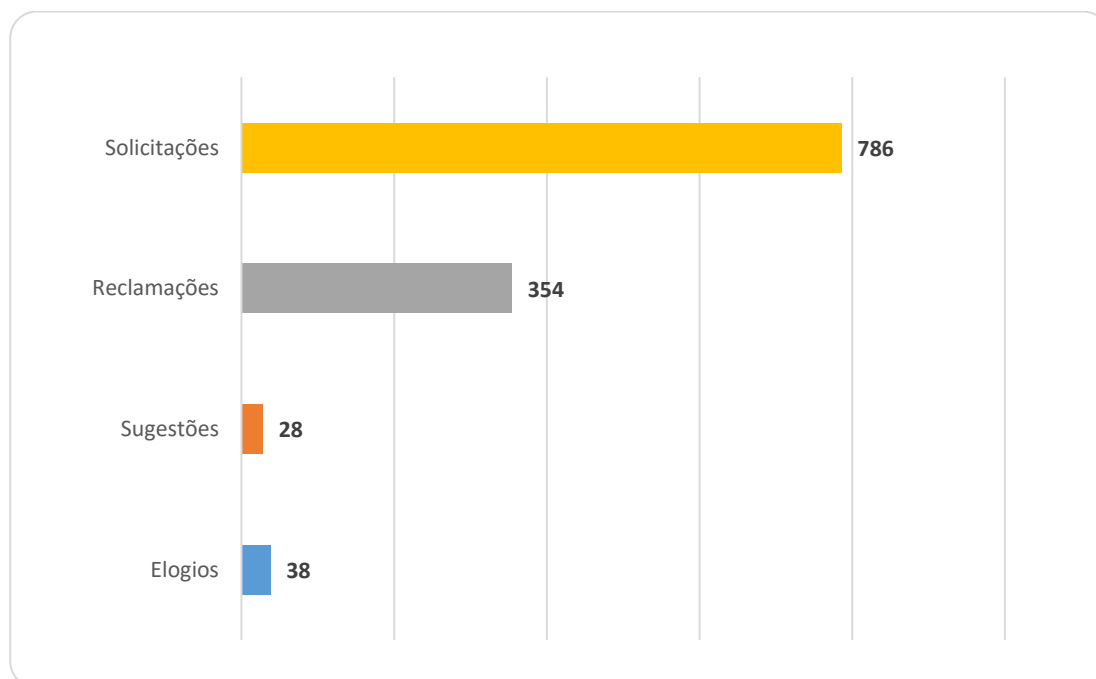
Ouvidoria é a unidade responsável pela interlocução do Tribunal com a sociedade, recebendo manifestações acerca dos serviços e atendimentos prestados.

Nos termos do art. 45 do Regimento Interno, a Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão das ações de controle do Tribunal, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviços prestados pelo Tribunal, conforme disposto no parágrafo único do citado artigo.

Nos Gráficos 7, 8, 9, 10, 11 e 12 e na Tabela 12 estão registradas as manifestações e demandas ocorridas no exercício.

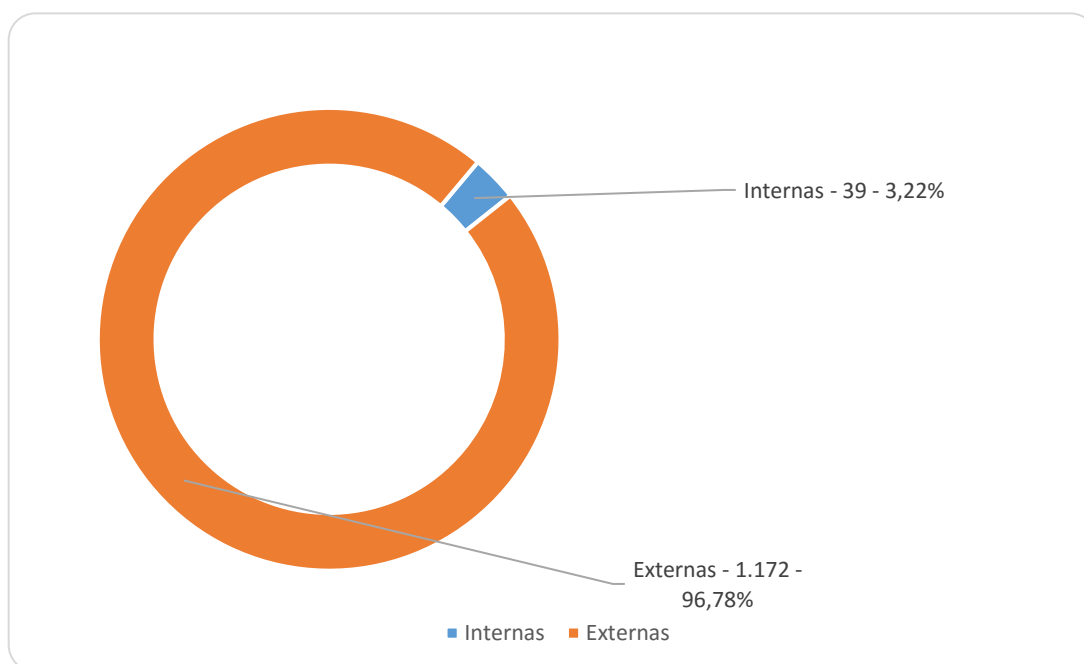
GRÁFICO 7 - Manifestações recebidas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.

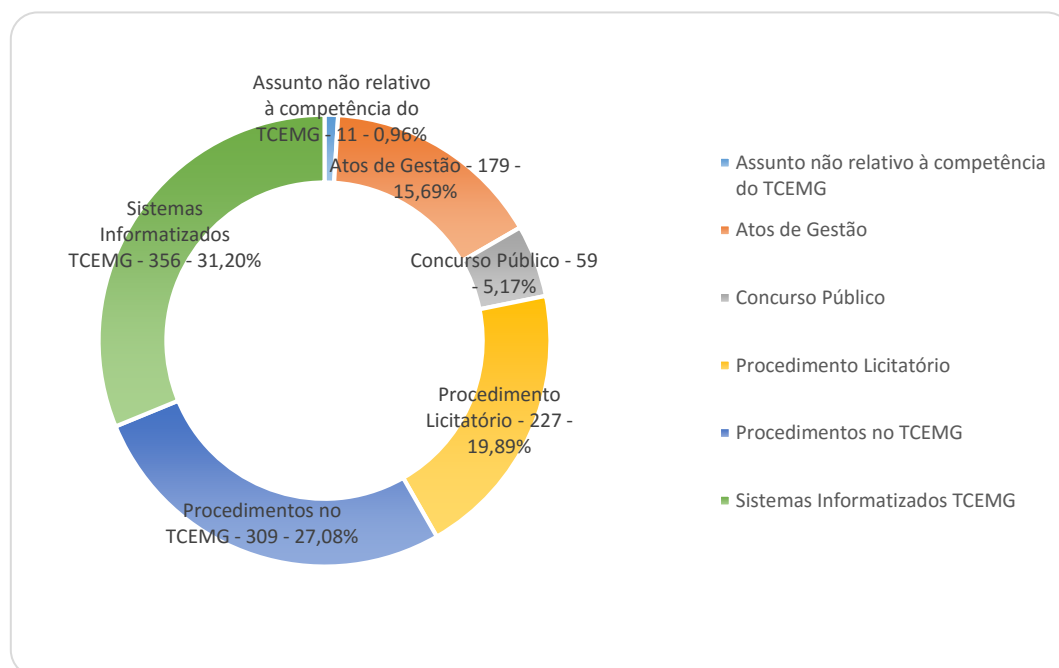
Relatório de Atividades Exercício de 2019

GRÁFICO 8 - Origem das demandas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.

GRÁFICO 9 - Assuntos demandas externas

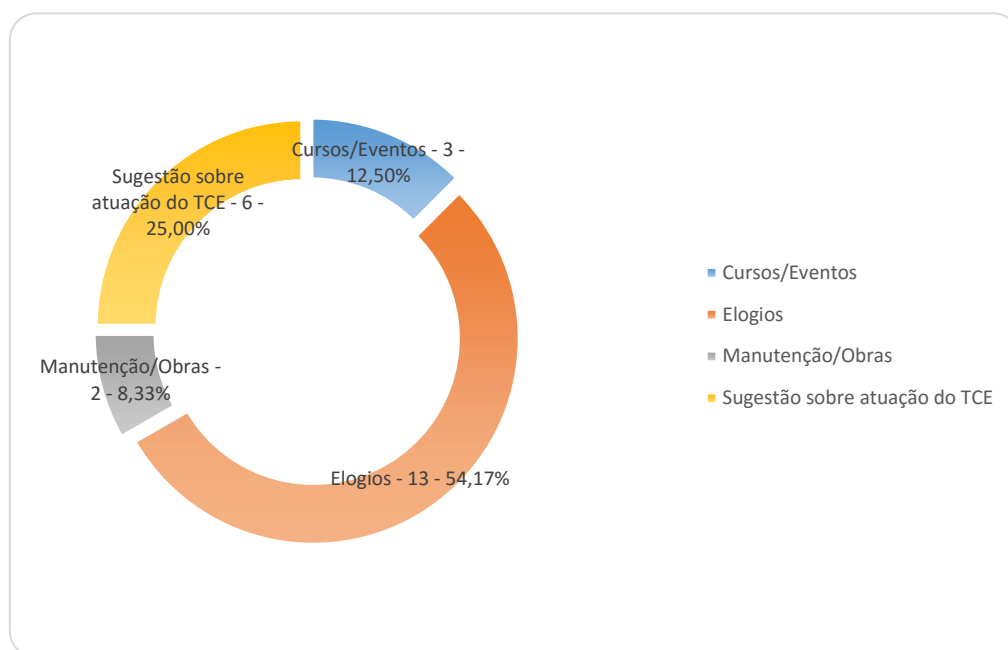


Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

GRÁFICO 10 - Assuntos demandas internas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.

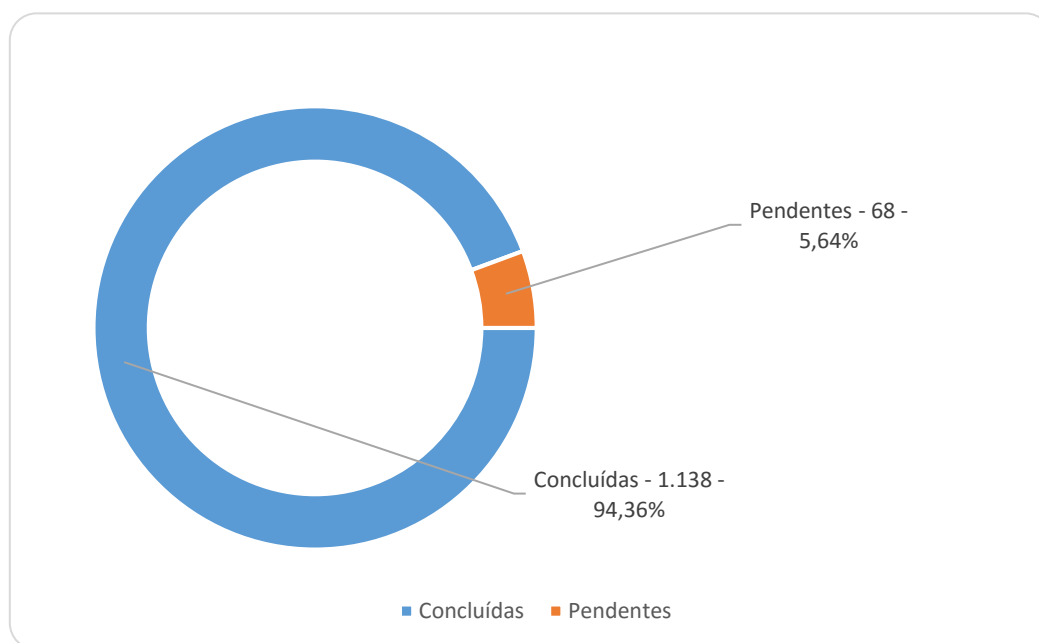
TABELA 12 - Demandas encaminhadas

Unidade	Recebidas	Concluídas
Central de Relacionamento com o TCEMG (CRTCE)	7	7
Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação	9	9
Coordenadoria de Débito e Multa	1	1
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal	1	1
Coordenadoria de Protocolo e Triagem	3	3
Coordenadoria de Sistematização de Deliberações e Jurisprudência	1	1
Coordenadoria para Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM)	4	4
Diretoria de Administração	12	12
Diretoria de Comunicação Social	10	10
Diretoria de Controle Externo do Estado	1	1
Diretoria de Controle Externo dos Municípios	23	23
Diretoria de Finanças	1	1
Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal	46	42
Diretoria de Fiscalização de Matérias Especiais	21	21
Diretoria de Gestão de Pessoas	17	17
Diretoria de Segurança Institucional	7	7
Diretoria de Tecnologia da Informação	257	255
Diretoria-Geral	3	3
Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo	44	44
Gabinete do Conselheiro José Viana	2	2
Gabinete do Conselheiro Sebastião Helvecio	2	2
Gabinete do Conselheiro Substituto Victor Meyer	3	3
Gabinete do Procurador Glaydson Massaria	1	1
Gabinete da Procuradora Cristina Melo	3	2
Secretaria do Pleno	8	8
Secretaria-Geral da Presidência	11	11
Superintendência de Controle Externo	3	3
Secretaria da Ouvidoria (*)	526	526
	1.027	1.020

Fonte: Secretaria da Ouvidoria - Exercício de 2019.

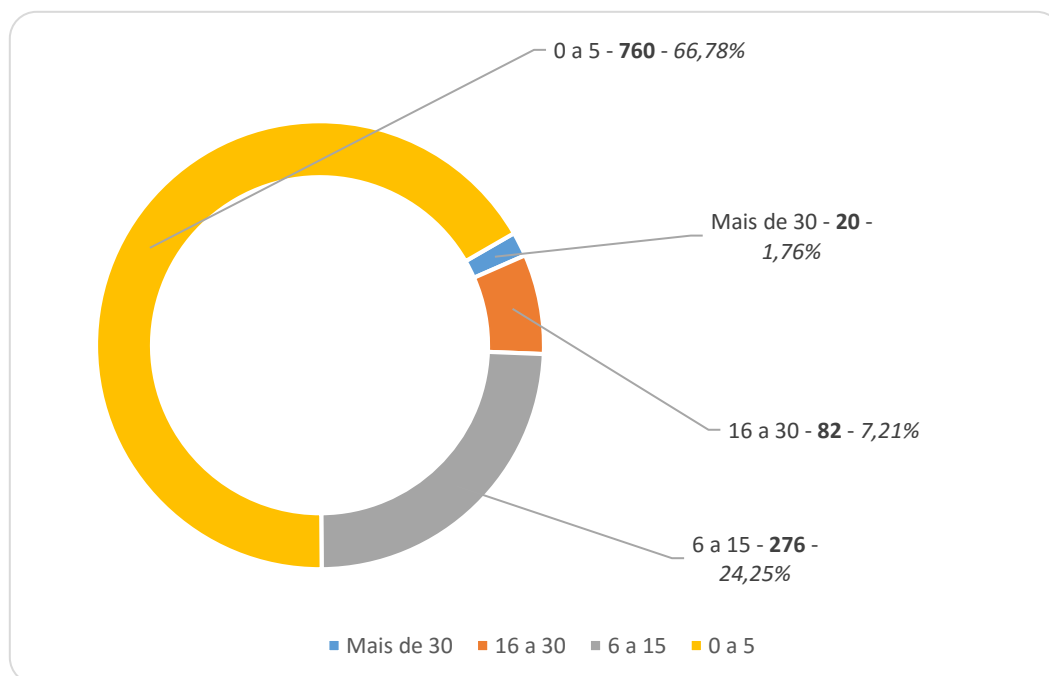
Nota: (*) Demandas respondidas diretamente pela Secretaria da Ouvidoria sem encaminhamento prévio para outras unidades.

GRÁFICO 11 - Situação das demandas



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.

GRÁFICO 12 - Tempo total de resposta (em dias úteis)



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2019.

4.3 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Todo cidadão tem o direito de acessar a informação produzida, guardada e gerenciada pelos órgãos públicos. Esse direito é assegurado pela Constituição da República e seu exercício foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – Lei Federal n. 12.527/2011. Ao ser disponibilizada, a informação permite ao cidadão fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Atento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República, e ao cumprimento do objetivo estratégico “Fomentar o controle social e a participação da sociedade nas ações de controle externo”, o Tribunal de Contas fornece aos cidadãos informações relativas às suas atividades, utilizando, para isso, diferentes canais de comunicação.

4.3.1 Portal do TCEMG na internet

TABELA 13 - Atividades relacionadas ao Portal

Atividade	2018	2019
Notícias publicadas	598	686
Downloads de programas do TCEMG	802	684
Visualizações de páginas	1.987.982	1.643.648

Fonte: Relatórios Estatísticos da Coordenadoria de Jornalismo e Redação - Exercício de 2019.

4.3.2 Serviços disponibilizados

Os serviços disponibilizados no site do TCEMG, que podem ser acessados por servidores, jurisdicionados e sociedade em geral, estão relacionados abaixo:

TABELA 14 - Serviços disponibilizados no site do TCEMG

Serviço	Especificação (continua)
Acompanhamento de Processos	Ferramenta que permite o acompanhamento das tramitações e a exibição de dados cadastrais de processos.
Aposentados e Pensionistas	Formulário para recadastramento anual de aposentados e pensionistas conforme Resolução n. 17/2013.
Banco de Preços	Ferramenta que disponibiliza dados acerca dos preços praticados nas aquisições realizadas pelos órgãos e entidades públicas municipais e estaduais.
Na Ponta do Lápis	Monitora o cumprimento das 20 metas e 254 estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.
CAPMG	Ferramenta de consulta às informações da folha de pagamento dos agentes públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais.
Certidão CNJ/CNMP	Sistema automatizado de emissão de certidões para atendimento às disposições das Resoluções n. 156/2012 do CNJ e n. 177/2017 do CNMP.
CFS	Cadastro de fornecedores de <i>software</i> .

TABELA 14 - Serviços disponibilizados no site do TCEMG

Serviço	Especificação (continuação)
Concurso Público	Espaço que disponibiliza informações relativas aos concursos públicos realizados pelo TCEMG.
Conferência de Assinatura	Funcionalidade que possibilita verificar a autenticidade de documentos assinados eletronicamente no TCEMG.
Dados Abertos	Sistema que disponibiliza dados e informações, de forma a possibilitar a reutilização em aplicativos desenvolvidos pela sociedade.
DOC	Órgão oficial eletrônico do TCEMG para publicação, divulgação dos atos administrativos e processuais e comunicação em geral.
e-Certidão	Ferramenta que permite aos jurisdicionados solicitar e receber, via internet, certidões técnicas.
e-Consulta	Ferramenta que permite elaborar, enviar e acompanhar processo de Consulta eletrônica ao TCEMG.
e-TCE	Portal de acesso ao Processo Eletrônico do TCEMG, contendo serviços de vista, acompanhamento e peticionamento.
ECI	Canal direto de interação entre o TCEMG e o controle interno do jurisdicionado, objetivando o fortalecimento das ações promovidas pelas controladorias.
Escola de Contas	Promove ações de capacitação e cursos de pós-graduação, com estudos teóricos e práticos, para os servidores do TCEMG, jurisdicionados e sociedade em geral.
Fale com o TCE	Canal de comunicação com o TCEMG responsável por receber as solicitações de informações conforme a Lei de Acesso à Informação.
Fiscalizando com o TCE	Disponibiliza diversas informações orçamentárias e financeiras dos municípios mineiros e do Estado de Minas Gerais.
FISCAP	Sistema de envio eletrônico de informações referentes a concessões/cancelamentos de benefícios e a concursos públicos/processos seletivos.
Fornecedores Impedidos	Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual.
Geo-Obras	Sistema destinado ao envio de informações relativas a obras e serviços de engenharia.
Índices de Assuntos	Documentos que listam os assuntos e possibilitam a consulta das portarias, instruções, resoluções, súmulas e demais legislações relacionadas ao TCEMG.
Informativo de Jurisprudência	Boletim com resumos de julgados do TCEMG, sendo um instrumento de compartilhamento do conhecimento gerado no Tribunal.
Jurisprudência do TCE	Ferramenta de pesquisa livre de julgados, por meio de expressões e palavras-chave, e que permite também a utilização de diversos filtros.
JuriTCs	Portal que tem por objetivo disseminar os produtos criados pelos Tribunais e ser um ambiente de troca de ideias e otimização de recursos.
Lista de Inabilitados	Listagem de pessoas inabilitadas para o exercício de cargo ou função na Administração Pública, por decisão irrecorrível do TCEMG.
Lista do TRE	Listagem de agentes públicos encaminhada pelo TCEMG à Justiça Eleitoral, em cumprimento à Lei Federal n. 9.504/97.
Membros da Comissão	Relação dos membros da Comissão Permanente de Licitação do TCEMG.
Obras Paralisadas	Sistema destinado ao cadastramento de obras paralisadas em todo o estado de Minas Gerais.

TABELA 14 - Serviços disponibilizados no site do TCEMG

Serviço	Especificação (continuação)
Ouidoria	Espaço de interlocução entre o TCEMG e o cidadão para receber sugestões, elogios, reclamações ou pedidos de esclarecimentos.
Portal do Servidor	Portal que possibilita aos servidores do TCEMG consultar diversas informações funcionais de forma segura e simplificada.
Pregoeiros	Relação dos pregoeiros do TCEMG.
Projeto Conhecer	Programa de visitação ao Tribunal de Contas, aberto a estudantes do Estado de Minas Gerais.
PUSH	Sistema que consiste no envio de mensagens, por <i>e-mail</i> , ao interessado, responsável ou representante legítimo, devidamente cadastrados, sobre a movimentação dos processos.
Relação das Licitações	Ferramenta de consulta aos processos licitatórios do TCEMG.
Remessa de Atos	Remessa de Atos de Fixação dos Subsídios do Legislativo Municipal.
SAFE	Sistema para envio, pelas unidades jurisdicionadas da Administração Pública Estadual, dos documentos previstos nos incisos I e II do art. 2º da Decisão Normativa n. 03/2014.
SECMULTAS	Sistema que permite a emissão de segunda via de boleto de multas aplicadas pelo TCEMG, até o seu vencimento.
SEI!	Sistema Eletrônico de Informações, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 –, para gestão de documentos e processos eletrônicos.
SIGI	Sistema de Gestão de Identidade que permite o cadastro de órgãos jurisdicionados, gestores públicos e usuários para acesso aos sistemas do TCEMG.
SIACE/PCA	Sistema Informatizado para remessa das prestações de contas anuais dos gestores do Poder Executivo e das Administrações Indiretas Municipais.
SIACE/LRF	Sistema Informatizado para envio dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO – e Relatório de Gestão Fiscal – RGF – de que trata a LRF.
SIACE/PCA x SIACE/LRF	Relatório comparativo que demonstra o paralelo entre os dados enviados pelos municípios, nas prestações de contas e nos relatórios da LRF, por meio dos sistemas SIACE/PCA e SIACE/LRF.
SICOM	Sistema para envio de informações referentes às prestações de contas dos órgãos municipais.
SICOP	Sistema de controle de licitações, contratos, convênios, adiantamentos e prestações de contas.
SIGMAT	Sistema de cadastro de fornecedores e de coleta de preço para compras e serviços dispensados de licitação.
Sophia – Acervo do TCEMG	Sistema de gerenciamento do acervo bibliográfico da biblioteca.
Súmulas	<i>Link</i> de acesso ao rol de Enunciados de súmulas do TCEMG.
TCEduca	Sistema das metas do Plano Nacional de Educação – PNE. Com os indicadores, tem-se um panorama da evolução no atingimento das metas.
TC Legis	Sistema para envio de legislações por órgãos e entidades municipais.
Transparência	Portal que disponibiliza dados e informações públicas do TCEMG.

TABELA 14 - Serviços disponibilizados no site do TCEMG

Serviço	Especificação (conclusão)
Transparência	Portal que disponibiliza dados e informações públicas do TCEMG.
TV TCE	Canal de comunicação para transmitir e gravar as sessões deliberativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como os vídeos institucionais.
Vista Eletrônica de Processos	Ferramenta que possibilita acesso, pelas partes e procuradores, às peças processuais produzidas nos processos físicos do TCEMG, em formato PDF.
Portal de Compras	Portal que tem o intuito de promover o gerenciamento das aquisições e do uso de bens, serviços e obras.

Fonte: Portal do TCEMG na internet.

4.3.3 Intranet

TABELA 15 - Atividades relacionadas à Intranet

Atividade	2018	2019
Notícias publicadas	979	1.134
Visualizações de páginas	1.847.887	2.075.315

Fonte: Relatórios Estatísticos da Coordenadoria de Jornalismo e Redação - Exercício de 2019.

4.3.4 Redes sociais (Twitter e Facebook)

As notícias de maior repercussão no período estão relacionadas abaixo:

TABELA 16 - Notícias de maior repercussão

Notícias
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios ocorrido na cidade de Montes claros.
Deliberação do TCEMG a respeito da não permanência de servidor no cargo após a sua aposentadoria.
Suspensão da licitação do consórcio de municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.
Divulgação da formação da primeira turma de pós-graduação em Análise de Dados.
Divulgação do sistema de informações de serviços e obras públicas – SISOP-MG.
Destaque do Jornal Estado de Minas a respeito das análises de editais licitatórios realizadas pelo TCEMG.

Fonte: Relatórios Estatísticos da Coordenadoria de Publicidade e Marketing - Exercício de 2019.

4.3.5 Informativo de Jurisprudência

TABELA 17 - Atividades relacionadas ao Informativo de Jurisprudência

Atividade	2018	2019
Acessos ao Informativo via Portal do Tribunal	123.983	125.267
Total de cadastrados para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i> até setembro	6.891	42.413

Fontes: Relatórios Estatísticos da Corregedoria e Coordenadoria de Sistematização de Deliberações e Jurisprudência.

TABELA 18 - Atividades relacionadas à Revista

Atividade	Exercício 2018	Exercício 2019
Revistas distribuídas	5.058	4.877
Acessos à Revista do Tribunal	3.760	2.007
Total de cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da Revista por <i>e-mail</i> até setembro	3.551	10.653

Fonte: Relatórios Estatísticos da Corregedoria.

4.3.6 Biblioteca Aloyzio Alves da Costa

TABELA 19 - Atividades relacionadas à Biblioteca

Atividade	2018	2019
Atendimento ao público interno/externo	1.978	5.902
Empréstimos de publicações (*)	4.470	5.039
Acessos on-line à Biblioteca	90.483	71.965
Acessos ao TC Legis (**)	72.203	38.306

Fontes: Relatórios Estatísticos da Biblioteca e Gestão de Informação - Exercício de 2019.

4.3.7 Central de Relacionamento com os Jurisdicionados (CRJ)

TABELA 20 - Sistemas informatizados mais demandados pela CRJ

Sistema	2018	2019
Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG	375	637
Central de Relacionamento com os Jurisdicionados – CRJ	174	133
Certidão Eletrônica – SEC	3	-
Certificado Digital	3	-
e-Certidão	404	270
e-Consulta	115	149
e-Formulário	249	131
e-Petição	351	92
e-TCE	345	471
Fiscalizando com o TCE	-	315
Minas Transparente	106	6
Na Ponta do Lápis	169	6
Remessa de Atos de Fixação Legislativos	6	3
Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas – SICOP	-	33
Sistema de Fiscalização de Atos de Admissão – FISCAD - Quadro de Pessoal	6	-
Sistema de Gestão de Identidade – SGI	986	992
Sistema de Gestão e Controle de Obras e Serviços de Engenharia – Geo-Obras	274	64
Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal – SIACE LRF	944	155
Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual – SIACE PCA	15	11
Sistema Informatizado de Contas Municipais – SICOM	6.909	6.145
Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP	593	422
Total	12.027	10.035

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação - Exercício de 2019.

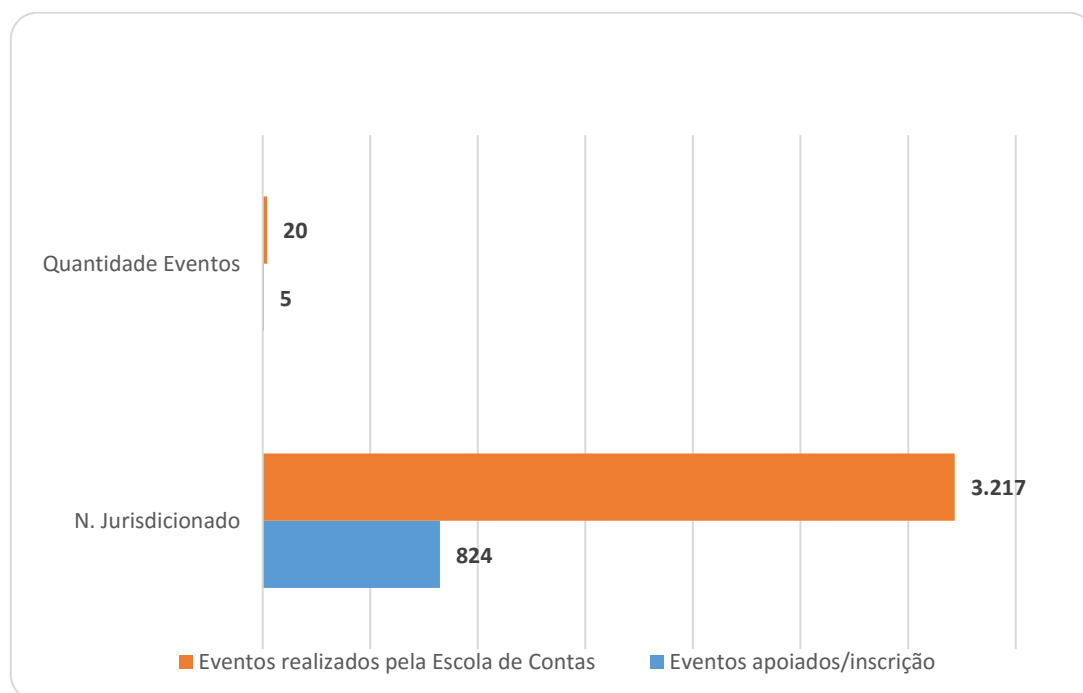
4.4 APOIO EDUCACIONAL

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, instituída pela Resolução n. 05, de 10 de agosto de 1994, tem a missão de promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a difusão do conhecimento aos jurisdicionados, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos recursos públicos.

A sua principal atividade de capacitação é o Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, que tem como objetivo assegurar a formação multidisciplinar aos analistas e oficiais do TCEMG, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento do controle externo, além de conscientizar os servidores sobre a importância de uma atuação transparente e responsável.

A quantidade de eventos de capacitação destinados aos jurisdicionados e/ou a participantes da sociedade civil está demonstrada no Gráfico 13.

GRÁFICO 13 - Eventos de capacitação destinados aos jurisdicionados



Fonte: Escola de Contas e Capacitação "Professor Pedro Aleixo".

Cumpre destacar os eventos relacionados abaixo:

TABELA 21 - Eventos realizados pela Escola de Contas

Data	Eventos	Participantes
21/03	Projeto OCDE-TCU-TCs	35
11/04	Organização e Remessa Eletrônica das Prestações de Contas Anuais dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual (Decisão Normativa N. 02/2018)	285
11/04	Evento Prestação de Contas - CGE	16
15/04	Apresentação dos Sistemas da Polícia Civil	20
29/04	Trilhas Auditoria Controle Interno BH	6
13 e 14/06	Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal - Belo Horizonte	223
5/08	Ouvidorias Municipais: Cumprindo a Lei e Construindo Cidadania	205
8 e 9/8	Encontro Técnico 2019 - Montes Claros	218
12, 13 e 14/08	II Seminário de Controle Interno	301
22 e 23/8	Encontro Técnico 2019 - Alfenas	222
23/09	II Encontro Mineiro de Conselheiros de Educação	68
3/4	Encontro Técnico - Ipatinga	187
16 a 18/10	VI Jornada de Contabilidade Pública	262
21 e 22/10	Polêmicas do Orçamento Público	10
22 e 30/10	III Workshop Leiautes do Sicom	246
31/10	Desafios de Compliance no Setor Público	88
07 e 08/11	Encontro Técnico - Patrocínio	124
11 a 13/11	Desafios e perspectivas para o futuro dos RPPS	189
21 e 22/11	Encontro Técnico - Juiz de Fora	257
9/12	Dia Internacional Contra a Corrupção	255

Fonte: Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo” - Exercício de 2019.

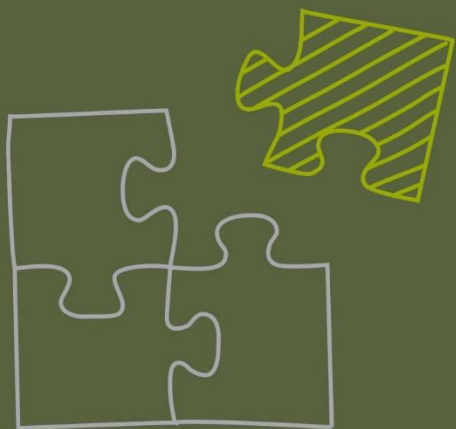
TABELA 22 - Eventos apoiados pela Escola de Contas

(Inscrições realizadas para jurisdicionados)

Data	Eventos	Participantes
25/04	13º Fórum de Proteção do Conhecimento Sensível - PNPC e UNINT	56
23 e 24/05	18º Seminário Regional da AMIPREM Belo Horizonte/MG	129
11/06	26º Fórum Estadual da UNDIME MG	405
14/02	Questões Controvertidas sobre o Orçamento Público	77
19 e 20/9	II Seminário Regional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Montes Claros/MG	157

Fonte: Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo” - Exercício de 2019.

GESTÃO



5 GESTÃO

5.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO

O TCEMG iniciou, em 2015, a execução do terceiro Plano Estratégico, aprovado pela Resolução n. 27, de 10/12/2014, para vigorar no período de 2015 a 2020.

Conforme adotado no instrumento anterior, o novo plano foi elaborado com base na metodologia do *Balanced Scorecard*, ferramenta de modelagem, mensuração e gerenciamento que apoia os processos de formulação e gestão da estratégia. Essa metodologia permite visualizar, por meio do Mapa Estratégico, as principais diretrizes que irão direcionar a evolução da organização, possibilitando a comunicação da estratégia institucional de maneira simples e compreensível.

O desdobramento do Plano Estratégico 2015-2020, realizado no primeiro semestre de 2015, reuniu representantes de todas as unidades do Tribunal que trabalharam de forma bastante participativa, no sentido de elaborar os Mapas Estratégicos e Painéis de Contribuição das diversas áreas do Tribunal. No segundo semestre de 2015, foi definido um portfólio estratégico, composto de programas, projetos e ações, visando ao alcance dos objetivos propostos.

O processo de desdobramento e implementação das ações estratégicas ocorre conforme demonstrado no diagrama constante da Figura 7:

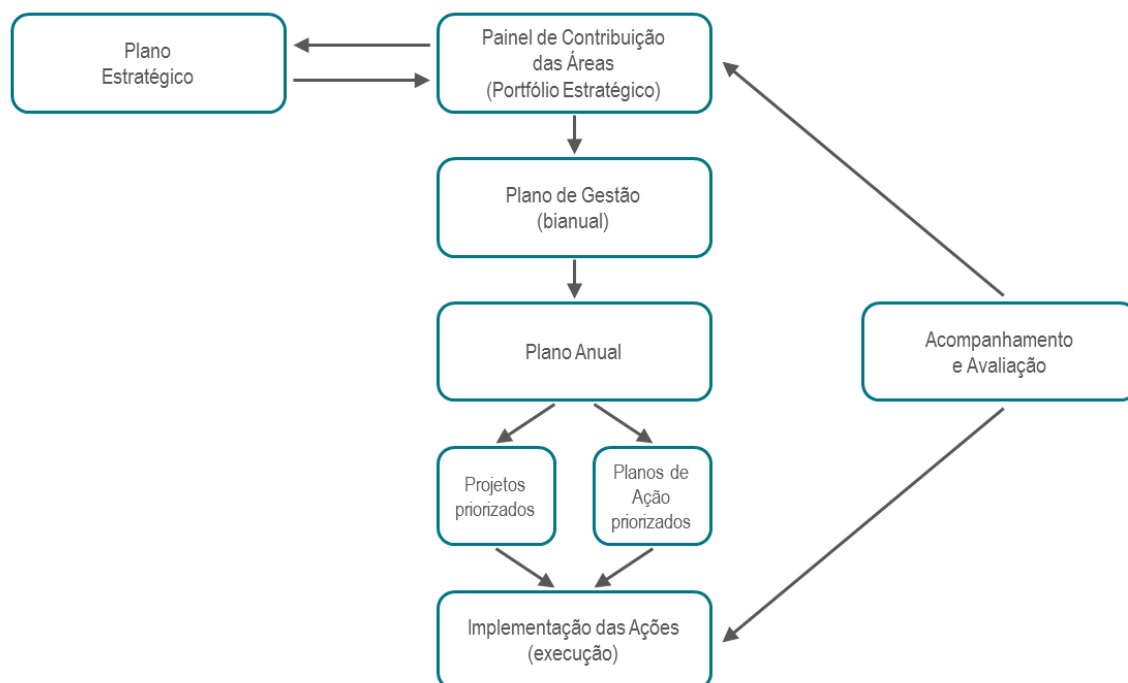


Figura 7 - Processo de desdobramento e implementação das diretrizes estratégicas

5.1.1 Plano de Gestão e Plano Anual

O Plano de Gestão do Tribunal de Contas para o biênio 2019-2020, elaborado em consonância com o Plano Estratégico 2015-2020, foi aprovado por meio da Portaria n. 17/PRES/2019, publicada no Diário Oficial de Contas, de 25 de abril deste ano, e decorre das seguintes diretrizes:

- I - fortalecimento do papel educacional do Tribunal;
- II - consolidação dos avanços tecnológicos;
- III - ênfase na cultura do servir;
- IV - foco nos jurisdicionados;
- V - aprimoramento do controle interno;
- VI - auxílio aos jurisdicionados na busca de receitas próprias.

A partir dessas diretrizes, foram definidos projetos e ações estratégicos, bem como indicadores e metas para 2019, que foram detalhados nos Planos Anuais das unidades organizacionais e publicados no Plano Anual consolidado do Tribunal, por meio da Portaria n. 23/PRES/2019, de 22 de maio de 2019. Os conteúdos podem ser consultados na página do Tribunal na *internet*.

5.2 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro de pessoal do Tribunal é composto de 1.277 (um mil, duzentos e setenta e sete) cargos de provimento efetivo, dos quais 944 (novecentos e quarenta e quatro) estavam ocupados no dia 31/12/2019, conforme demonstrado na Tabela abaixo:

TABELA 23 - Quadros de pessoal dos serviços auxiliares da Secretaria do TCEMG

Quadro de Cargos de Provimento Efetivo					
Código	Cargo	N. de Cargos	N. de Cargos Ocupados Atualmente	Vagas	Vencimento Inicial (R\$)
TC-PG-01	Agente de Controle Externo	2	2	-	2.616,52
TC-SG-01	Oficial de Controle Externo	335	255	80	4.619,41
TC-SG-11	Técnico em Segurança do Trabalho	1	-	1	4.619,41
TC-NS-14	Analista de Controle Externo	822	621	201	7.377,23
TC-NS-09	Médico	9	2	7	7.377,23
TC-NS-06	Redator de Acordão e Correspondência	8	2	6	7.377,23
TC-NS-07	Taquígrafo-Redator	27	12	15	7.377,23
TC-NS-08	Bibliotecário	10	6	4	7.377,23
TC-NS-15	Psicólogo	3	-	3	7.377,23
TC-NS-16	Assistente Social	3	-	3	7.377,23
TC-NS-17	Arquivista	3	-	3	7.377,23
TC-NS-18	Comunicador Social	6	-	6	7.377,23
TC-NS-19	Dentista	4	-	4	7.377,23
Subtotal		1.233	900	333	-

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Quadro de Cargos de Provimento Efetivo					
Quadro Suplementar					
Código	Cargo	N. de Cargos	N. de Cargos Ocupados Atualmente	Vagas	Vencimento Inicial (R\$)
TC-PG-05	Agente de Controle Externo	-	-	-	2.616,52
TC-SG-09	Oficial de Controle Externo	24	24	-	4.619,41
TC-NS-10	Analista de Controle Externo	20	20	-	7.377,23
Subtotal		44	44	-	-
Total		1.277	944	333	

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas - Exercício de 2019.

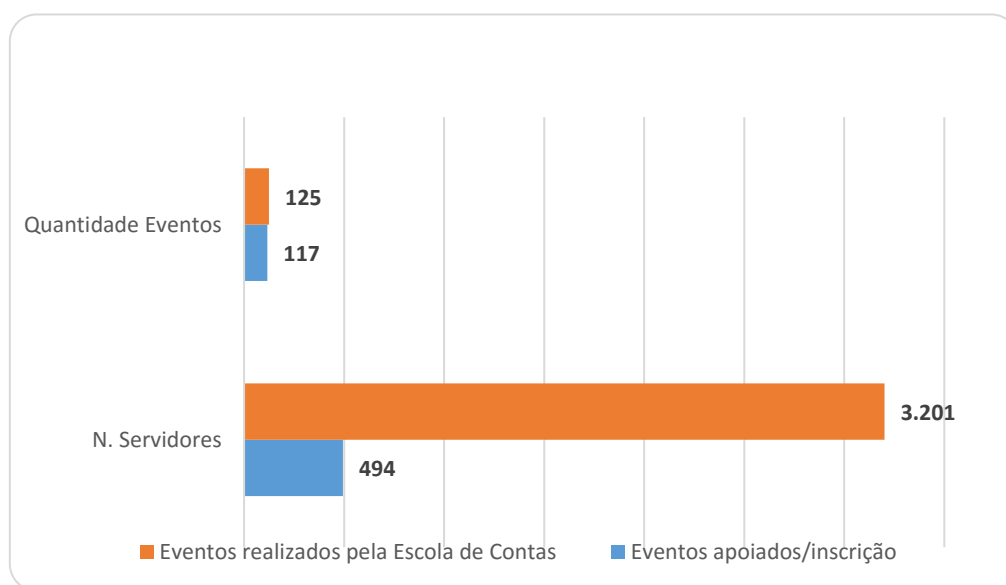
No período, foram 54 (cinquenta e três) vacâncias por aposentadoria, falecimento e exoneração, sendo 28 (vinte e oito) aposentadorias no cargo de Analista de Controle Externo, 15 (quinze) aposentadorias no cargo de Oficial de Controle Externo, 1 (uma) aposentadoria no cargo de Médico, 1 (uma) aposentadoria no cargo de Bibliotecário, 1 (uma) demissão no cargo de Analista de Controle Externo, 1 (um) falecimento no cargo de Analista de Controle Externo, 5 (cinco) exonerações no cargo de Analista de Controle Externo.

Obs.: 1 (um) cargo de Oficial de Controle Externo foi extinto com a vacância.

5.2.1 Desenvolvimento profissional e capacitação

A quantidade de eventos de capacitação que contaram com a participação de servidores do TCEMG está demonstrada no Gráfico 14.

GRÁFICO 14 - Eventos de capacitação que contaram com a participação de servidores do TCEMG



Fonte: Escola de Contas e Capacitação "Professor Pedro Aleixo".



Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Cumpramos destacar os eventos relacionados nas Tabelas abaixo:

TABELA 24 - Eventos realizados pela Escola de Contas

(continua)

Evento	Participantes
Curso de Manuseio de Cadeiras de Evacuação (Lince)	7
Encontro de Integração e Alinhamento dos Gestores do Tribunal de Contas	15
Gestores do Home Office	25
Formação e Acolhimento dos Novos Servidores	115
Curso Sinconv	22
Controle e Inovação	23
Reunião e Capacitação Projetos e Processos	10
Apresentação do Balanço de 1 Ano de Implantação da PCA Eletrônica	26
Reunião de Abertura do Ciclo de Planejamento de 2019	62
Reunião DTI	7
Projeto OCDE-TCU-TCs	66
Curso Sistemas Informatizados do Estado	11
Reunião de Alinhamento de Procedimentos da Coordenadoria de Contabilidade	12
Jogo do Tributo	21
Reunião Bimestral da ASSPROM	21
Curso SEI - Controladoria Interna	7
Reunião Assessoria do Gabinete Conselheiro Durval Ângelo	32
Auditoria de Obras Públicas	42
Curso ASSPROM - Excelência em Atendimento	10
TCEDUCA	12
Treinamento no Sistema Channel - Módulo Projetos	21
Organização e Remessa Eletrônica das Prestações de Contas Anuais dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual (Decisão Normativa nº 02/2018)	296
Evento Prestação de Contas - CGE	16
Apresentação dos Sistemas da Polícia Civil	45
Curso SGAP	12
Curso Tele Trabalho	10

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(continuação)

Evento	Participantes
Aplicação de Testes para Novos Servidores	8
Trilhas Auditoria Controle Interno BH	25
CAU - Projeto Rotas	22
Treinamento SEI	140
Projeto Conhecer - Colégio Padre Eustáquio	17
Apresentação do Fluxo - SIAD	78
Projeto Conhecer - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Curso História	60
Tomadas de Contas Especiais	100
Plano de Gestão da DGP	12
Alinhamento - Curso para Cadastro do Plano Anual no Channel - Multiplicadores	4
Curso Sinconv	10
Sistema de Convênio do Governo Federal	11
Curso para cadastro do Plano Anual Channel	21
Reunião sobre FUNDEB	51
Alinhamento - Treinamento SEI - Multiplicadores	10
Estudo de Gestão por Competências	7
Distribuição Processual no SGAP: Mecanismo e Proposta de Normatização	19
Reunião Bimestral - Coordenadoria de Serviços Gerais	24
Compensação Previdenciária	35
Matriz de Planejamento de Atuária	24
Projeto Conhecer - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Curso Direito	58
SGAP - PCA Eletrônica	4
Pavimentação Asfáltica - Iluminação Pública - Limpeza Urbana - Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos	46
Curso Técnicas de Leitura e Compreensão de Textos e Língua Portuguesa	24
Curso de Oratória	42
Teste para novos servidores	4
Alinhando as Prestações de Contas Públicas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	20
Auditoria no RPPS - Papéis de Trabalho	19
Alinhamento Conceitual sobre Gestão Estratégica	16
Metas e Plano Anual das Diretorias Técnicas	14
Treinamento em Business Objects	19
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal - Belo Horizonte	270
Processo Eletrônico	23
Capacitação CAPMG - Módulo Folha de Pagamento	118
Apresentação das Experiências dos TCs	45

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(continuação)

Evento	Participantes
Projeto Conhecer - Estagiários TCEMG	31
Encontro da Corregedoria	6
Engenharia Econômica I	24
Curso de Português	13
Securitização e Debêntures	18
Projeto Conhecer - Parlamento Jovem	13
Curso Planilha de Custos	24
Curso Servidores em Teletrabalho	20
Palestra Sobre Superação	17
Engenharia Econômica II	24
Treinamento BI	27
Programa Aprendendo a Recomeçar - PAR	90
Treinamento SEI	11
Levantamentos de Engenharia	17
Obras Paralisadas	9
Mina de Dados	22
Projeto Conhecer - Direito - Newton Paiva	7
Apresentação “Renúncia Fiscal em Minas Gerais”	38
Investimento RPPS	30
Atualidades em Auditoria	37
Curso Resíduos Sólidos	21
Palestra Iluminação Pública	26
Workshop - Tableau Reader	3
Ouvidorias Municipais: Cumprindo a Lei e Construindo Cidadania	242
Tomada de Contas	3
Curso de Auditoria Financeira	26
Mapeamento do Perfil Comportamental	1
Cadeia de Valor do TCEMG	42
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal - Montes Claros	283
Encontro Bimestral ASSPROM	19
Apresentação do TCSIC	17
CANVAS	11
Ativo Intangível	10
II Seminário de Controle Interno	333
Curso de Responsabilização	22
Compensação Previdenciária - Módulo II	22
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal - Paracatu	265
Projeto Registro das Sessões	6
Treinamento SEI	20

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(continuação)

Evento	Participantes
Curso Formação de Pregoeiros	17
Ponto de Expressão: Os impactos da Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) – desafios para a implementação	104
Palestra Conselho FUNDEB	22
RPPS	11
Curso do sistema e-TCE	9
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal - Alfenas	265
Auditoria Operacional Mobilidade	12
Palestra DETRAN	6
Curso de Auditoria em Folha de Pagamento	25
Auditoria do processo de avaliação de empresas	9
II Encontro Mineiro de Conselheiros de Educação	343
Matriz de Planejamento de Auditoria - Compensação Previdenciária	15
Cadeia de Valor - Revisão de processos dos Gabinetes	7
Comissão Inventariante	12
Treinamento Gestão de Riscos	34
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal - Ipatinga	229
Formulação novo plano estratégico do TCEMG	17
Treinamento Acesso Base de Dados SICOM	13
VI Jornada de Contabilidade Pública	319
Polêmicas do Orçamento Público	10
III Workshop Leiautes do SICOM	281
Treinamento em Fontes de Informação	51
Dia da Inovação Ada Lovelace	189
Desafios de Compliance no Setor Público	159
Curso Ezape	21
Curso: A Atividade de Inteligência como Instrumento de Eficiência do Controle	42
Atualização das Normas da ABNT	12
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal - Patrocínio	160
Desafios e perspectivas para o futuro dos RPPS	269
Responsabilização em Processos de Obras Públicas e a Nova Lei de Licitações	39
Projeto Conhecer - Faculdade Arnaldo	28
Introdução à análise de dados com R	21
Pesquisa Processual TJMG	14
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal - Juiz de Fora	310
Avaliação de políticas públicas pelos órgãos de controle	59
Como elaborar Termo de Referência e Projeto Básico	143

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(conclusão)

Evento	Participantes
Controle Interno: de olho na transparência do município	181
Elaboração do Plano Anual de Auditoria	162
Noções fundamentais para o servidor integrante da unidade gestora do RPPS	142
Contabilidade aplicada e avaliação em operações de privatização de empresas estatais	28
Sistema FOCUS	18
Dia Internacional Contra a Corrupção	287
Securitização	4
Curso Ezape	21
Plano Estratégico 2021/2026	7
Curso Arrecadação Municipal - 1º Módulo	104

Fonte: Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

TABELA 25 - Eventos apoiados pela Escola de Contas

(continua)

Evento	Participantes
XVI Encontro Internacional de Juristas	1
III Congresso Internacional no Combate à Corrupção e Controle Público – Coimbra/Salamanca	2
Questões Controvertidas sobre o Orçamento Público – Belo Horizonte/MG – Entidade Realizadora: MPMG	77
II Fórum Nacional de Auditoria – Belém/PA – Entidade Realizadora: IRB	3
Palestras Cenários Brasil 2019-2020 – São Paulo/SP	1
Seminário “A Reforma da Previdência” – Rio de Janeiro/RJ	1
Responsabilidade dos Agentes e as Repercussões das Alterações da LINDB, Rescisão de Contrato e Aplicação de Sanções	1
XVII Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública – Brasília/DF	2
Seminário de Altos Estudos - Colaboração Premiada e Práticas Anticorrupção – Boston/EUA	1
Treinamento das Comissões de Avaliação de Controle de Qualidade e de Garantia de Qualidade da MMD-TC – São Paulo/SP	4
Govtech 2019 - Como sua Empresa pode tornar o Governo mais Eficiente usando Tecnologia? – São Paulo/SP	2
13º Fórum de Proteção do Conhecimento Sensível - PNPC e UNINT	98
Fórum Nacional de Auditoria – Brasília/DF – Entidade Realizadora: IRB	3
Curso Retenções e EFD REINF – Belo Horizonte/MG	3
Curso Retenções Fiscais (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/ISS) - Administração Pública – Belo Horizonte/MG	2
XI Congresso Mineiro de Direito Administrativo – Nova Lima/MG	62

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(continuação)

Evento	Participantes
27ª Câmara Técnica de Normas Contábeis – Brasília/DF	1
Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos: Boas Práticas e Inovações nas Contratações Públicas – Salvador/BA	1
31º Fórum Nacional – Rio de Janeiro	1
IV Encontro da Rede InfoContas – Brasília/DF	2
Seminário de EURORAI sobre la auditoria de la deuda pública – Varsóvia/Polônia	1
VIII Encontro de Administração Pública da ANAPAD - EnAPG – Fortaleza/CE	1
Análise de Indicadores – Belo Horizonte/MG	2
18º Seminário Regional da AMIPREM – Belo Horizonte/MG	173
9º Encontro Regional - 1ª Região – Goiânia/GO	2
Curso Avançado - Concessões, PPPs e Regulação de Serviços Públicos na Prática – São Paulo/SP	2
II Seminário de RPPS do TCE-RJ – Rio de Janeiro/RJ	2
45º Simpósio Mundial de Auditoria Contínua e Relatórios (WCARS) – Florianópolis/SC	2
XII Convenção de Contabilidade de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG	2
Simpósio sobre Judicialização da Saúde e o Impacto no Planejamento Orçamentário – São Paulo/SP	1
II Fórum de Discussão de Combate à Desnutrição Hospitalar – Brasília/DF	2
VI Seminário - “As ISC, o Aperfeiçoamento da Gestão das Finanças Públicas e a Agenda 2030: O PFM-RF, seus Benefícios e Desafios” – Praia/Cabo Verde	1
12º Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção e Governança - “Governança, Compliance e Integridade na Administração Pública: do Discurso à Prática” – Brasília/DF	6
2º Treinamento da Comissão de Garantia de Qualidade do MMD-TC – São Paulo/SP	1
1º Programa de Capacitação Interna do Ministério Público de Contas - 4º Módulo – Belo Horizonte/MG	51
26º Fórum Estadual da UNDIME MG – Belo Horizonte/MG	405
6º Congresso Internacional de Direito Financeiro – Goiânia/GO	1
XIII Congresso - ANPCONT – São Paulo/SP	1
Curso Estudando e Compreendendo as Novas Regras do Cerimonial – Brasília/DF	1
Projeto Integrar - TCU/IRB – Brasília/DF	2
V Seminário Ibero-americano de Direito e Controle – Lisboa/Portugal	5
Bootcamp Go Safer – Florianópolis/SC	2
IX Fórum Mineiro de Contabilidade Pública Municipal – Belo Horizonte/MG	1
VII Encontro Jurisprudência nos Tribunais de Contas – Goiânia/GO	2

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(continuação)

Evento	Participantes
Fórum Nacional de Auditoria – Rio de Janeiro/RJ	3
XXI Seminário de Verão – Coimbra/Portugal	1
XXXV Congresso Conasems – Brasília/DF	1
Simpósio Nacional de Educação – São Paulo/SP	2
Hack Fest 2019 – Natal/RN	1
II SINED - Simpósio Nacional de Educação – Porto Alegre/RS	7
TCE inova meios alternativos de solução de conflitos no âmbito dos Tribunais de Contas – Natal/RN	1
Fórum de TIC na Justiça - 7ª Edição – Cuiabá/MT	2
Seminário Nacional de Gestão de Riscos e Integridade no Setor Público – Belo Horizonte/MG	1
Encontro Técnico sobre Gestão Atuarial de RPPS – Porto Alegre/RS	1
Workshop - Limpeza Pública - Responsabilidade de Todos – Belo Horizonte/MG	7
Gestão de Indicadores – Belo Horizonte/MG	5
1º Congresso Nacional de Direito Consensual no Âmbito do Ministério Público – Recife/PE	1
V Fórum Nacional de Auditoria – Curitiba/PR	4
X EDUCONTAS – São Paulo/SP	2
International Basic Compliance & Ethics Academies – São Paulo/SP	2
14º Congresso de Inovação no Poder Judiciário & Controle – Brasília/DF	5
IV Fórum Nacional das Transferências da União – Brasília/DF	2
IV Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil – Belo Horizonte/MG	1
I Congresso Internacional Interdisciplinar “Direito e Economia” – Belo Horizonte/MG	6
Congresso Constate 2019 - “30 anos de Constituições Estaduais no Brasil” – Recife/PE	1
IX Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil – Curitiba/PR	4
Jogo do Tributo – Araújo/MG	3
EXPOSIBRAM 2019 – Belo Horizonte/MG	7
Programa de Capacitação para os Membros do CNPGC em Inteligência e Técnicas de Investigação – Brasília/DF	5
ENAOP 2019 – Vitória/ES	3
Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2019: O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal – Alfenas/MG	9
5º Seminário Internacional sobre Análise de Dados na Administração Pública – Brasília/DF	4
Governança Multinível – Palmas/TO	1
Congresso Mind The Sec – São Paulo/SP	2
II Seminário Regional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Montes Claros/MG	158
Arena ANTP 2019 - Congresso Brasileiro de Mobilidade Urbana – São Paulo/SP	2

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(continuação)

Evento	Participantes
13º Seminário Nacional Ouvidores & Ouvidorias – Rio de Janeiro/RJ	3
Encontro & Certificação de Ouvidores – Belo Horizonte/MG	1
XXIII Congresso Internacional de Direito Tributário – Belo Horizonte/MG	2
Encontro Nacional das Corregedorias & Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil – Cuiabá/MT	4
A Contratação de Serviços e Aquisição de Bens para a Segurança – BRASÍLIA/DF	1
Palestra: O TCE e a sua função pedagógica para os Municípios – FELÍCIO DOS SANTOS/MG	1
I Encontro Norte/Nordeste sobre o novo regime de contratação de estatais – Belém/PA	1
Congresso Internacional de Direito Administrativo e Estado Democrático de Direito - a defesa dos direitos fundamentais em tempo de crise – São Paulo/SP	2
I Encontro Técnico sobre Fiscalização de Concessões e PPP's pelos Tribunais de Contas Subnacionais – Porto Alegre/RS	2
XXIX Asamblea General de la OLACEFS – El Salvador/San Salvador	2
II Simpósio Internacional de Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas – Manaus/AM	3
XXXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo – Campo Grande/MS	4
III Seminário Internacional de Custos, Governança e Auditoria no Setor Público - Gestão e governança baseadas em evidências – Brasília/DF	1
25º CIAED Congresso Internacional ABED de Educação a Distância – Poços de Caldas/MG	2
Curso de Análise de dados para as unidades de informações estratégicas dos Tribunais de Contas – Rio de Janeiro/RJ	2
Curso de Fiscalização de Obras de Rodoviárias – Belo Horizonte/MG	4
I Congresso Internacional em Ciências, Biodiversidade e Sustentabilidade – Belo Horizonte/MG	1
Saúde em Tempos de Inteligência Artificial, Robótica, Algoritmos e Big Data – Coimbra/Portugal	1
Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios – Belo Horizonte/MG	3
IX Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade – Balneário Camboriú/SC	2
FUTURECOM 2019 – São Paulo/SP	1
Seminário Entendendo o BIM na Infraestrutura – Belo Horizonte/MG	11
Rede Governança Brasil – Brasília/DF	2
Rede Governança Brasil – Brasília/DF	1
Curso de Fiscalização de Obras de Rodoviárias – Belo Horizonte/MG	4
1º Fórum Mineiro de Previdência para os Municípios – Andradadas/MG	3

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(conclusão)

Evento	Participantes
II Congresso Internacional Information Society and Law – São Paulo/SP	1
Palestra: O Tribunal de Contas e a sua função pedagógica para os municípios – Manhuaçu/MG	1
Rede Governança Brasil – Brasília/DF	3
Seminário Internacional sobre Segurança de Barragens – Brasília/DF	2
I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas – Foz do Iguaçu/PR	25
Curso de Fiscalização de Obras de Rodoviárias – Belo Horizonte/MG	4
XXIV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública – Buenos Aires/Argentina	4
III Seminário Regional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Ipatinga/MG	1
Congresso XVI Jornadas Internacionales de Filosofía Política “Control social: acción, libertades y ciudadanías” – Barcelona/Espanha	2
Curso de Fiscalização de Obras de Rodoviárias – Belo Horizonte/MG	4
Fundamentos de PPPs: Perspectivas e limites na América Latina – Campinas/SP	1
El II Foro Iberoamericano de CPI e Innovación Abierta – Medellín/Colômbia	2
25 anos da Advocacia do Senado Federal – Brasília/DF	1
3º Fórum Nacional de Controle - Integrando o Brasil para fazer bem – Brasília/DF	2
Inteligência de Controle – Cuiabá/MT	1
X Fórum Nacional dos Procuradores de Contas do Brasil – Manaus/AM	8
15th OECD Local Development Forum – Antuérpia/Bélgica	1
IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Belo Horizonte/MG	7
Previdência dos Servidores Públicos - modificações promovidas pela recentíssima Reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional (PEC nº 6/2019) – Brasília/DF	3

Fonte: Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

5.3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Tabela abaixo demonstra a distribuição do orçamento do TCEMG e a sua execução, por grupo de despesa, no exercício de 2019.

TABELA 26 - Execução orçamentária

Discriminação	Crédito Autorizado (A)	Despesa Empenhada (C)	Despesa Liquidada (D)	% Despesa empenhada em relação ao crédito autorizado
Pessoal e Encargos Sociais	725.147.752,00	691.359.141,85	691.359.141,85	95,34%
Outras Despesas Correntes	84.704.855,00	75.255.375,28	75.255.375,28	88,84%
Investimentos	12.396.770,00	4.561.067,61	4.561.067,61	36,79%
Total	822.249.377,00	771.175.584,74	771.175.584,74	93,79%

Fonte: Diretoria de Finanças - Exercício de 2019.

Observação: (A) = LOA - LEI n. 23.290/2019.

5.4 CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, unidade vinculada à Presidência, integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas e tem a função de efetivar a gestão do controle interno na Instituição.

Além da Controladoria Interna, integram o Sistema de Controle Interno as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas. Todas as unidades deverão utilizar, em suas atividades e operações, o controle interno como ferramenta de trabalho, aplicada de forma prévia, concomitante e/ou subsequente para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança na consecução da missão constitucional do órgão.

O art. 17 da Resolução n. 03/2017 estabelece as atribuições da Controladoria Interna:

- I - elaborar e submeter ao Presidente, até o final do primeiro trimestre de cada exercício, o seu plano anual de atividades;
- II - acompanhar e avaliar a utilização das ferramentas de controle interno por todas as unidades do Sistema de Controle Interno do Tribunal;
- III - estimular e orientar as unidades organizacionais quanto à transparência da gestão dos recursos públicos;
- IV - executar outras competências correlatas descritas em ato normativo próprio;
- V - elaborar o relatório de controle interno que compõe a prestação de contas anual a ser encaminhada à Assembleia Legislativa pelo Presidente do Tribunal.

A Controladoria Interna desenvolve suas ações dentro de um plano organizacional dinâmico, incluindo metodologias, procedimentos e medidas que proporcionem uma segurança razoável de que os objetivos e metas da Instituição sejam alcançados, observados os princípios da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade, em cumprimento das obrigações de *accountability* e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas normas da *International Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI*.

As atividades da Controladoria Interna são desenvolvidas em consonância com as atribuições e competências estabelecidas na Resolução n. 07, de 12 de maio de 2010, e na Resolução n. 03, de 29 de março de 2017, e buscam promover a participação integrada dos gestores de cada unidade com este setor, associada a um processo de mudança de cultura em relação à atuação do controle interno. Para isso, procuram favorecer a adoção de rotinas e a melhoria do autocontrole afetas a cada uma das unidades, contribuindo, dessa forma, para maior efetividade no alcance das metas definidas pelo Tribunal.

5.4.1 Atividades desenvolvidas

Em conformidade com o Plano Diretor e com o Plano Anual de Controle Interno, a Controladoria Interna do Tribunal de Contas realizou várias atividades no exercício, das quais destacam-se as relacionadas na Tabela abaixo:

TABELA 27 - Atividades desenvolvidas - Controladoria Interna

Atividades Desenvolvidas – Controladoria Interna (continua)
Acompanhamento e conclusão dos ajustes realizados pela “Comissão Inventariante”, Portaria nº 76/2018, emitida pela Presidência para elaboração e acompanhamento da prestação de contas do Tribunal referente ao exercício de 2018.
Elaboração do Relatório de Controle Interno de 2018 que acompanha as contas do TCEMG/2018 a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (inciso VIII do art. 4º da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal).
Acompanhamento e providências adotadas pelo TCEMG diante dos danos causados (quando foi o caso) das sindicâncias, inquéritos e processos administrativos instaurados no exercício de 2018.
Elaboração do Plano Diretor para o período de 2019/2020, elencando as principais ações que compõem o escopo de atuação da Controladoria Interna no biênio. (art. 17 da Resolução Delegada nº 01/2019- D.O.C. 19/2/2019).
Elaboração do Plano de Atividades da Controladoria Interna do exercício de 2019, o qual é submetido ao Conselheiro Presidente por força do inciso XII, da Resolução nº 07/2010- Resolução que regulamenta o Sistema de Controle Interno e a atuação da Unidade de Controle Interno
Elaborar o Cronograma de Atividades/Plano Anual da UCI, identificando as Atividades/Procedimentos/Responsável/ Cronograma das atividades.
Reunião do Plano de Contribuição do Mapa Estratégico, dia 12/03/2019.
Curso Controle e Inovação (Fabiana Ruas; 07/03/2019).
Participação como “ouvinte” do Comitê de Gestão Estratégica do TCEMG (28/3/2019).



Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Atividades Desenvolvidas – Controladoria Interna (continuação)

Participação na apresentação do Guia de Boas Práticas para o Mercado Publicitário- Diretrizes do Compliance, elaborado pela Fundação Dom Cabral.

A apresentação ocorreu no auditório do BDMG- Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais em 25/4/2019.

Treinamento do SEI- Sistema Eletrônico de Informação na UCI, nos dias 7 e 14 de março.

Planejamento e edição da matéria para a realização de teasers sobre controle interno a ser divulgado na intranet desta Casa visando a divulgação do setor e do sistema de controle interno no tribunal.

Análise e assinatura das despesas de pessoal - Relatório de Gestão Fiscal (1º quadrimestre de 2019) do TCEMG.

Reunião de alinhamento para composição da Comissões Inventariantes para Prestação de Contas do TCE de 2019.

Avaliação do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD quanto à gestão patrimonial e de material, no âmbito do TCEMG.

Treinamento na Cidade Administrativa para discutir formas de fortalecer a auditoria preventiva na gestão pública.

Participação no Fórum de práticas de auditoria e compliance no Tribunal de Justiça/MG.

Participação no evento Compliance Estadual: o papel do Ministério Público de Contas.

Estudos sobre a classificação de Informação em Grau de Sigilo – Resolução n. 03/2019 do TCE

Acompanhamento da formalização e execução do Convênio Federal n. 865428/2018 nos setores administrativo e financeiro.

Acompanhamento da Gestão da Frota de Veículos/consumo de combustíveis do TCEMG.

Participação no 12º fórum brasileiro sobre combate à corrupção e governança em Brasília/DF.

Análise e assinatura das despesas de pessoal - Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre de 2019) do TCEMG.

Reunião de alinhamento do Inventário para Prestação de Contas do TCE de 2019.

Estudo e aprofundamento da Avaliação do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD quanto à gestão patrimonial e de material, no âmbito do TCEMG, ligados ao inventário TCEMG 2019.

Participação na reunião sobre Cadeia de Valores de TCEMG.

Acompanhamento da formalização e execução do Convênio Federal n. 865428/2018 nos setores administrativo e financeiro.

Acompanhamento da Gestão da Frota de Veículos/consumo de combustíveis do TCEMG. Reunião com membros do Setor de Transportes.

Participação no Ponto de Expressão de Controle Interno; do Seminário de Controle Interno e acompanhamento da visita aos colegas do Controle Interno da Cidade de Tocantins.

Participação no Fórum de União/DF.

Elaboração da Cadeia de Valor da Unidade de Controladoria Interna do TCEMG.

Apresentação ao MMD da parte que compete à UCI.

Relatório de Atividades

Exercício de 2019

Atividades Desenvolvidas – Controladoria Interna (conclusão)

Reunião com as Comissões com os setores envolvidos no inventário, data base 30/09/2019.
Acompanhamento e testes com as equipes de inventário visando a verificação dos controles internos das áreas.
Acompanhamento da implementação dos Processos das Comissões inventariantes (Relatórios e papéis de trabalhos) no sistema SEI.
Acompanhamento execução do Convênio Federal n. 865428/2018 firmado entre o TCEMG o Ministério da Justiça (APP Lupa de Minas).
Participação no seminário promovido pelo Ministério Público de Contas “ Desafios do Compliance no Setor Público.
Reunião individual com as Comissões Inventariantes , revisão dos relatórios das Comissões de Inventário, data base 30/09/2019.
Acompanhamento dos resultados do Projeto <i>Sob Controle</i> .
Participação do RAE (Resultado de Avaliação Estratégica) do TCEMG.
Entrega dos Relatórios da Comissões Inventariantes, data base 30/09/2019.
Capacitação em avaliação de Políticas Públicas (TCEMG).
Fórum Regional de Fortalecimento da Rede + Brasil (Exporminas 04/12).
Dia Internacional Contra Corrupção (Cidade Administrativa 09/12).
Lançamento do Fórum Estratégico 2021/2026 (TCEMG 2/12).
Integridade nos setores Público e Privado (FIEMG 02/12).

Fonte: Controladoria Interna – Exercício de 2019.

5.4.2 Comunicados

Nos termos do art. 13 da Resolução n. 07/2010, os trabalhos realizados pela Unidade de Controle Interno em decorrência do exercício de suas atribuições serão apresentados mediante Comunicados de Orientação, Recomendação e Determinação, além dos Relatórios de Auditorias realizadas. Durante o exercício, foram emitidos 26 (vinte e seis) Comunicados de Recomendação e 7 (sete) Comunicados de Monitoramento, conforme discriminado na Tabela abaixo:

TABELA 28 - Comunicados emitidos - Controladoria Interna

(continua)

Natureza	Área	Quantidade
Recomendação	Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio	3
	Diretoria de Administração	6
	Superintendência de Gestão e Finanças	5
	Secretaria Geral da Presidência	1
	Diretoria de Tecnologia da Informação	2
	Comissão de Inventário Físico e Financeiro dos Bens pertencentes ao Ativo não circulante – COM_ANC - (Grupo de Trabalho)	1



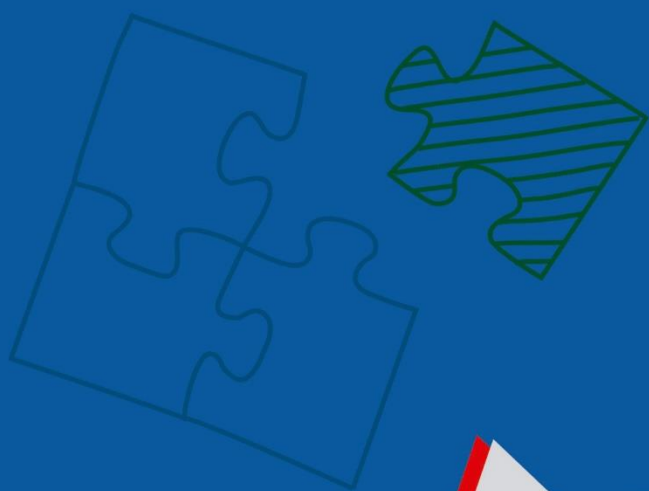
Relatório de Atividades

Exercício de 2019

(conclusão)

Natureza	Área	Quantidade
Recomendação	Comissão de Elaboração da Prestação de Contas de Exercício - COM_EPCE - (Grupo de Trabalho)	1
	Diretoria de Gestão de Pessoas	3
	Diretoria de Comunicação	1
	Coordenadoria de Gestão e Suprimentos	1
	Diretoria Geral	1
	Presidência	1
Natureza	Área	Quantidade
Monitoramento	Diretoria de Administração	3
	Secretaria Geral da Presidência	1
	Diretoria de Gestão de Pessoas	2
	Diretoria Geral	1

Fonte: Controladoria Interna – Exercício de 2019.



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo
Cep: 30380-435 | Belo Horizonte-MG
www.tce.mg.gov.br
www.tce.mg.gov.br/falecomotce
Telefone: (31) 3348-2111